

PLANO COLLOR

UMA TRATORADA NA ECONOMIA



Do alto da sua fortaleza eleitoral o presidente Collor baixa um dos pacotes mais pesados da história econômica brasileira. A embalagem parece bem amarrada, mas a receita causa muita insegurança. Na agricultura a expectativa persiste, já que até agora nenhuma política global foi definida — 4 a 10

Menos soja no cerrado

A longa estiagem que se prolongou de meados de janeiro a março causou prejuízos às lavouras e a quebra está estimada em 30 por cento — 11

Desmembramento

Associados puxam o debate e dão prazo para a direção do Grupo Cotrijuí encaminhar a proposta de separação das regionais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul — 14

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Ijuí — Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 11
Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199 - Fax: (055) 332-5161
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCR nº 248/73
CGC. MF 90.726.506/0001-75

Porto Alegre — Av. Júlio de Castilhos, 342
CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155 - Telex 5111102 CTXT

Rio Grande — Terminal Granelleiro - 4ª Seção da Barragem
CEP 96200 - Fone (0432) 32-1122 - Telex 532173 CRTS

Dom Pedrito — BR-293 - Km 237 - CEP 96450 -
Fone (0532) 43-1002 - Telex 532362 CRTS

Campo Grande (MS) — Rua Ceará, 2245 - Vila Célia -
CEP 79040 - Fone (067) 382-5048 - Telex 672247 CRTS

SUBSIDIÁRIAS

— **Cotrijournal Cia de Comércio Internacional**
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS - CEP 90030
- Fone (0512) 28-3155 - Telex 511102 CTXT

— **Cotrijournal Carroceria de Seguros Ltda**
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS - CEP 90030
- Fone (0512) 21-0809 - Telex 511102 CTXT

— **Cotrijournal — Processamento de Dados Ltda.**
Rua José Hickenbick, 66 - Ijuí - RS - CEP 98700 -
Fone (055) 332-1999 - Telex 553726 CRTS

— **Transcooper — Serviços de Transportes Ltda**
Rua das Chácaras, 1513 - Ijuí - RS - CEP 98700 -
Fone (055) 332-3065 - Telex 552212 TSCO

Dourados - (MS) - BR-463 - Km 4 - Fone (067) 421-3815
- Telex 674102 TSCO

— **IRFA — Instituto Riograndense de Febrê Altares Ltda**
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS -
CEP 90030 - Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS

— **Hospital Bom Pastor S/A**
Av. David José Martins, 1376 - CEP 98700 -
Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS

ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti

Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto

Superintendente/Pioneira:
Walter Frantz

Vice-presidente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva

Vice-presidente/MS:
Nedy Rodrigues Borges

Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Eletivos):
Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz,
Félix Gotardo, José Ataídes Conceição, José Jorge Rieth de
Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar
Otto Hoerle, Luiz Carlos Roos, Olívio Moraes, Frederico Antônio
Stefanello, Paulino Stralio, Nilton Vieira de Souza, Leonildo
Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangirolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk,
Enor Camiel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair
Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Guiotto, Sérgio
Tesser, Cláudio Pradella, José Edimar do Nascimento, Noé da
Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido
de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Eletivos):

Amário Becker, Valdeci Oli Martinelli e Otalíz de Vargas Montardo

Suplentes:

Ervin Egon Preissler, Ivo José Basso e Alvorí Rosa

Diretores contratados:

Vilmar Hendges e Léo José Goi

LOJAS COTRIJUI

| | |
|-------------------------|----|
| Regional Pioneira..... | 26 |
| Dom Pedrito..... | 3 |
| Mato Grosso do Sul..... | 7 |
| Total..... | 36 |

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

| | |
|-------------------------|-------------|
| Regional Pioneira..... | 584.800 t |
| Rio Grande..... | 220.000 t |
| Dom Pedrito..... | 91.000 t |
| Mato Grosso do Sul..... | 476.150 t |
| Total..... | 1.371.950 t |

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Associado da ABERJE

REDAÇÃO
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmem Rejane Pereira

REVISOR
Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTES

Campo Grande: Rosane Henn
Porto Alegre: Raul Quevedo

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

A Cotrijuí volta a debater um assunto que já deu muito o que falar entre o seu quadro social: o da proposta de desmembramento. O assunto veio à tona pela primeira vez há oito anos atrás, cinco anos depois da Cotrijuí ter ultrapassado as fronteiras do cerrado e incorporado a Coopera de Maracaju, no Mato Grosso do Sul. A princípio, a proposta tinha um sentido mais provocativo, de debate, associado ao tamanho da cooperativa, mas com a idéia até, se fosse o caso, de se encaminhar para os lados da criação de uma Central, o elo de ligação das regionais Pioneira, Mato Grosso e Dom Pedrito. A idéia não vingou, perdendo-se nas discussões. Intermediando a situação, apareceu uma reforma administrativa, o que de certa forma, serviu para deixar, pelo menos por alguns tempos, a proposta em "banho-maria". Puxado desta vez por associados da Regional Pioneira, a proposta de desmembramento voltou a efervescência. Sinal de que a idéia da separação da regional de Mato Grosso das regionais gaúchas não vagueia mais para os lados das possibilidades. A vontade de independizar, já amplamente discutida pelos associados do Mato Grosso, é forte e o encaminhamento da questão encontra-se, hoje, nas mãos da diretoria eleita da Cotrijuí que tem, a partir da data da Assembléia Geral, 30 dias para levantar os núme-

ros, fazer os acertos e levar o assunto para as reuniões de núcleos. Das discussões às propostas e destas ao voto final. A hora é decisiva e tudo indica que desta vez de fato o desmembramento ou então, mais uma ampla reforma administrativa. Matéria na página 14.

O presidente Fernando Collor de Mello mostrou os dentes bem antes de colocar a faixa presidencial sobre os ombros. Dois dias antes da sua posse pediu o fechamento dos bancos e, já na sexta-feira, dava o maior calote ao bolso dos brasileiros, confiscando parte do dinheiro aplicado em poupança, over ou conta remunerada. Foi o maior golpe de liquidez já implantado no país e que tem como objetivo o déficit público. Nessa caminhada Collor ainda fechou as portas dos bancos e órgãos públicos, cortou subsídios e benefícios, abriu as portas do país às exportações, achatou salários, tabelou preços e está prometendo devolver o dinheiro que pegou emprestado daqui há 18 meses, em 12 prestações. O quadro econômico se visualiza é recessivo, dizem os economistas mais pessimistas com planos anteriores e que vêem a questão da dívida externa ainda pendente. Matéria e análise sobre o Plano Collor Novo na página 4 a 11.

DO LEITOR

O sofisma do trigo estrangeiro barato

Raul Quevedo

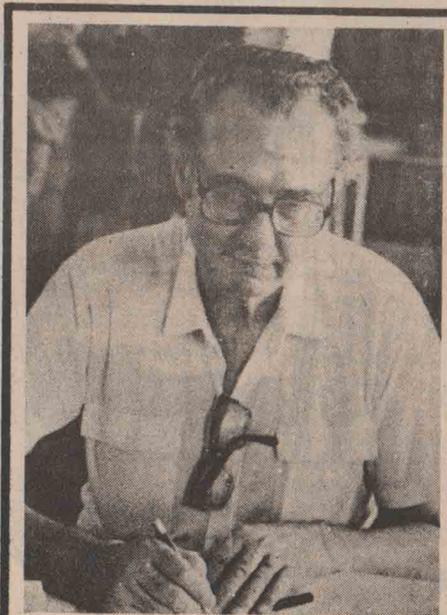
No final do ano agrícola de 1989, os agricultores norte-americanos deviam aos bancos e ao governo de seu país, cerca de 200 bilhões de dólares. Isso representa, praticamente, o dobro de toda a dívida externa brasileira. Como a nossa própria dívida, é impagável. Mas nem por isso devedores e credores estão muito preocupados. Tanto o governo dos Estados Unidos quanto seus banqueiros e os agricultores, sabem que será contornada a situação em proveito dos segmentos envolvidos, porque "sua excelência" — o trigo — é um produto especial e estratégico, tanto para a economia interna como para a política externa estadunidense.

O Ministério da Agricultura dos Estados Unidos — USDA, controla as áreas plantadas com trigo mediante uma ampla e complexa concessão de subsídios que intervêm fortemente nos preços internos e externos. Não há, nem nunca haverá, correlação entre livre competição de mercado e preços internacionais para o trigo. E em maior ou menor escala, o mesmo ocorre com os países da área do Mercado Comum Europeu.

Argumentar, como tem sido feito em determinadas ocasiões, que o trigo importado é mais barato que o nacional, é de infantilidade meridiana. O mercado internacional do trigo é operado em regime de "dumping". E visa, exatamente, barrar o surgimento de novos países produtores.

É claro que os países grandes produtores, e principalmente os Estados Unidos, que têm no trigo uma espécie de "arma estratégica", não só não estimulam como ainda procuram interferir no sentido de reduzir, ao máximo, as possibilidades de novos parceiros nesse mercado, já por si, muito difícil de ser alcançado.

Na análise da triticultura, o que menos deve ser considerado é o preço. Se ele nos é oferecido, em determinado ano, a preços inferiores aos estabelecidos no mercado interno, é por consequência de subsídios recebidos na origem e não por outro fator. Se deixarmos de produzir, iludidos por esse arti-



"Argumentar, como tem sido feito em determinadas ocasiões, que o trigo importado é mais barato que o nacional, é de infantilidade meridiana".

fício de mercado, pagaremos muito caro por essa negligência, em futuro muito próximo.

Mas é preciso enfatizar o significado que tem o trigo na economia de escala dos países produtores. No caso do Brasil, essa importância assume proporções imensas, que, extrapolando o setor primário da economia, atinge importantes segmentos da indústria.

Como cultura de inverno, usando as mesmas terras, a mesma mão-de-obra, máquinas, armazéns, transportes e infra-estrutura das lavouras de verão (soja, arroz, milho, sorgo, feijão e forrageiras), é fundamental não somente para dividir custos de produção, como também para viabilizar a própria indústria de máquinas agrícolas, empresas de fertilizantes e outras.

Por aí, já se vê que é um sofisma dizer que o trigo nacional custa mais caro. Pois não se deve esquecer que o trigo estrangeiro, pelos motivos já expostos aqui, é operado em regime

de "dumping". Mas o que vem a ser a palavra "dumping"? Não tem tradução literal em português. Ela quer dizer mais ou menos, "venda forçada", "venda estimulada", para abrir mercados ou para mantê-los sob custódia mesmo que através de subsídios momentâneos, cujo prejuízo, o vendedor ressarcirá no futuro. É exatamente o que eles fazem com o Brasil e pretendem continuar a fazê-lo, no caso de guerra.

Tudo o que foi dito até aqui não foge ao óbvio. Todas as pessoas sensatas e honestas, o sabem. Portanto, não haveria necessidade de nenhum argumento em defesa da triticultura nacional. Infelizmente, nem todas as pessoas são sensatas, e muitos não são, honestas. Há, ainda, um outro tipo de gente. São os eternos inimigos do trigo nacional. Os testas-de-ferro dos interesses de terceiros, geralmente grupos corporativistas, nacionais e internacionais. Estes, só podem ser derrotados perante um Estado organizado e forte, com leis rígidas e aplicadas. Nenhuma mensagem ou apelo de patriotismo, os influenciará.

No entanto, não será demais repetir. Reside na agricultura a origem de todas as riquezas. O homem está em estágio social avançado, por consequência da agricultura. A história demonstra que aqueles povos que não dedicaram à agricultura as atenções devidas, pagaram caro por essa negligência. E na atualidade do mundo contemporâneo, esses exemplos são revelados dramáticos, em todo o mundo subdesenvolvido, inclusive no Brasil.

Para nós, brasileiros, produzir alimentos é questão de honra, como me disse, em reportagem para o Cotrijournal, edição anterior, o diretor Ctrin, Nilo Fensterseifer. Quando o agricultor planta, cria uma riqueza que antes não existia. Mas não se ilude com isso. Para plantar e colher, ele depende de toda uma estrutura econômica e social. Aproveita todo um aparato industrial, financeiro e comercial, que, sem sua participação, ficaria inativo. Assim, creio, fica desmascarado o sofisma do trigo estrangeiro barato. Não é assim?

Ministro relâmpago

Contrariando algumas expectativas que apostavam para outros cargos, o ministério Collor teve sua primeira baixa mesmo na pasta da Agricultura e Reforma Agrária, onde o goiano Joaquim Roriz, ex-governador nomeado do Distrito Federal, nem chegou a esquentar o banco. Quinze dias após a posse, de forma meio atrapalhada, o próprio presidente justificava a saída do ministro relâmpago, atestando ser ele a única alternativa para derrubar a esquerda em Brasília, nas próximas eleições. A desculpa ainda não foi engolida pelo Congresso Nacional, já que a lei eleitoral tal como está não o ampara para tal pretensão. Como o "jeitinho" continua em voga na era Collor, o ditado na legislação é bem provável que permaneça. Enquanto isso, o setor rural, dá mais um suspiro enquanto aguarda as próximas atrações, agora com o protagonista Antonio Cabrera Mano Filho.

OCERGS

Força política

A reforma de seus estatutos. Esta é a razão pela qual a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul deu início a uma rodada de reuniões pelo interior do Estado. As mudanças a serem introduzidas no estatuto da Ocergs visam, não só reforçar o poder político da entidade, como também acabar com os paralelismos, principalmente neste momento em que o sistema passa por mudanças profundas justamente por ter se livrado das amarras do Estado. A rodada de reuniões, contando com a presença de Adelar Cunha, diretor presidente da entidade e Leopoldo Deves, diretor superintendente, iniciou por Caxias do Sul, prosseguindo por Passo Fundo, Ijuí, Santa Maria, Alegrete e Porto Alegre.

Ao levar a discussão da reformulação de seu estatuto até o interior do Estado, a Ocergs não só está buscando maior poder político, como também buscando o apoio de suas 28 representadas. As alterações a serem introduzidas e a maior força política da entidade vão ser definidas durante assembleia extraordinária, marcada para o dia 26 de abril, na Assembleia Legislativa, de Porto Alegre.

A nova diretoria da Abrasem

A 1ª GRANSOJA serviu de palco para a posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Produtores de Sementes - ABRASEM, eleita para o biênio 90/91. Na presidência foi empossado o produtor de Mato Grosso do Sul, José Américo Amaral, como vice-presidente João Bosco Idelino dos Santos, de Goiás, como 1º secretário Gil-

A visita dos diplomatas

A Cotrijuí recebeu em fins de março, a visita dos alunos do Instituto Rio Branco, de Brasília. Na comitiva, formada por 18 futuros diplomatas, a presença, além dos estudantes brasileiros, de um grupo de estrangeiros oriundos de Cabo Verde, Guiné Bisau, Trinidad Tobago, Bolívia e Angola. O grupo era coordenado pela assessora Técnica do Instituto, Sebastiana Maria de Azevedo e ainda pelo ministro Livio Justino de Souza.

Na visita à Cotrijuí, em Ijuí, os futuros diplomatas foram recebidos pelo diretor Léo Goi e pelo assessor de Comunicação e Educação, Luiz Fernando Konzen que, durante toda uma tarde, mostraram aos visitantes a estrutura organizacional da cooperativa, a forma de representatividade do quadro social, o sistema de armazenamento, de produção, entre outros pontos.

Ao visitar a Cotrijuí, "um modelo de cooperativa no Brasil, os futuros diplomatas recebem informações sobre a produção, mercado externo e interno diversificação, entre outros pontos relativos a nossa agricultura, sintetiza Sebastiana de Azevedo. Além da Cotrijuí em Ijuí, a comitiva ainda passou por São Miguel das Missões, Porto Alegre e Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Desta vez o asfalto sai

A direção e associados da Cotrijuí estão prestes a verem atendida uma antiga reivindicação: a do asfaltamento do trecho de acesso à cooperativa, englobando as ruas das Chácaras e José Gabriel e a avenida Porto Alegre. A boa nova foi confirmada, inclusive, pelo então governador Pedro Simon, por ocasião de visita feita a Ijuí no início do mês de março. Mas a briga pelo asfaltamento do trecho que liga a BR-285 à Cotrijuí é antiga e já teve um ensaio de que poderia sair em incícios de 1988, quando a direção da cooperativa recebeu a visita de um dos diretores do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Na luta pelo asfaltamento, a Cotrijuí e quadro social contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Ijuí, comunidade em geral, deputado Mário Limberger e o suplente a vereador Pedro Pittol.

O trecho a ser asfaltado mede 4.250 metros e vem facilitar o fluxo de entrada dos caminhões, tratores e máquinas, que se intensifica principalmente no período de pique da safra.

berto Goellner de Mato Grosso, e como 2º secretário, o produtor Décio Bintel, de Minas Gerais.

A ABRASEM é uma entidade máxima do setor sementeiro nacional e possui representação em 10 estados brasileiros, congregando 847 produtores.

TRIGO

Produção de 20 milhões de toneladas

Este é o título correto da matéria sobre a situação do trigo no Brasil, publicado nas páginas centrais da edição anterior do Cotrijournal. Problemas de revisão fizeram com que, em lugar de 20 milhões de toneladas, saísse 2 milhões. É bom lembrar que, em 1989, um ano difícil para a triticultura, a produção já atingiu 5,5 milhões de toneladas.

Bancos temem a desinflação

A palavra "banco", expressa uma certa conotação mágica, que leva à pensar em dinheiro, riqueza, prestígio, poder. Não é à-toa que a origem do nome, "bank", em germânico arcaico do século XII, dizia "monte de dinheiro", ou, "dinheiro empilhado", guardado.

Mas o primeiro banqueiro de expressão que a história registra só foi aparecer seis séculos depois, na Inglaterra. Foi Lourenço Childs, que também goza o privilégio de haver inventado a ordem de pagamento, chamada, cheque. Esse Childs, tronco da frondosa árvore genealógica dos Rothchilds, família de banqueiros que a partir do início do século XIX passou a comandar a economia européia, foi o precursor da Revolução Industrial inglesa, pelo estímulo à poupança.

Os bancos deveriam ser, sempre, fatores de estímulo ao desenvolvimento dos países e conforto e bem-estar dos cidadãos. Aliás, a primeira legislação sobre deveres e direitos bancários, que surgiu na França, em 1865, impôs mecanismos jurídicos que levaram nessa direção. Mas os tempos passaram, e hoje não se sabe exatamente a que fins e objetivos mais se dedicam os bancos e os banqueiros: se à produção e criação de novas riquezas, ou a simples especulação financeira. Torna-se difícil definir, também, se os bancos servem os cidadãos, ou servem-se deles, tal o tempo gasto pelas pessoas nas filas que se formam à frente dessas instituições e o lucro que deixam em seus caixas.

Pelo menos no que se refere ao nosso País, sabe-se que a legislação que regula o funcionamento dos bancos e a responsabilidade dos banqueiros, é cartorial e paternalista, no dizer das próprias autoridades monetárias.

O ex-presidente do Banco Central do Brasil, Waldico Bucchi, dias antes de entregar o cargo ao sucessor, declarou que "a principal fonte de lucros do sistema financeiro tem sido a alta da inflação". E foi enfático ao dizer, que "é preciso que os bancos estejam preparados para retornar a sua atividade-fim: o emprestar dinheiro ao setor produtivo", pois na situação atual, quanto maior a inflação, maior é o ganho das instituições financeiras, que se tornaram pontos de venda dos títulos da dívida pública.

Outra autoridade no assunto, o presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Milton Luis de Melo Santos, em entrevista ao jornal "Gazeta Mercantil", admitiu que "caso haja uma queda brusca da inflação, o sistema bancário passará por dificuldades financeiras". No caso particular do seu estabelecimento, disse, os estudos internos indicam que ele somente manterá uma boa rentabilidade caso a inflação não desça abaixo de 15 por cento.

Curioso o sistema bancário brasileiro, que depende da inflação para sobreviver. Não deixa de ser uma situação absurda, caracterizada pela prosperidade de uma atividade só quando a nação vai mal; quando atormentada pelo flagelo da inflação. O que fazer para reverter essa situação absurda, frontalmente contrária ao bom senso? É de se esperar que o novo governo — ao que tudo indica — imbuído dos melhores propósitos de administração, redirecione a política do sistema financeiro para melhores caminhos, a fim de que cumpram suas reais finalidades de mentores e financiadores do desenvolvimento.

(Raul Quevedo).

GRANSOJA



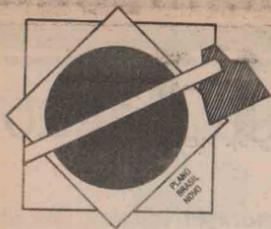
No stand da Cotrijuí...
... uma pequena mostra dos trabalhos da cooperativa na região.

A participação da Cooperativa

A Cotrijuí também esteve presente na 1ª Gransoja, apresentando uma imagem institucional e mostrando em seu stand um mini-elevador de grãos e um silo em movimento, que foi uma das maiores atrações da Feira, uma vez que os visitantes podiam visualizar a Soja — um produto muitas vezes desconhecido do público urbano.

Também foram expostos vários painéis fotográficos através dos quais se mostrou alguns dos principais trabalhos que a Cotrijuí realiza no MS.

O objetivo foi plenamente atingido, uma vez que a meta atual da Cooperativa é divulgar e promover a sua importância no contexto econômico e agrícola do Estado.



O pacotão de Collor

Novo governo sacode economia. A dose é para leão e com efeito para elefante

O que existe no fim do túnel? Ninguém sabe dizer precisamente quais serão os desdobramentos seguintes do Plano Brasil Novo baixado de sopetão pelo presidente Collor de Mello, que trouxe em primeira mão a existência de duas moedas e o maior calote da história. O certo é que, com exceção dos "descamisados", um outro tanto da população que até arrisca um "tem que dar certo", guarda uma boa dose de desconfiança sobre os possíveis componentes recessivos que estão rondando o país. Há, no entanto, quem não tem nenhuma dúvida de que a recessão está à porta, já que o remédio é antigo e, para não fugir à receita, os efeitos colaterais sempre recaem sobre o lado mais fraco da corda. Tanta apreensão é fruto do tratamento de choque estabelecido no dia 16 de março, através de várias medidas, das quais se destacam:



Overnight

Saques limitados em 25 mil cruzeiros ou 20 por cento do total aplicado. O resto fica bloqueado por 18 meses, rendendo juros e correção monetária, para somente, então, ser liberado em 12 parcelas mensais. Além disso, imposto de oito por cento, mais o que já é recolhido.

- Cheques - Todos os cheques emitidos a partir do dia 16 de março devem ser preenchidos em cruzeiros. Os que estiverem preenchidos em cruzados novos ficam bloqueados por 18 meses, com a correção monetária e o juro de 0,5 por cento ao mês. O débito deste cheque também entra em saldo bloqueado. Cheque ao portador só poderá ser emitido até o limite de 100

BTNs. Acima disso somente os cheques nominativos.



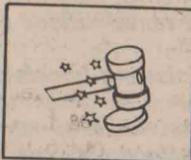
Poupança

Mesma regra da conta corrente: depositante só vai sacar até 50 mil cruzeiros, independente da data de aniversário da conta. O resto fica retido 18 meses com rendimentos normais. Para sacar mais de 50 mil é preciso ter mais de uma poupança em bancos diferentes. Taxação do saldo em poupança a partir de dez mil BTNs e correção dos rendimentos também calculados pela BTN.

- Conta Corrente - Saque limitado de 50 mil somente para dinheiro depositado como cruzado novo.

- Fundos - Tanto os de curto prazo nominativos como os de renda fixa tem as mesmas regras do overnight e estão sujeitos a tributação de 25 por cento.

Dívida - Aquelas contratadas em cruzados novos deverão ser salda-das nesta moeda.



Leilão

Alternativa para as empresas que não recorrerem a empréstimos bancários. A través do leilão realizado pelo Banco Central elas poderão trocar cruzados novos por cruzeiros.

- Salários - Os de março serão corrigidos pela inflação de fevereiro, e ficam congelados por um mês. Dia 15 de abril o governo divulga um índice de inflação para pagar o salário

de abril, sendo que a diferença que estiver acima do estabelecido, fala-se de 3 por cento, só sai por livre negociação.

- Dinheiro - Todo dinheiro que estiver na mão das pessoas ou na caixa das empresas está transformado em cruzeiros.



Salário Mínimo

Correção feita com base na inflação prefixada no dia 15. A cada três meses, um reajuste para repor a diferença e um acréscimo real de 5 por cento.



BTN

Segue com variação pelo IPC e continua sendo divulgado no primeiro dia de cada mês.



Tarifas

Aumento dos combustíveis 57,8 por cento; energia elétrica e telecomunicações, 32,1 por cento; correios e telégrafos 83,5 por cento não entram no cálculo de correção de salários.

- Títulos ao Portador - Todos extintos.

- Ouro e Ações - O primeiro fica sujeito a um imposto de 25 por cento. As ações ficam sujeitas a um imposto de 25 por cento, quando ultrapassarem o valor de 10 mil BTNs.

- Conta Remunerada - a mesma regra das aplicações de mesma forma.



Importação

liberada. ZEPs foram extintas, restando apenas a Zona Franca de Manaus, por dispositivo constitucional.

- Câmbio - Taxação de 10 por cento.



Inflação

O IPC continuará sendo apurado mensalmente, mas o índice que valia para salários, prestações de casa própria, guéis, entre outras coisas, será o de 15 de cada mês. De 15 de março de abril não existe qualquer reajuste. Em 15 de abril, será feita pela primeira vez a prefixação da inflação que valerá globalmente no período de 1º de abril a maio.

- Preços - Congelados por um mês a partir de 12 de março. Reajuste submetido ao Ministério da Economia, que em 15 de abril deverá fazer a correção pelo índice prefixado. Além dessas regras, ocorreram mudanças no setor de aluguel, casa própria, aluguel, dólar turismo e comércio. Todos no entanto, assim como outras medidas que fazem parte do plano estão apreciadas pelo Congresso Nacional.

Ainda uma incógnita

A recessão, pelo menos num curto espaço de tempo, é inevitável. A previsão é dos professores do Departamento de Economia da Unijuf, Moacir Hetzel e Agenor Castoldi, para quem o plano econômico do presidente falhou em não atacar o processo inflacionário na sua essência, que é a questão da dívida externa. Essa "brecha" no plano leva os professores a levantar algumas dúvidas em relação a longevidade do plano econômico "que a nosso ver continua sendo uma incógnita".

Como o governo preferiu rolar a dívida externa, a raiz do processo inflacionário brasileiro, em vez de atacá-lo, não teve outra saída senão mexer no bolso dos brasileiros, através de medidas monetárias e fiscais. Optou por buscar empréstimos aqui dentro, não mais a curto prazo, como vinha fazendo através das aplicações no overnight, por exemplo, mas por um prazo bem maior: um ano e meio.

Esse valor bloqueado na conta dos brasileiros com dinheiro em circulação dá a dimensão exata do engajamento promovido pelo governo na economia do país, segundo o professor. E, justamente por ter escolhido este caminho para deter o processo inflacionário "pelo menos por algum tempo", o governo teve realmente que ser muito duro nas suas medidas fiscais, monetárias e na sua política de rendas.

POLÍTICA DE RENDAS - Toda a questão da política de rendas do país, está centrada, segundo os dois professores, no controle dos preços e dos salários. Mas numa economia capitalista e complexa como a brasileira, qualquer plano neste sentido passa antes de tudo pelo jogo de força entre os grandes grupos econômicos do país e o governo, assinala Moacir, citando como exemplo os setores mais oligopolizados, como o da indústria de automóveis, peças e cimento.

Qualquer sucesso neste sentido, segundo o Moacir, vai ficar muito mais na dependência da vontade política destas indústrias no sentido de contribuir para baixar a inflação. Mas se ocorrer o contrário, o Moacir não aposta numa vantagem para o governo "que não terá forças para se impor e segurar os preços".

Os dois professores criticam as perdas salariais, "que poderão chegar a 50 por cento" e condenam a prefixação, a qual preferem chamar de congelamento. O Agenor Castoldi considera a tal de prefixação salarial como uma medida altamente recessiva, capaz de reduzir o poder de compra do consumidor, afetando diretamente o setor produtivo. Por não ter para quem vender, a indústria vai acabar parando suas ati-



Agenor Castoldi



Moacir Hetzel

vidades, como já vem fazendo, gerando uma nova onda de desempregos. Isso significa, na sua opinião que, mais uma vez a conta vai sobrar para o assalariado. Para o Moacir, a classe trabalhadora vai ser atingida de duas maneiras: pelo arrocho salarial e pela recessão.

DISCURSO MORALISTA - A justificativa de que as empresas estatais precisam ser privatizadas para se tornarem eficientes, não passa, de acordo com o professor Moacir, de um discurso moralista do presidente Collor. A reforma administrativa e patrimonial tem um fundo político que pode ser muito perigoso dentro do nosso quadro econômico dominado pelos grandes grupos. A competitividade vai ficar ainda mais difícil e as privatizações "em exagero" só vão servir para fortalecer ainda mais esses grandes grupos, avisa o professor condenando o mau juízo que se faz das estatais, "muitas vezes chamadas de ineficientes. Dizer que o governo é ineficiente é fazer uma afirmação equivocada. Todo o problema, no seu entender, reside na mentalidade privatizante que domina o país.

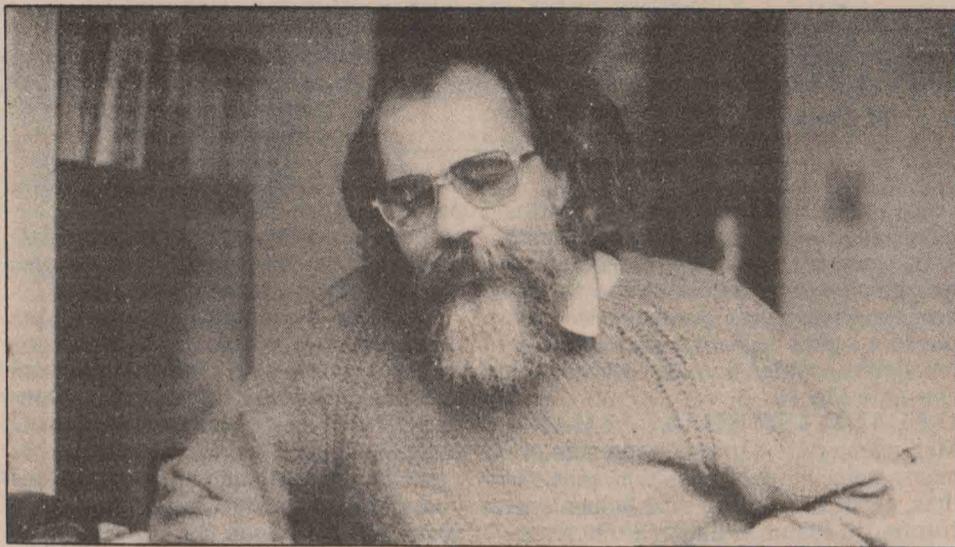
Mas assim como discorda das privatizações "exageradas", o Moacir

também condena a abertura de mercados para exportações, e o fim da reserva de câmbio. Essa é uma medida que vai prejudicar alguns setores, como a indústria, a biotecnologia e a indústria de precisão, por exemplo, que já começam a engatinhar e, certamente, a partir desta decisão do governo, perderão força para continuar competindo nos mesmos níveis de preços, com empresas de fora.

A POLÍTICA CAMBIAL - No fim do câmbio oficial, todas as importações e negócios no mercado internacional serão regidos pelo câmbio paralelo, o que pode representar, segundo Moacir, uma faca de dois gumes para os agricultores. Se realmente se confirmar a tendência de aumentar o câmbio paralelo, em relação ao oficial, isso é muito interessante para os produtores", observa o Moacir, que faz uma alerta em relação ao caso da soja, "que, certamente, deverá sofrer as consequências da eliminação dos subsídios e benefícios às exportações. Os chamados adiantamentos de câmbio, os chamados de câmbio deixaram de existir, e as empresas acostumadas a este tipo de procedimento, vão tentar tirar proveito da soja, esse lucro que estão perdendo. Então, se por um lado existe uma expectativa em relação a liberalização do câmbio, por outro lado, a retirada do subsídio às exportações pode fazer com que o preço da soja não aumente na mesma proporção que vinha sendo esperada", deixa claro Moacir.

Um figurino bem conhecido

O Plano Collor não contempla o processo distributivo de renda, diz Dinarte Belato. Para ele, a recessão é uma certeza e a dívida externa tem o tratamento recomendado pelo FMI



Dinarte Belato
Um plano bem ao modelo do FMI

Que esperar do Plano Collor? pergunta que tem assolado os diferentes setores da economia, é feita pelo pesquisador da Unijuf, Dinarte Belato, de uma forma mais serena, principalmente no que diz respeito aos seus efeitos mais lógicos: a recessão, já que o pacote, segundo ele, não tem nada de original e se inscreve no modelo de saneamento capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional, para economias desequilibradas dos países subdesenvolvidos.

"O padrão básico é o mesmo usado no México, na Venezuela e no modo, na Argentina", explicou ao falar sobre a premissa fundamental do plano de que o Estado não deve mais intervir na economia, e sim deixar que seja gerida agora pelo livre mercado, o livre jogo de capitais dentro do processo produtivo. Para que isso seja alcançado a longo prazo, aplica-se uma receita em que a última cartada do Estado é a mais forte e profunda possível, baseada em estratégias bem definidas, como o combate à inflação, através de um enrijecimento radical da liquidez do merca-

EFICIÊNCIA DA RECEITA — A partir de então, segue explicando Belato, a economia deve retornar a lógica dos custos de produção e portanto suas margens de lucro fora do processo inflacionário. Como um segundo componente para atingir o "paralelo do livre mercado", aparecem, de acordo com o professor, a retirada do Estado, realizada de duas formas diferentes. A primeira, num processo intermédio da eliminação pura e simples de uma massa importante de empresas, tipo Instituto Brasileiro de Cachaça, Instituto do Alcool e do Açúcar, que cumpriram funções históricas desde 1930, mas que hoje não têm mais ra-

zão de ser, já que o mercado nacional e internacional desses produtos tem que ser regulado pelo livre jogo do mercado." A segunda forma de fazer o Estado debandar da economia, aconteceria de forma gradativa e indireta, naqueles setores de infra-estrutura como transportes, produção industrial e energia.

Com estas primeiras reformas, a economia, segundo o modelo proposto, deve voltar a funcionar, trazendo a longo prazo uma retomada de investimentos, que poderá contemplar um processo de distribuição de renda fora dos padrões atuais. Antes disso, no entanto, os seus efeitos serão altamente penosos para os setores historicamente mais desfavorecidos, os setores mais débeis, como assalariados, os pequenos empresários e os pequenos produtores, que não tiveram condições de se apropriar de nada nesta disputa feroz da riqueza produzida.

"A proposta não contempla

uma mexida nos mecanismos estruturais", sentencia Belato, questionando a posição de que o mercado se encarregaria de regular, inclusive o processo distributivo. Ao contrário, continua ele, "como temos um brutalíssimo enxugamento de liquidez de forma imediata, os setores mais débeis tenderão a entrar num processo de desaparecimento, bastante apregoado pela busca da eficiência e da produtividade, que requer antes de mais nada, maciços investimentos de capital e num outro plano uma queda violenta da demanda.

Este é o novo componente ditado pela lógica neo-liberal, em que somente os competentes (no sentido mais claro da palavra) sobrevivem e onde não estão contemplados os assalariados. "O carro-chefe do desenvolvimento econômico é o segmento empresarial competitivo, que deve retomar a estratégia de expansão de economia e

posteriormente se responsabilizar pelo processo distributivo". Em última análise, afirma Belato, o remédio propõe uma cura sem intervenção direta na distribuição de renda e sim indiretamente através de uma verdadeira limpeza do aparelho produtivo.

DÍVIDA EXTERNA — Mantendo esta expectativa, refletida ainda pelos patamares previstos de redução do déficit de oito por cento sobre o PIB a alcançar um superávit de dois por cento até o final do ano, o Plano Collor também já configura um tratamento bem conhecido em relação a dívida externa, assegurando através de método de confiança, a negociação de seu pagamento e a entrada de novos capitais estrangeiros.

Para sustentar esta promessa de que "no final do sacrifício todos terão uma recompensa" o plano conta por fim com uma componente autoritária natural, que não passou e não prevê uma discussão com a sociedade. Inevitavelmente esta característica conduz a uma identificação profunda do Estado, depois a Nação com a pessoa do presidente, que se reveste de legitimidade devido a um apoio das massas cultivado no caldo do autoritarismo do regime militar. A nebulosa, então, que se apresenta no fim do tunel, conclui Belato, é a de como este poder pode ultrapassar o desdobramento de seu método econômico e que consequências ele trará para a sociedade como um todo. Caso ele se reforce no Congresso Nacional, corre-se o risco de viver-se um regime proto-fascista, afirma o professor, para em seguida lançar a possibilidade de uma mudança política mais inesperada como a antecipação parlamentarista, caso o plano fracasse e o país caia na ingovernabilidade, novamente.

Cuidado ao abrir as torneiras

Antigo analista dos desdobramentos da crise econômica brasileira, professor do Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Unijuf, Argemiro Brum avalia o Plano Collor como sendo dos mais profundos e abrangentes que ele pretende derrubar a inflação de um golpe só, com medidas drásticas, violentas, tomadas no seu conjunto de uma vez só. "O avião levou e o aeroporto foi destruído", afirma o professor, ao justificar o caráter irreversível do plano, o qual poderia bloquear dois terços de todo o dinheiro disponível do mercado. "O total não pode haver, senão o caos total", diz ele.

Mas para quem apregoa desde muito tempo que a saída para a crise passa por três necessidades: estabilização da economia, a renúncia da dívida externa e a retomada do desenvolvimento econômico e do plano, embora seja abrangente não chega a ser global. Ele é, portanto, bem elaborado tecnicamente.

te, segundo Argemiro, e tem como objetivo de fundo, criar as condições para que Brasil dê um salto qualitativo rumo ao capitalismo moderno, no momento em que procura abrir a economia brasileira à concorrência internacional, retirar a sociedade da tutela do estado e liberar exportações e importações.

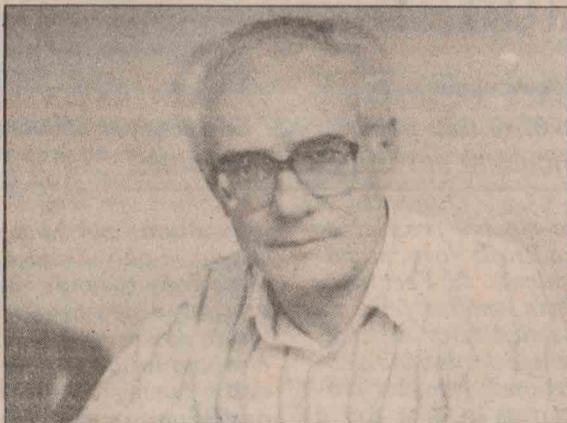
CAMINHOS — Este "salto", no entanto, para o professor, está na dependência de como o Plano vai ser administrado daqui para frente, levando em conta as suas consequências previsíveis de contenção do consumo interno e incentivo às exportações. Nesse ponto ele não deixa de levantar algumas preocupações, principalmente em função "da imaturidade do governo", que já provou inclusive dificuldades para compor a equipe ministerial e viveu os frutos de um desgaste causado pela "inconstitucionalidade de duas medidas", acentua Argemiro lembrando o episódio ocorrido no Jornal Folha de São Paulo.

É possível, contudo, continua

Argemiro, que no decorrer dos próximos meses, o governo que, agora aparece com uma característica autocrática,

perceba que o seu poder tem limites bem maiores do que imaginava, mesmo que a legitimidade conferida pelas urnas crie espaços para o excesso da autoridade. "Tudo depende do sucesso do plano", fala o professor lembrando aqui a característica recessiva do pacote, que a se confirmar de fato, deve durar uns seis meses.

INVERSÃO DE PAPÉIS — Passando de grande devedor a grande credor, o governo tem, de acordo com Argemiro, uma grande responsabilidade pela frente, quando para ultrapassar esta fase de concentração, saiba exatamente as proporções da abertura das torneiras. Se isso não for bem medido

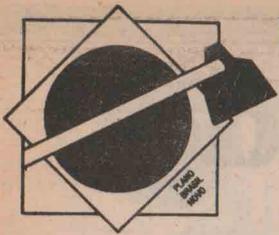


Argemiro Brum
Profundo e abrangente

diz ainda, pode se ter um efeito parecido ao fracasso do Plano Cruzado, mas em maiores propor-

ções.

Sem deixar de salientar a necessidade recessiva do plano — todas as experiências de combate a inflação sempre apresentaram um grau de recessão, diz o professor e pergunta como ela pode recair sobre um país com tantas distâncias sociais como o Brasil, onde a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. O oposto desta situação somente pode ser previsto, caso a sociedade assimile os sacrifícios exigidos e que o governo tenha sensibilidade de, ao abrir das torneiras, repassar todo esse dinheiro suprimido para a área produtiva e conseqüentemente para a base da pirâmide social.



Economia submetida a cirurgia de transplante

A patologia da imagem pertence ao economista Oswaldo Meotti. Ele destaca os muitos méritos e valores do Plano Econômico, mas aponta falhas no que tange à agricultura, que entende devam ser corrigidas

O presidente da Cotrijuí, economista Oswaldo Olmiro Meotti, usou os recursos retóricos de uma figuração clínica para explicar o programa econômico do governo Collor, na atualidade brasileira. Comparando o país a um doente em estágio terminal, entende que as medidas, duras, constantes da espinha dorsal do plano, não podiam ser menos dolorosas.

Para Meotti, o estado patológico do doente era semelhante a alguém que se encontrava na fila de espera, para submeter-se a um transplante de órgãos. "E não somente um órgão, ou dois. Mas de todos os órgãos vitais do organismo. A figuração que faço poderá parecer dura, até cáustica. Naturalmente que a comparação é meramente simbólica. E nesse simbolismo, o médico apareceu na pessoa do presidente Fernando Collor", enfatizou o presidente da Cotrijuí.

Com atos corajosos, iniciou o que seria uma cirurgia. Confiscou 90 por cento do meio circulante, o equivalente a 130 bilhões de dólares, e colocou, sob sua própria custódia, no Banco Central. Uma cirurgia tão radical, que não era esperada, nem imaginada, pela maioria da sociedade nacional. O governo mexeu na política fiscal, na política monetária, na ordem jurídica, e outras questões antigas e anacrônicas que sempre emperraram a ordem social e a administração pública como um todo, tornando um Estado extremamente burocrático, pesado, corrupto, impossível de ser carregado pela sociedade

nacional.

E é nesse sentido que todos nós, cidadãos de boa vontade deste país, torcemos para que o Plano dê certo em todas as suas nuances e formas programáticas, pois de seu êxito, depende a saúde de toda a nacionalidade brasileira, sentenciou o economista Oswaldo Meotti.

O PLANO TEM SUAS FALHAS — Mas, como tudo o que é criado pelo homem, pelo ser humano, tem suas falhas, Meotti considera uma falha na estrutura do Plano, a liberação de recursos para a produção na base do um por um. Quer dizer: um cruzado novo, que é fraco, por um cruzeiro forte. Veja o caso dos produtores rurais, agricultores, principalmente. Como ficam os produtores que assumiram financiamentos em cruzados. Irão, agora, ter de quitar em cruzeiros, na base do um por um? pergunta ele.

Falam em leilão de moedas, mas não se sabe qual vai ser a dinâmica, o procedimento a ser adotado. E há até mesmo urgência nessa decisão, pois muitas dívidas já estão vencendo. Também há os casos de empresas que adquiriram estoques de mercadorias a preços superiores, prevendo a permanência da inflação. Agora, a tendência é a baixa de preços. E elas terão que pagar em cruzeiros, valorizados? Isso deve ser definido, adverte Meotti.

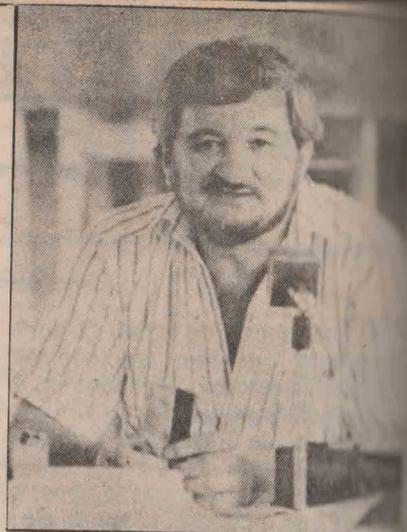
NECESSIDADE DE UM DEFLATOR — Até por uma ironia, isso nos faz pensar na famigerada tablita, que tanto prejuízo nos causou na vigência

dos Planos Cruzado e Bresser. Agora, para regular as situações que citei, faz-se necessário adotar um deflator, para equilibrar os diferenciáveis de valores entre ambas as moedas.

Outro exemplo que dou, e que pode tornar-se dramático para os agricultores, refere-se a produção que será vendida em cruzeiros. Os preços tendem a cair, em virtude da deflação. O mercado já aponta para isso. Assim, os agricultores receberão menos cruzeiros por seus produtos. Como irão quitar seus débitos sem um deflator? Eu, particularmente, não vejo outra saída, porque negociar com os bancos, caso a caso, não vai dar certo.

E os leilões de moedas? Em que índices de valores serão colocados para as liquidações? São questões que colocam, pois elas tendem a se fazer presentes no dia a dia das operações, bancárias ou não. Um deflator para as contas — débito ou créditos — e a definição dos leilões de moeda, ao meu ver, diz Meotti, são ainda questões em aberto, que precisam de melhor avaliação. No restante, entendo que o Plano é bom. Derrubando a inflação, já cumpre a sua parte. Será o resultado positivo da cirurgia que tinha de ser feita.

AGRICULTURA É UMA INCÓGNITA — É preciso constatar ainda, que as questões relacionadas com a área agrícola continuam sendo pouco claras. A começar pela formação dos vários ministérios. As principais pastas foram preenchidas por nomes de expressão política e cultural, identifica-



Oswaldo Meotti
Falta um deflator

dos com as respectivas áreas onde atuar.

No Ministério da Agricultura, por maiores méritos que tenham o novo titular, a realidade é que ele é identificado com o setor. E o que inicia a gestão, com poderes limitados. A extinção da Emater e a transferência da Cobal, do BNCC e CFP para o Ministério da Economia, além de sobrecarregar o setor, retira muito da influência daquilo que fica para o Ministério da Agricultura, é pouco. Nós, produtores rurais, temos o direito, até o dever, de questionar. Estará o governo permitindo a agricultura? questiona Meotti. E ele próprio responde: Não. O presidente tem demonstrado que conhece economia nacional e internacional. Além disso, ele visa a modernização da economia brasileira em todos os seus contornos. É de esperar, portanto, que a agropecuária esteja dentro do contexto que se propõe a realizar.

O PAPEL DA COTRIJUI — De nossa parte, queremos tranquilizar os associados. O papel da Cotrijuí tem sido sempre o de defender o associado. Já fizemos isso quando a tablita prejudicou e pretendemos fazer o mesmo, no presente caso. O que queremos do associado, agora, é compreensão que ele dê tempo ao tempo. Que, se possível, troque por mercadorias cruzados que tiver na cooperativa. Se retire, se for o caso, parceladamente, pois não teremos condições de pagar em cruzeiros, num só dia.

Mas o que irá dar força à cooperativa, para que saia deste primeiro pacto do Plano Brasil Novo, é a entrega da produção por parte do associado. E o produto entregue o fator emulso do progresso. E nesse contexto, o que para a cooperativa, é o preço mínimo. No momento, como se sabe, existe uma oferta de dólares no mercado que demanda. E o dólar, como a principal inflação, tendem a cair de cotação.

Mas a expectativa é das medidas. Os rumos estão traçados e esperamos que o caminho a ser palmilhado nos levar a um melhor destino. As pequenas regulagens de percurso que é muito natural, finalizou Meotti.

As mudanças necessárias

O governo não pode deixar de reservar recursos à agricultura em volumes suficientes

A primeira medida passível de correção no Plano Brasil Novo, no julgamento do presidente da Fecotrijo, Odacir Klein, numa análise feita no dia 23 de março, seria liberar as parcelas de financiamentos destinadas a colheita, que por determinação dos próprios bancos, estavam retidas sob a forma de CDBs, ou outros tipos de operações financeiras. Os produtores ficaram sem poder sacá-las na sua totalidade, porque os depósitos foram considerados como especulação.

Mas Klein vê outras situações em que sente necessidade de correções, sob pena de faltarem recursos fundamentais à lavoura, inclusive para a colheita da safra de verão. O governo, que fala em abrir as comportas dessa barragem, deve fazer na hora certa e nas doses necessárias. Quanto a hora, ela já está presente. E os valores a serem liberados precisam ser nas quantidades suficientes, para evitar que os trabalhos sofram solução de continuidade. Essa abertura de comportas terá de ser feita, portanto, com o maior cuidado e zelo.

Nossa preocupação é com a

agricultura, que há muito perde substância, e não dispõe de nenhuma gordura para queimar. Odacir Klein não esconde a preocupação de que, com a visão do enxugamento de liquidez e combate ao déficit público, o governo deixe também de reservar recursos à agricultura, a juros compatíveis, e em volumes suficientes. Segundo diz, não adiantará reduzir o meio circulante para combater a inflação, se juntamente com essa medida não tivermos o respaldo de safras abundantes na agricultura e na pecuária. O combate à inflação não se desassocia, de maneira nenhuma, do respaldo de safras compensadoras. O governo precisa ter isso muito claro, sob pena de ele mesmo colocar em risco o plano que articulou e colocou em prática.

SALVA PELAS COOPERATIVAS

— A safra de trigo anterior e as últimas safras de verão, ante a escassez de recursos oficiais, foram bancadas através de adiantamentos e fornecimentos de insumos e sementes, pelas cooperativas. E algumas dessas cooperativas estão com seus recursos retidos através desse confisco feito pelo governo. Isso



Odacir Klein

Medidas não podem levar agricultura à recessão

quer dizer que elas estão exauridas de recursos. A situação é preocupante, e o governo precisa se conscientizar disso, alerta o presidente da Fecotrijo, para quem, foram as cooperativas que salvaram a safra de verão 1989/90.

Sobre o propalado afastamento do estado da economia, Odacir Klein concorda. Mas acha que a agricultura precisa ter a garantia de preços que compensem a atividade e os riscos que ela apresenta, em todos os seus níveis e estágios de produção. Afinal, concluiu Odacir Klein: as medidas do novo governo não podem levar a recessão também a agricultura, pois sem a produção de alimentos não há política econômica que dê certo.

COTRIEXPORT — CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Para seguros de:

INCENDIO - VEÍCULOS - VIDA - ACIDENTES PESSOAIS - RESIDENCIAIS E OUTROS

Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513

Fone 332-2400 - ramal 364

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 1515
5º andar - Fone 33-50-32

À espera de um banco para o sistema

O Sistema Integrado de Crédito Cooperativo do Rio Grande do Sul (SICREDI-RS), está em vias de obter um número de compensação, pelo Banco Central do Brasil. É possível que quando esta edição do "jornal" estiver circulando, já esteja definida esta condição, o que utilizar, ainda mais, a operação do sistema". A declaração é do presidente da Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul, Ademar Schardong, durante entrevista concedida a nosso jornal, em Ijuí.

O presidente da Cocecrer, que até então estava revoltado, em vista das notícias que circularam quanto a extinção das cooperativas de crédito, deu um fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, ressaltou que as cooperativas não só estão em pleno funcionamento operacional, como vivem neste momento até mesmo histórico econômico do País, com perspectivas que jamais sonharam alcançar, neste prazo.

Como que por serem entidades privadas, administradas de forma simples por técnicos competentes, com estruturas de baixo custo, receberam impulso desenvolvimentista a fim de uma economia lastreada para combater a inflação baixa, ou até com nível zero.

ESTADA NOS BANCOS — Em relação ao sistema bancário tradicional, Schardong prevê que estes enfrentarão dificuldades para lidar com as medidas introduzidas pelo sistema econômico do governo, como uma redução drástica da inflação. Para ele, o Plano Brasil Novo trouxe uma tremenda cacetada nos bancos e eles terão que trabalhar muito para se reestruturando-se, ao máximo, para não naufragar, já que a política econômica do país — que era seguida à risca pelos banqueiros — era direcionada à especulação, e muito pouca produção.

Ele considera bom o programa, apesar de sua estrutura teórica. No

SICREDI-RS



Ademar Schardong — Cocecrer
Um momento histórico na vida do país

entanto, manifesta um certo temor no que se refere à prática de sua operacionalização, até mesmo — e principalmente — por uma razão de foro cultural da nossa gente.

O PLANO ALEMÃO — O presidente da Cocecrer vê semelhança muito grande no Plano Brasil Novo, do presidente Fernando Collor, com o programa de recuperação da Alemanha, de 1948, logo após o término do II Guerra Mundial. Lá, como todos sabem, deu certo. Mas há diferença muito grande entre os dois povos, em termos culturais. Na Alemanha, o programa foi ainda mais arrojado.

O programa brasileiro confisca dinheiro, é verdade, mas promete devolvê-lo em prazo de 18 meses. No alemão, o confisco não teve retorno nem mesmo quando o país se recuperou, tomando-se um dos mais ricos do mundo. É de esperar que os brasileiros, a exemplo dos alemães, que já vinham de extenuante guerra, também se conscientizem da necessidade de colaborar, dando um pouco de sacrifício. Aliás, no caso brasileiro, quem ainda não havia sido chamada a dar sua cota de sa-

crifícios, eram as elites.

É justo que elas, agora, deem sua contribuição à nação, visto que as camadas mais necessitadas da população sempre a deram, até de forma compulsória, por redução de seus salários e pelo confisco da inflação.

O CRUZEIRO DA SOJA — Ademar Schardong prevê que os produtores primários têm, potencialmente, melhores e mais rápidas condições de se recuperarem economicamente, do que os integrantes dos demais segmentos da economia nacional. Diz que os agricultores já vinham, há tempos, se autofinanciando, ou usando recursos próprios das cooperativas, onde o exemplo mais dinâmico pode ser dado pelo sistema troca-troca, adotado pela Cotrijuí, a seus associados.

Nestes casos, que são muitos, ressalta Schardong, enquanto comerciantes e industriais estão com os cruzados presos, confiscados e à disposição do Banco Central, os agricultores e pecuaristas estão com os cruzeiros na lavoura ou no campo. São os cruzeiros da soja e do boi, que o governo não tem porque intervir.

É o momento dos agricultores reforçarem suas cooperativas, de produção e de crédito, pois elas são suas e sempre estarão presentes, ao seu lado, nos momentos de dificuldades. E no caso específico da cooperativa de crédito, é o instrumento mais ágil que o produtor tem, para poupar. Ela está próxima, é onde todos se conhecem, e pode ser fiscalizada por ele mesmo.



A sede do BNCC, de Ijuí
Fechada desde a
decretação do Plano

"Não queremos privilégios"

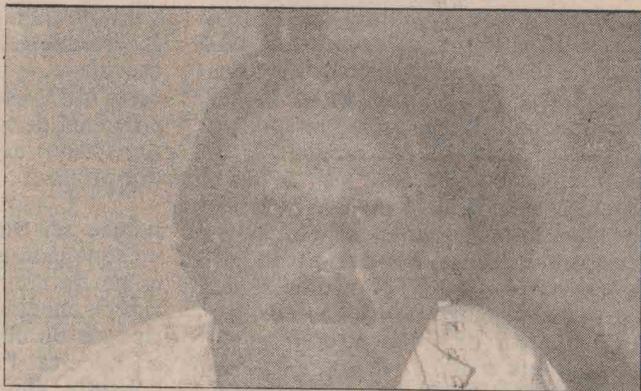
O novo Presidente da República Fernando Collor de Mello já tem assegurado seu lugar, e no futuro se contar a história não só pelo mérito de ter sido eleito pelo voto direto após um jejum de 29 anos, mas muito mais pela coragem que causou logo que tomou posse, ao anunciar o pacote de medidas econômicas e que entre outras coisas consistiu no maior confisco de dinheiro já realizado no Brasil.

A sociedade brasileira vive ainda a complexidade do momento e a esmagadora maioria das pessoas e mesmo as empresas foi literalmente pega de surpresa. As promessas de mudanças eram esperadas, mas poucas foram aquelas que elas viessem com tanta urgência. O estado de choque se difundindo aos poucos, mas as dificuldades são muitas.

De modo geral, entretanto, podemos dizer que o "Plano Brasil Novo" recebeu apoio da sociedade e que tem sido reforçado pela maior imprensa nacional, que em al-

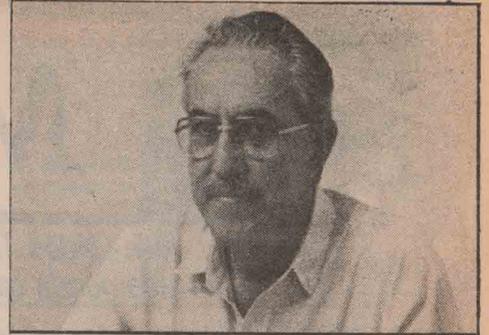
guns casos ultrapassa o ufanismo escancarado. O pacote passa agora por uma lapidação e alguns ajustes deverão ser feitos, cabendo aos vários segmentos produtivos buscarem um aperfeiçoamento e reivindicar soluções para cada setor.

Este é o caso da agricultura, que levou a Brasília, através da Frente Ampla da Agropecuária, uma série de reivindicações para a área. O presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul — Famasul — Eduardo Metello revela que entre os pedidos feitos à equipe do novo Governo, está



Eduardo Metello, da Famasul
Irritação com a reforma agrária

a permissão para produtores rurais retirarem parte do dinheiro retido que tenha como finalidade o pagamento de seus funcionários. Além disso Metello considera como vital para a atividade, a liberação de recursos para que o agricultor possa fazer sua colheita e consiga pagar suas despesas do dia-a-dia. Devem ser estudadas outras medidas para que em caso de emergência, o produtor tenha acesso a uma parte maior de seu dinheiro retido.



Nedy Borges
A incógnita do novo ministro

Concentração de poder

Para o vice-presidente da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges, o plano econômico não pode ser analisado isoladamente, mas sim em sua totalidade.

Nedy Borges salienta, contudo, que algumas medidas merecem destaque, e entre elas o ajuste fiscal que deverá ser feito, pois vai proporcionar o fim do anonimato em títulos e bolsas, que davam margem a inúmeras negociatas, além de eliminar em grande parte a sonegação de impostos, um dos problemas mais sérios da economia nacional. O ajuste fiscal foi muito amplo, mas sua execução será extremamente salutar, considera o vice-presidente, pois fechou todas as portas para a prática de negócios ilícitos. Ele ressalta ainda que o ajuste monetário promovido pela equipe de Collor foi uma jogada muito inteligente, cabendo ao Governo o controle total da situação, configurando-se na maior concentração do poder que um presidente já teve em todos os tempos no país e por isso cabe a ele exclusiva responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do plano.

Quanto às medidas que afetarão diretamente a área agrícola, com a cobrança de Imposto de Renda e a liberação do câmbio, o dirigente comenta que na verdade o agricultor sempre pagou Imposto de Renda, mas a taxa não era tão alta como a de outros setores. O que deveria ser feito, e esta é uma reivindicação antiga da classe, é que seja cobrado o Imposto sobre a renda líquida do produtor e não sobre sua produção como vem sendo feito até agora com a incidência direta do ICMS e Funrural, sobre tudo o que é produzido.

O presidente da Famasul ressalta entretanto que a classe não quer ter privilégios, para não correr o risco de ser acusada como culpada se o plano falhar. Ele afirma que os produtores do Centro-Oeste estão apoiando as medidas do Governo Collor e vendo com otimismo o plano que se fazia necessário para conter a escalada inflacionária.

Com relação ao ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, Metello está entusiasmado com a indicação e observa que Cabrera tem amplo conhecimento sobre os problemas do campo. O presidente da Famasul esteve em audiência com o ministro e também com o presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro. Ambos garantiram que a liberação de recursos para o Centro-Oeste sairia em três dias. Metello afirma ainda que está confirmada a quantia de 14 milhões de cruzeiros para a agricultura, mas não soube precisar o montante ou a necessidade de recursos para Mato Grosso do Sul.



Muita cautela

José Carlos Treiguer, diretor de comercialização da Cotriexport, recomenda cautela aos produtores

A retomada do ritmo dos negócios, nestes momentos que sucedem a implantação do Plano Econômico Brasil Novo, deve se processar de maneira lenta e com muito cuidado. No dizer do diretor de comercialização da Cotriexport, José Carlos Treiguer, o mercado internacional da soja, por exemplo, que vinha se processando fraco, até pelo fato de aguardar a próxima oferta da safra brasileira, teve mais uma razão de aquietar-se, com a mudança de governo e implantação do Plano Econômico.

Esse mercado frouxo, que se revelava motivado, de um lado, pela inflação, e de outro, pelo achatamento do câmbio oficial, chegou a motivar uma pequena recuperação de preços em Chicago, influenciando, igualmente, os prêmios pelo complexo soja. Mas a divulgação do Pacote Econômico foi a água fria na fervura. E quem esperava

abrir mercados, por consequência de uma maxi desvalorização do Cruzado, viu acontecer precisamente o contrário. O ressuscitar do Cruzeiro, chamado forte, derrubou a soja de uma cotação de Ncz\$ 400 para pouco mais de Ncz\$ 300, como efeito imediato da nova política econômica.

APREENSÃO E CONFUSÃO — Para Treiguer, a troca do padrão monetário e seus valores de referência, deixou o produtor — e porque não dizer — também os analistas de mercado, confusos. Quem estava preparado psicologicamente para trabalhar com inflação alta, até hiperinflação, vai precisar reciclar-se para operar agora com os índices de inflação baixos, quase zero, conforme promete o governo.

Determinar o momento certo para vender a soja, é de fundamental importância para os produtores, diz

Treiguer. E não, talvez, pelo valor em cruzeiros alcançado pelo produto, mas principalmente, pelo poder de troca do dinheiro. O que dá para ser previsto, salvo o surgimento de algum fato novo a nível internacional, é que a soja vai ser mantida em patamares baixos, com reações bastante tímidas, nos próximos meses.

Treiguer considera remoto que o grão se altere, além dos seis dólares o buschel, pelo menos durante o mês de abril. Mas outro elemento considerado muito importante pelo analista da Cotriexport, é uma questão de foro íntimo. É se o Plano Collor irá ou não, dar certo. Pois na decisão de vender ou reter o produto, deverá ter peso esse comportamento do produtor. A colaboração consciente de todos é de extraordinária importância nesse contexto, disse José Carlos Treiguer.

AGRICULTURA

Na mira do leão

A agricultura, a pecuária, a exploração e a extração vegetal e animal estão na mira do leão a partir de 1990. Essa mordida, que em resumo pode nem ser tão dolorida, veio com o Plano Collor, avalisada pela Medida Provisória 167. Aos agricultores que não estão gostando do ataque do leão, um consolo: o governo está prometendo aplicar todos os recursos arrecadados com o imposto de renda pelo setor, na própria produção agropecuária. E, aquele agricultor que não quiser ter problemas com o leão, até por não dominar muito a tal de contabilidade, vai ter que contratar os serviços de um contador para manter a "escrita" em dia.

Mas o que mudou no cálculo do imposto de renda? Esta é uma pergunta que anda deixando muito agricultor "meio desorganizado nas suas contas", sem sono. Até antes do Plano Collor, não havia muitos segredos na hora de fazer a declaração e também muito pouco de imposto o agricultor pagava. Ano passado, por exemplo, calcula-se que apenas 0,8 por cento dos pagamentos referiam-se a imposto arrecadado na atividade agrícola. O que também não significava que o agricultor estivesse sonogando impostos. Os cálculos é que eram diferenciados. Até então, eles tributavam sobre 10 por cento da renda líquida — receita menos despesas. Ou melhor ainda: se um agricultor, proprietário de 156 hectares de terra tivesse alcançado uma renda bruta de Cr\$ 1.500.000,00, só tributaria sobre uma receita líquida de Cr\$ 150.000,00, pagando, em média, segundo os cálculos levantados pelo Rógeris Pedrazzi, técnico contábil, um valor de Cr\$ 8.000,00. Ele abatia os investimentos incentivados pelo governo em 90 por cento da sua receita bruta. Em resumo, explica melhor o técnico contábil responsável pelo Escritório Técnico Pedrazzi, de Ijuí, o agricultor pagava imposto apenas sobre 10 por cento da sua receita líquida.

NOVA SITUAÇÃO — Com o Plano Collor, a situação muda um pouco, até porque na sua fome de taxar, o governo quer mesmo é arrecadar mais dinheiro

para acertar suas contas. Em princípio, só vai pagar imposto de renda aqueles agricultores proprietários de área de terra superior a 156 hectares. O agricultor que possuir menos de 156 hectares, fica isento de pagar imposto de renda, "embora seja obrigado a fazer declaração", deixa claro Pedrazzi.

A tributação vai recair sobre o total da receita líquida e o agricultor não vai mais poder contar com o fato de poder abater sobre os investimentos, como ocorria anteriormente, diz Pedrazzi, entendendo que essa medida vai levar um número bem maior de agricultores a pagar imposto. Para explicar melhor a nova situação, Rógeris Pedrazzi usa o mesmo exemplo anterior, do agricultor proprietário de 156 hectares de terra. Em cima dessa renda líquida de Cr\$ 1.500.000,00, ele vai pagar Cr\$ 10.000,00 de imposto. Mas se essa renda for um pouquinho superior, de Cr\$ 2.000.000,00, por exemplo, o imposto a ser pago se eleva para Cr\$ 20.859,60.

AS MUDANÇAS — Em resumo, todo o agricultor com renda bruta superior a Cr\$ 100.000,00, terá de declarar imposto de renda. Em caso contrário, fica isento. Mas quais foram as mudanças ocorridas na prática, e para as quais o agricultor precisa ficar atento? Uma das diferenças começa no fato de que o agricultor não poderá deduzir a correção monetária dos financiamentos. As receitas e despesas, por outro lado, serão convertidas em BTN do mês do seu efetivo pagamento ou recebimento. Essa é a situação da produção comercializada durante o ano. Até antes do Plano, ela era declarada pelo valor de venda, mas, de agora em diante, um saco de soja, por exemplo, terá seu preço transformado em BTN. Esse valor será declarado de forma atualizada, explica melhor Pedrazzi.

Outro detalhe: os investimentos passam a ser considerados despesas de custeio. Até então, o agricultor que adquiria um trator, por exemplo, ia deduzindo o valor investido de acordo com uma tabela a título de depreciação. A novidade é que agora todos os

investimentos serão abatidos no próprio ano e entram como despesas, mas continua deduzindo a depreciação. Além disso, o agricultor vai ainda poder abater despesas médicas, odontológicas e hospitalares no valor superior a 20 por cento do resultado da atividade rural e 480 BTNs por dependente, considerando, no caso, um limite para cinco dependentes.

OBRIGATORIEDADE — Quando é que o agricultor terá de fazer a contabilidade na sua propriedade? Esta é outra pergunta respondida pelo Pedrazzi. Ele lembra que, para receita bruta anual de até 70 mil BTNs, a escrituração é simples e pode ser feita mediante prova documental. Para receita entre 70 mil a 700 mil BTNs, a escrituração poderá ser feita pelo próprio produtor mediante escrituração rudimentar, sem a necessidade de um contador. Mas se a receita ultrapassar a 700 mil BTNs, a escrita terá de ser contábil, com os livros registrados na Receita Federal e contador próprio.

Como a disposição do governo parece ser realmente a de acabar com os sonogadores, o Rógeris Pedrazzi recomenda muito cuidado com o leão. O fim do cheque ao portador e a obrigatoriedade do cheque nominal, vai ajudar a Receita Federal, através de uma consulta simples na Conta Corrente bancária do contribuinte, levantar todo o movimento financeiro, seja de uma pessoa física ou jurídica. Outro ponto apontado e que também deverá favorecer o fisco diz respeito ao controle dos empréstimos destinados aos custeios de lavoura e investimentos. Estes empréstimos ficarão depositados numa conta especial, "sob controle do Banco Central. É ele quem vai determinar a modalidade, forma de remuneração e aplicação destes depósitos", alerta.



Jalmir Martel
Toda a criatividade é pouca

Quadro recessivo

A expectativa é de um quadro recessivo. É assim que Jalmir Martel, diretor superintendente da Imasa, de Ijuí, uma das maiores indústrias de máquinas e implementos agrícolas do interior do estado, avalia a situação criada pelo pacote do Plano Collor. Com 600 funcionários atuando em quatro áreas distintas — implementos agrícolas, fundição, cobertura e setor de máquinas e equipamentos especiais — a Imasa, que tem hoje na planta 1.600 MF-1600 o seu suporte de vendas, amanheceu o dia 16 de março com apenas Cr\$ 20.000,00 em caixa, nada aplicado no over. A falta de liquidez ocasionada pelas medidas do pacote levou a empresa a reter todos os carros "porque não temos dinheiro para trabalhar", diz Martel.

Esta situação vivida pela indústria e que não afetou apenas a Imasa, mas todo e qualquer tipo de indústria, não deixa de ser uma demonstração clara de que o aperto já começou. A porta de saída para o aperto, segundo o diretor superintendente da indústria, vai passar por outro ponto, que não deverá ser afetado pelas medidas da nova política econômica. "Só com muita criatividade, pelo menos nestes primeiros meses, a indústria vai poder superar o sufoco de falta de liquidez", diz Martel, considerando o pacote econômico montado, "capaz de atacar a indústria, o setor público".

O MESMO QUADRO — Apesar do aperto, Martel garante que a Imasa não está pensando em reduzir o quadro funcional, "o que só acarretaria maiores despesas", embora a idéia, logo após a divulgação do pacote, tenha rondado as salas dos diretores da empresa. Tirando a questão das despesas com demissões, Jalmir Martel levanta um outro ponto de preocupação a ser levado em consideração em qualquer empresa: o da produtividade. Temos uma meta de produção a cumprir que não podemos, mesmo em momentos difíceis, abandonar a força referindo-se a produção de máquinas grandes por mês, da qual a Imasa não abre mão.

Ainda um tanto abalado pelo fim do crédito subsidiado para os investimentos, decretado no início da década, o setor de máquinas e implementos, não tem navegado, nos últimos anos, em águas tão calmas. Mas a indústria aguentou o recesso e se adequou à nova realidade que, no passado, sofreu outro revés, rebaixando os preços da soja. O setor vinha enfrentando dificuldades desde o segundo semestre do ano passado, assinala Martel, lembrando que no início de 89 o preço de uma planta de soja correspondia ao valor de 10 sacas de soja. Mas no final do ano essa mesma plantadeira valla 10 sacos de soja. Em todo o caso, Martel prefere apostar no sucesso do Plano Collor e, conseqüentemente, numa política agrícola que seja capaz de devolver aos agricultores condições para repor seu maquinário agrícola.



Rogeris Pedrazzi
Cuidados com o leão

Sem dinheiro para os empregados

Selvino Blesdorf: cota de sacrifício

mando o plano governo Collor de Plano Raoni, porque deixou todo mundo de beijo caído". Lembrando o Plano Cruzado, "do que fui contra", o agricultor aponta as diferenças, citando o caso dos bancos. Pelo Plano Cruzado o governo não atacou a origem da desgraça do país. Agora, o governo Collor começou atacando os bancos e as indústrias, ressalta, criticando, no entanto, as prisões de gerentes e empregados dos supermercados. Não é assim que o governo vai resolver a situação, pondera entendendo que todos, independente de classe, foram chamados a darem sua cota de sacrifício. O governo mexeu com o meio circulante, resume.

APERTADO — Seu Selvino foi um dos tantos brasileiros que, logo depois da divulgação do plano econômico, se viu apertado para pagar as contas. Não tinha dinheiro, mas tinha produto, o que também não resolveu a minha situação, conta ele às voltas com o pagamento do salário dos empregados. Também não acredita que a situação da agricultura possa melhorar de um dia para o outro "que não existem milagres". Mas aposta numa situação me-

lhora dentro de um ano. Apoiava integralmente a decisão do governo de cortar todos os subsídios e incentivos baseado no fato de que, na verdade, poucos agricultores têm acesso aos bancos. O Delfim Neto é que tinha razão quando falava que 60 por cento dos agricultores brasileiros não entravam em bancos", diz seu Selvino referindo-se aos benefícios dos subsídios e incentivos fiscais.

Apostando em dias melhores para o setor agrícola, seu Selvino lembra da época "e não vai muito longe", em que era possível comprar duas toneladas de adubo com o dinheiro da venda de um saco de soja e 45 litros de gasolina. Hoje a situação descambou de tal forma que com o dinheiro de um saco de soja, mal se compra 12 litros de gasolina. A defasagem dos preços dos produtos agrícolas é muito grande, reconhece, admitindo, por outro lado, que o consumidor também precisa ficar protegido. Mas reforça a sua idéia de que o governo vai ter que dar força para a agricultura. Uma tulha cheia é sinal de país rico, diz pedindo ao governo prioridade para o setor produtivo.

Prejuízos para o setor

Alguns realmente teriam no sentido de mudar o quadro econômico do país, diz o presidente do Sindicato Rural Patronal de Reinaldo Luiz Kommers ao fazer a avaliação do Plano econômico do Collor. Entende que a maioria das medidas merecem o apoio da população já detecta alguns prejuízos para o setor agrícola. A avaliação do setor:

O PLANO BRASIL NOVO — Alguns votos para que dê certo, mas muitas dúvidas. Só acredito na boa vontade do governo se ele continuar com a política de redução das despesas, do salário dos políticos e combate a corrupção. Essa é a única maneira de o Brasil sair do fundo do túnel. Não dá certo, e, é bom lembrar que o país está cheio de pacotes e medidas de emergência.

AGRICULTURA — O setor está penalizado em função dos preços dos produtos agrícolas

ora praticados no mercado. O agricultor que tirou financiamento nos bancos para plantar, terá de colher na base 50 sacos de produto por hectare para poder se livrar da conta.

A POLÍTICA AGRÍCOLA — Este ponto vem nos preocupando muito. Até o momento não existe nada definido para a agricultura no sentido de levar o agricultor a investir no setor produtivo. Entendo que, antes de definir as regras para elevar as taxas de imposto, o governo tinha que traçar uma política que desse preços justos aos produtores e assegurasse a continuidade da agricultura como uma atividade compensadora.

O IMPOSTO DE RENDA — Não vai mudar muito. Basta que o agricultor mantenha a sua "escrita" em dia, que não terá problemas. Em vez de pagar 15 por cento, vai pagar 20, mas vai poder continuar abatendo os investimentos que fizeram na propriedade e, inclusive, pelo que se ouve fa-

lar, as aplicações em Caderneta de Poupança Verde. Mas não é o imposto de renda que tem nos preocupado. A nossa preocupação é com a falta de uma melhor remuneração para a produção.

ABERTURA MERCADO — Representa um grande risco para o país. A pressão das multinacionais, que já vinha sufocando as empresas nacionais, inviabilizando, muitas vezes a concorrência, vai redobrar. E isso não é bom para o país.

O NOVO MINISTRO — Continua sendo ilustre desconhecido. Mas temos de confiar na sua força junto no sentido de priorizar a agricultura. Por ser um empresário rural, jovem, pode fazer alguma coisa.

Primeiros efeitos não agradam

Preocupado e com muitas dúvidas, o presidente do Sindicato Rural de Ijuí, Gabbi, afirma que os desdobramentos do Plano Brasil Novo deixam entre duas possibilidades de serem digeridas, principalmente a classe trabalhadora. Entre o "dá certo" do pacote econômico, ou pelo "efeito inflação desenfreada", o sindicalista, lamentando a falta de medidas concretas que "melhoram o nível do problema, ou seja, o sistema.

Acredito que com a implantação do pacote o governo está apenas dando um alívio (a dívida interna) e não, até porque são claras as dificuldades de realizar o pagamento da dívida que deixa os monopólios no comando", continua Gabbi, que vê no enxu-

ramento de dinheiro do mercado uma forma de baixar os preços, mas que certamente trará um desemprego violento.

PRIMEIROS EFEITOS — De olho nos problemas futuros que podem surgir nos meses seguintes de aplicação do Plano Collor, o sindicalista lamenta ainda os primeiros efeitos registrados com a sua aplicação, como a falta de dinheiro para a comercialização da soja que só vem a aumentar a descapitalização do pequeno produtor e a ausência de uma definição para as regras do custeio e de preços para os produtos agrícolas.

Desconfiado também sobre o alardeamento de que grandes investidores e especuladores realmente perderam muito, Gabbi chama atenção ainda para o corte nos salários, uma forma de fazer o trabalhador pagar a conta mais uma vez.

Mas dúvidas mesmo recaem so-

bre o setor agrícola, que com o novo governo, perdeu, de acordo com a análise de Gabbi, uma boa fatia do processo decisório, uma vez que é notória a concentração de poder conferido ao Ministério da Economia. Esse ministério, aliás, ainda não disse como amenizará uma série de problemas que poderão recair sobre o pequeno produtor brasileiro, diante da liberação de importações e exportações. "Como competir com mercados estrangeiros onde o produto é subsidiado?", indaga o sindicalista, lembrando os níveis de custo de produção agrícola nacional.

Para aumentar as preocupações, Gabbi cita ainda as novas taxações sobre a renda agrícola e a própria troca de ministros em menos de um mês de governo. "Primeiro sai um por falta de apoio, depois entra outro, o Antônio Cabrera Mano Filho, que pela origem não traz as melhores expectativas".



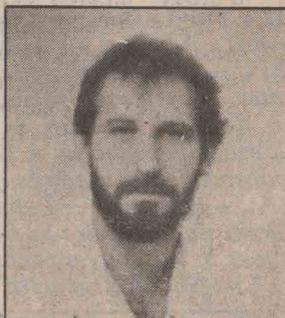
Benjamin Schowantz: sem arrependimentos

Surpreso com a ousadia

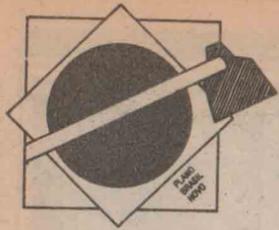
O pacote me pegou de surpresa, mas não posso reclamar porque votei no Collor, confessa o seu Benjamin Otto Schowantz, um agricultor proprietário de 133 hectares de terra localizadas no Km 2, saída para Ijuí, Tenente Portela que, uma semana depois do lançamento do plano Brasil Novo, não havia digerido de todas as mudanças introduzidas na economia do país. Apesar de surpreso, seu Benjamin não estava arrependido do seu voto, prometido desde o tempo em que era vereador em Tenente Portela e o Collor governador de Alagoas. O Lula ou o Brizola, teria feito alguma coisa semelhante, consola-se seu Benjamin, para quem pior era ter de continuar vivendo com uma inflação de quase 100 por cento ao mês.

Seu Benjamin diz que sabia que o seu candidato não ia falhar nas suas promessas de terminar com a corrupção e os marajás do país, mas não acreditava que o Collor fosse tão longe, a ponto de mexer com a economia dos pequenos poupadores, "ferindo, inclusive, certos princípios". Na sua opinião, o limite de saques deveria ser superior aos Cr\$ 50.000,00 fixados pelo governo, "um valor insignificante".

EXPECTATIVA — Passados os primeiros ventos fortes da tempestade que sobrevoou a economia brasileira, toda a expectativa do seu Benjamin está, agora, voltada para o setor agrícola. O governo vai ter que fazer alguma coisa para que a agricultura volte a operar de forma estruturada", diz ele, programando para esta safra de inverno plantar uma área pequena de trigo e forrageiras, "sem entrar em banco para pegar dinheiro emprestado. Preocupado com aqueles agricultores que vinham guardando dinheiro para aplicar na lavoura "e que de um dia para outro se viram sem nada", seu Benjamin garante que não perdeu nada. O óleo comprado para a colheita, conseguiu pagar, mas ainda deve parte de uma máquina financiada que adquiriu no ano passado. O grande problema, tem em mãos no momento, apenas a sua produção, e o governo vai ter que entender essa situação. E, é dessa produção, sem preço e sem comprador, que ele vai ter de tirar dinheiro para pagar os financiamentos contratados em cruzados novos e ainda plantar a lavoura de verão, diz ele prevendo alguns apertos para os agricultores, pelo menos nestes primeiros meses.



Júlio Gabbi: o filho e não a mãe



Leite: voltou pagamento único

Se o Plano Brasil Novo pegou quase que todo mundo de surpresa, que dizer dos produtores de leite que já vinham se armando há um bom tempo contra a falta de resoluções para problemas antigos como as importações realizadas pelo governo federal, a cobrança do frete dois, e enfim tantos outros que fazem

parte da política leiteira? Pois é, além da falta de quórum para os protestos, também acabou faltando dinheiro para a efetivação do pagamento do produto, já que as indústrias ficaram sem cruzeiros suficientes para repassar às cooperativas.

A ausência de dinheiro, no entanto, que na Cotri-

juí Pioneira durou 12 dias — a segunda parcela de fevereiro somente foi liberada a partir do dia 26, não chegou a causar maiores resmungos por parte dos produtores. Isso porque, junto com a expectativa de queda na inflação trazida pelo pacote, os produtores tiveram de volta o cartão de crédito nos moldes anteriores, que serviu aliás como meio de pagamento para a primeira quinzena de março.

A decisão foi tomada



Comissão e direção: avaliando primeiras medidas

em reunião da direção da Cooperativa com a Comissão dos Produtores de Leite da Regional Pioneira, no dia 29 de março, quando também ficou acertado a volta do pagamento único pela CCGL. Este ponto aliás, estava no rol da pauta das últimas reuniões da Comissão, o que deixa em aberto se vai haver unanimidade ou não sobre a volta do prazo para o dia 20, como pretende a Central.

Em todo caso não parece ser a única dúvida provocada pelo pacote. A abertura de importações e importações no Plano já rendeu algumas indagações no setor, de "colher" os frutos dos das importações várias feitas pelo governo. A esperança fica por barreiras alfandegárias que tenham a equilibrar o mercado e proteger o produto nacional.

O novo ministro

O novo ministro da Agricultura — o segundo do governo Collor — Antônio Cabrera Mano Filho que, para os agricultores gaúchos não passa de mais "um ilustre desconhecido", tomou posse prometendo evitar choques com o Ministério da Economia, de onde pretende arrancar muitos cruzeiros para o setor. Sua prioridade número um é desburocratizar o Ministério da Agricultura e lutar pelos direitos dos agricultores. Com recursos ainda escassos para o setor, Antônio Cabrera dispõe, já liberados para o setor Cr\$ 130 milhões para custeio agropecuário; Cr\$ 3,5 bilhões para o custeio agrícola; Cr\$ 704 milhões para investimentos; Cr\$ 1,165 bilhão para o açúcar; Cr\$ 4,5 bilhões para o trigo; Cr\$ 1,4 bilhão para AGF; Cr\$ 3 bilhões para EGF e Cr\$ 290 milhões para os estoques reguladores do governo.

O novo ministro da Agricultura nasceu na Fazenda São José, município de Gusmão Vidigal, em São Paulo. É médico veterinário e foi, durante a década de 80, consultor da FAO, organismo das Nações Unidas na área de produção de alimentos, em países da Ásia, África e América Latina. O que pensa e o que pretende fazer o novo ministro

sobre:

• Reforma Agrária

— A meta é de criar um Conselho Nacional de Política Fundiária, sob a sua presidência já que, de qualquer maneira, quer tomarsó parasí incumbência de dirigir o processo de reforma agrária no país. Para os conflitos de disputas de posse da terra, pretende, acima de tudo, "fazer cumprir a lei".

• **Subsídios** — É radicalmente contra uma agricultura subsidiada. Sua preocupação é assistir os minis, pequenos e médios agricultores. Ao classificar os agricultores em duas categorias — os profissionais e os amadores — Antônio Cabrera diz que são os minis, pequenos e médios que chama de "analfabetos técnicos", que mais precisam de ajuda, pois precisam ser ensinados a produzir. A credita que dando apoio a eles, acabará com a fome do país. Sua meta é destinar 3 por cento do PIB agrícola — cerca de Cr\$ 900 milhões — para as pesquisas ajudarem os minis, pequenos e médios agricultores a melhorar seu nível de produtividade.

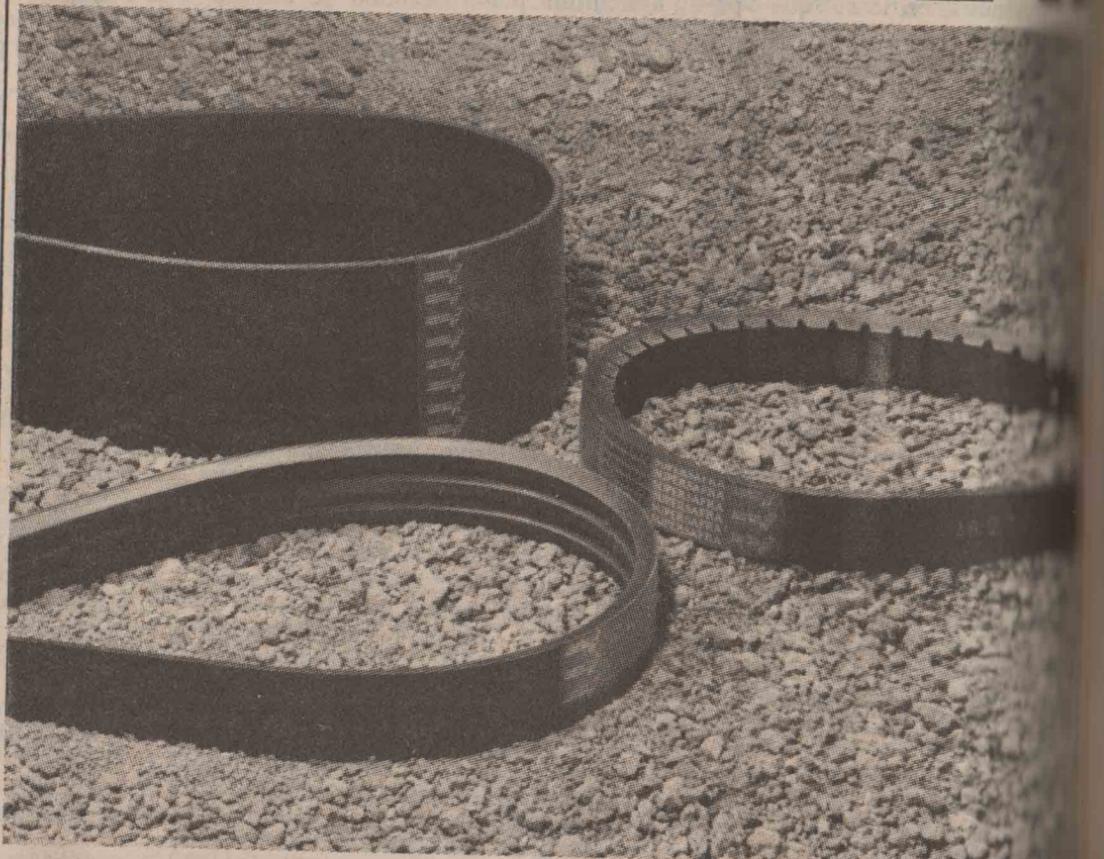
• **Recursos** — Sem entrar em choque com a ministra Zélia, da Economia, Antônio Cabrera está prometendo solucionar o problema de falta de recursos para o setor.

As Estatais que se foram

Os órgãos e empresas que podem ser extintos pela reforma administrativa do presidente Collor, via Medida Provisória de nº 151, são as seguintes:

- Sudeco — Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste;
- Sudesul — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul;
- DNOS — Departamento Nacional de Obras e Saneamento;
- IAA — Instituto de Açúcar e do Alcool;
- IBC — Instituto Brasileiro do Café;
- Funarte — Fundação Nacional de Artes;
- Fundacen — Fundação Nacional de Artes Cênicas;
- FCB — Fundação do Cinema Brasileiro;
- FCP — Fundação Cultural Palmares;
- Pró-Memória;
- Pró-Leitura;
- Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos;
- Fundação Museu do Café;
- Portobrás;
- EBTU — Empresa Brasileira de Transportes Urbanos;
- Embraer — Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras;
- BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
- Interbrás — Petrobrás Comércio Internacional S. A.;
- Petromisa — Petrobrás Mineração S. A.;
- Sidebrás — Siderurgia Brasileira S. A.;
- Embrafilme — Distribuidora de Filmes S. A.;
- Companhia Brasileira de Projetos Industriais e
- Companhia Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária.

VEM AÍ UMA SUPERSAFRA



CORREIAS AGRÍCOLAS MERCÚRIO SUA FORÇA NA COLHEITA.

O Brasil trabalhou muito por uma supersafra, uma grande produção. Mas ainda tem uma nova tarefa pela frente: conseguir colher tudo o que plantou e obter o máximo em rendimento. No que depender da Mercúrio, esse desafio já está vencido. A Supersafra das Correias Agrícolas Mercúrio vai dar vida nova para suas máquinas e uma supercolheita para você. São 5 tipos de correias, em aramid ou poliéster, todas disponíveis em diversos perfis e dimensões:

• **AGRIMERCO:** Tem grande resistência transversal e núcleo indeformável. Especial para tração em máquinas colheitadeiras.

• **"V" ESPECIAL SUPER:** Construída somente com materiais nobres, apresentou excelente desempenho em testes laboratoriais e de campo.

• **PLANA SEM FIM:** Apresenta alta resistência à tensão e flexão, além de elevada estabilidade dimensional e adesão entre os seus componentes.

• **SEXTAVADA:** Tem capacidade de acionar temas simultaneamente. É também indicada onde são necessárias grandes deflexões.

• **MULTIFLEX:** Proporciona transmissão uniforme sobrecarregar uma única correia, apresentando melhor absorção de choque por sobrecarga.

Fique preparado para a supersafra com as Correias Mercúrio.

Elas estão sempre em uma loja perto de você. Compre com segurança e dê essa força para suas máquinas. Com certeza elas vão lhe devolver em dobro.



Via Anhangüera, km 55,5 - Jundiaí - SP
PABX (011) 437-1311 - Telex (11) 7000

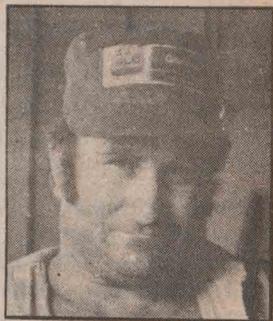
Sem dinheiro e sem soja

A quebra na produção da lavoura do Mato Grosso do Sul chega a 30 por cento

Atoapes Martins



Danilo Pedrotti



A longa estiagem que atingiu Mato Grosso do Sul entre meados de maio e março afetou sensivelmente as lavouras de soja, causando uma queda na produção de aproximadamente 30 por cento. As poucas chuvas que caíram neste período foram muito locais e praticamente todos os municípios produtores foram afetados. Apesar de a soja ter uma resistência muito grande às adversidades climáticas, este ano a lavoura, que na sua maioria foi feita sem a quantidade necessária de insumos, não resistiu e inúmeros produtores já contabilizam prejuízos.

Na região de Indápolis, onde predominam pequenos agricultores, a produtividade da soja em anos anteriores tem sido em média 60 sacas por hectare. Esta safra, no entanto, estes produtores caíram quase pela metade. O produtor e representante Antônio Conti é um exemplo desta situação. Ele plantou 48 hectares de soja e sua produção teve uma queda de quase 40 por cento. Conti calcula que colheu apenas de 35 sacas por hectare e reconhece que um fator para esta queda foi a redução de adubo. Quase todo o produtor em Indápolis fez isso, reduzindo para metade o insumo, por causa do preço que estava muito alto, comenta o produtor.

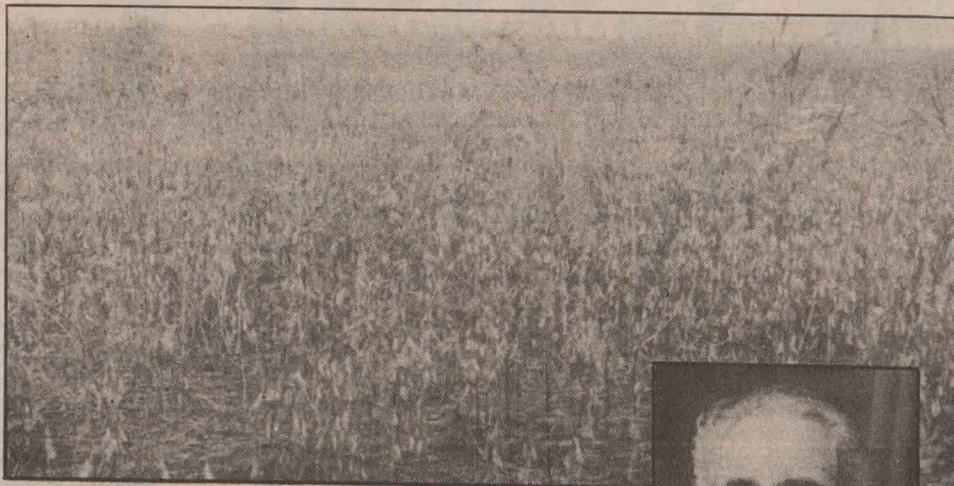
Atoapes Martins, também de Indápolis, concorda e diz que a redução de adubo acabou prejudicando ainda mais a lavoura. O associado plantou 20 hectares de soja e colheu em torno de 35 sacas por hectare. No ano passado lembra Martins, nessa mesma área ele para colher mais de 50 sacas por hectare.

Mas apesar da seca ter causado uma queda considerável em Indápolis, o prejuízo é mínimo quando comparado a outras regiões, como nos municípios de Ponta Porã e Aral Moreira, onde os mais atingidos nesta safra. Nessa região as perdas são estimadas em torno de 40 a 50 por cento. A produtividade média que em anos anteriores estava no redor das 30 ou 35 sacas por hectare, deve cair esta safra para menos. Mas tem muita gente que não quer colher tudo isso, e esse é o caso do produtor Danilo Pedrotti, do Tagi em Indápolis.

Ele plantou 188 hectares de soja, sendo que a maioria — 163 hectares — tem financiamento do Banco do Brasil, mas ainda não colheu toda a área que foi ocupada com variedades diferentes. Uma coisa, entretanto, Pedrotti tem certeza: o seu prejuízo vai ser grande.

Uma parte da lavoura apresentou uma quebra de 60 por cento e para o associado já assegurou a cobertura do Proagro. Nas demais, ele estima que vai colher em torno de 10 ou 12 sacas por hectare, mas ainda não está pedindo o seguro para essa área. Proagro, observa ele, não é a melhor opção, mas é uma maneira de não quebrar o produtor.

Além de uma produção menor e de um preço baixo, o que também tem preocupado os produtores é a qualidade da safra este ano, que resultou em grãos com muita desuniformidade. O Agrônomo Eron Ramos de Indápolis, Coordenador do Departamento Técnico da Unidade de Ponta Porã, atribui isso à seca que provocou



A lavoura de soja no MS. Produtores já começam a contabilizar as perdas

um adiantamento no ciclo da cultura e prejudicou mais as variedades de soja com ciclo tardio.

Ele ressalta porém que os agricultores que tinham solos bem conservados tiveram menos problemas com a estiagem, tendo perdas menores do que aqueles que não vêm realizando um trabalho de recuperação e conservação dos solos para evitar a erosão e outros fatores que contribuem para reduzir a produtividade da lavoura.

PREOCUPAÇÕES COM O PACOTE — Assim como os demais setores da sociedade, os agricultores — muitos em pleno pico de colheita — também foram pegos de surpresa com a edição do Plano de Medidas Econômicas adotadas pelo novo governo. Alguns se mostram reticentes para fazer comentários a respeito, alguns céticos sobre o resultado,

Antônio Conti



e outros otimistas, mas a grande maioria está preocupada com os reflexos imediatos do pacote sobre a atividade agrícola.

Depois de amargar nos últimos anos pelo desinteresse das autoridades federais pela agropecuária nacional, as perspectivas não são das melhores, pois além de terem esvaziado o Ministério da Agricultura, passando o controle do dinheiro à equipe econômica, o presidente Collor contabilizou justamente nessa área sua primeira baixa com o pedido de demissão do ex-ministro Joaquim Roriz, que permaneceu

apenas duas semanas no cargo. O que mais preocupa os produtores entretanto, são medidas que precisam ser viabilizadas urgentemente, entre elas a liberação de recursos para a finalização da colheita e comercialização da atual safra e a definição para o trigo, cuja época de plantio está prestes a terminar no Mato Grosso do Sul.

A maioria vai plantar pequenas áreas se não sair o dinheiro para o custeio, pois a cultura apresenta um risco muito alto e os recursos na mão do produtor são muito poucos. Antônio Conti confirma essa tendência e diz que só vai plantar se der para comprar com bons preços a semente e o adubo.

Para o associado Atoapes Martins, o Plano só vai dar resultados positivo se forem feitas algumas mudanças, entre elas, ele sugere o aumento no limite do saque — fixado em 50 mil cruzeiros — que considera muito baixo. Mas fora isso, Martins acha muito precipitado fazer comentários sobre o pacote. O produtor Danilo Pedrotti concorda com o associado de Indápolis, e acha que o limite para saques deveria ser estipulado em 200 mil, além disso ele considera um erro ter mexido nas contas-correntes.

Produção x máquinas

Como repor o maquinário utilizado na lavoura, se a produção vale cada vez menos? têm se perguntado os agricultores brasileiros diante de tanta discrepância entre os preços das máquinas e insumos e os preços alcançados com a comercialização da soja e do trigo. A cada dia o agricultor perde um pouco do seu poder de compra, observa o Luis Juliani, assistente agrônomo da Cotrijul na Pioneira. O Juliani é responsável por um estudo realizado desde 1976, mostrando por onde tem andado a evolução dos preços das máquinas e insumos em relação aos preços da soja e do trigo.

O preço de uma automotriz, por exemplo, só esteve compatível com o preço do trigo em apenas dois anos nestes 13 anos de que fala o levantamento — em 1981 e 1985. Em outros dois anos o reajuste dado ao preço do trigo conseguiu superar o da automotriz. Nos outros sete anos, o preço do maquinário sempre recebeu um reajuste bem superior, chegando a superar, em 1989, em 283 por cento o preço do trigo. Uma automotriz passou a valer o equivalente ao preço de 9.602 sacos de trigo. Em 1976 era possível comprar a mesma máquina com a venda de 2.508 sacos do produto.

SEMELHANÇA — Essa discrepância não acontece apenas no caso do trigo. A soja também vive situação semelhante e, no mesmo período,

em apenas um ano conseguiu faturar um reajuste superior ao dado ao maquinário. Em outro ano conseguiu empatar, mas nos outros nove perdeu feio na corrida dos preços. A defasagem existente entre o reajuste dado ao produto em relação ao da automotriz chegou a 267 por cento em março de 1990, quando o preço da máquina chegou a equivaler ao valor de 7.831 sacos de produto. Mas em 1976 o preço desta máquina estava equiparada ao preço de 2.131 sacos de soja. Para que o preço da soja acompanhasse a evolução do preço de uma automotriz no período de 1976 a 1990, ele deveria valer, hoje, Cr\$ 1.415,00, observa Juliani, para quem, um saco de trigo, nas mesmas condições, deveria custar, Cr\$

Em 1979 era possível adquirir uma tonelada de adubo por um valor correspondente a 12 sacos de soja ou 16 sacos de trigo. Mas em janeiro deste ano, essa mesma tonelada de adubo passou a representar 27 sacos de soja e 38 sacos de trigo. O aumento em relação a soja foi de 125 por cento e 138 por cento em relação ao preço do trigo. Há 13 anos atrás era possível comprar, com apenas um saco de soja, 46 litros de óleo diesel. Em janeiro deste ano, o mesmo saco de soja mal comprava 26 litros, "43 por cento a menos". A única relação de troca que não sofreu grandes alterações neste período foi a do produto indústria versus semente. Para cada saco de produto indústria ainda é possível comprar, em média, 45 quilos de sementes.

EVOLUÇÃO DE PREÇOS DE MÁQUINAS E ADUBO COMPARADOS AO PREÇO CONSEGUIDO COM A VENDA DE SOJA E TRIGO — 1976 A 1990

| ANO | AUTOMOTRIZ | | TRATOR MÉDIO | | ADUBO | | COM 1 SACO SOJA COMPRA-SE | |
|------|---------------|-----|----------------|-----|---------------|-----|---------------------------|---------|
| | Sacas de soja | % | Sacas de trigo | % | Sacas de soja | % | Kg/semte | litros |
| 1976 | 2.131 | 100 | 2.508 | 100 | 652 | 100 | 586 | 20 (1) |
| 1977 | 1.489 | 69 | 2.234 | 89 | 583 | 105 | 561 | 96 (1) |
| 1978 | 2.271 | 107 | 2.203 | 88 | 387 | 90 | 731 | 125 (1) |
| 1979 | 2.368 | 111 | 3.625 | 145 | 579 | 135 | 895 | 153 |
| 1980 | 2.187 | 103 | 2.992 | 119 | 802 | 123 | 677 | 116 |
| 1981 | 3.167 | 149 | 2.488 | 99 | 1.091 | 167 | 689 | 118 |
| 1982 | 3.216 | 151 | 2.907 | 116 | 1.144 | 175 | 628 | 107 |
| 1983 | 2.904 | 136 | 2.932 | 117 | 970 | 149 | 538 | 92 |
| 1984 | 2.760 | 130 | 2.999 | 120 | 1.000 | 153 | 541 | 92 |
| 1985 | 3.745 | 176 | 2.384 | 95 | 1.176 | 180 | 433 | 74 |
| 1986 | 3.714 | 174 | 2.547 | 102 | 1.474 | 226 | 923 | 158 |
| 1987 | 3.407 | 160 | 3.065 | 122 | 2.074 | 318 | 1.860 | 317 |
| 1988 | 3.075 | 144 | 3.494 | 139 | 3.075 | 472 | 2.336 | 399 |
| 1989 | 5.919 | 278 | 9.602 | 383 | 3.284 | 505 | 4.283 | 731 |
| 1990 | 6.104 | 286 | 7.993 | 319 | 4.005 | 614 | 5.244 | 894 |

(1) Outra fórmula

O futuro da soja em debate

A capital sul-matogrossense sediou no mês de março a 1ª Grande Feira Internacional da Soja — Gransoja. Apesar de ter sido prejudicada pelas novas medidas econômicas, a Feira cumpriu seus objetivos realizando uma ampla discussão em torno da sojicultura.

Campo Grande sediou de 10 a 18 de março a 1ª Gransoja — Grande Feira Internacional da Soja, o maior evento já realizado exclusivamente para a cultura, promovido pelo Grupo Executivo, editor de várias publicações, entre elas a Revista Executivo Rural.

A feira entretanto acabou sendo prejudicada por várias circunstâncias, entre elas a posse do novo governo que antes mesmo de assumir deixou em estado de choque toda a economia nacional ao decretar o longo feriado bancário e depois pela divulgação do pacote de medidas adotadas.

Também se tornou prejudicial o período de realização da Feira. Programada por ser normalmente uma época em que o produtor ainda não começou a

colher sua safra, este ano a situação se inverteu e a lavoura teve sua colheita antecipada, pois em função da seca que assolou praticamente todos os municípios, o agricultor teve que apressar o trabalho para não ter prejuízos maiores. Assim, foi bastante reduzida a participação da classe rural, para quem a Feira era destinada.

O volume de negócios concretizados durante o evento também ficou aquém das expectativas, ficando, segundo os promotores, em torno de 80 milhões de dólares. O mais expressivo deles envolve as empresas Cultrale-Quintella, a Motosul e Hydroexport, uma estatal da Hungria, que juntos vão formar uma joint-venture com um capital de 40 milhões de dólares que prevê a im-

plantação de uma fazenda-modelo com 15 mil hectares em Mato Grosso do Sul, destinada à produção de soja. O projeto prevê ainda o processamento do grão que posteriormente será destinado ao consumo no país húngaro.

Apesar da Gransoja ter enfrentado muitos imprevistos, teve também bons momentos e o destaque ficou por conta das palestras e depoimentos de sojicultores, pesquisadores e especialistas em comercialização, que além de traçarem um raio-x dos principais problemas da cultura, apontaram vários caminhos para que a soja continue sendo viável no país.

Problemas estruturais

O diretor da Cutrale-Quintella, e presidente da Associação Nacional de Exportadores de Cereais, Wilson Quintella, abordou em sua palestra o tema da comercialização e exportação de soja. Para ele existem três graves problemas que impedem um incremento na produção: a questão do transporte que onera o custo porque a grande maioria (75 por cento) dos grãos é transportada por rodovias — o sistema viário mais caro — ficando os outros meios com parcelas mínimas, ao contrário de outros países como é o caso dos Estados Unidos que escoam 65 por cento de sua produção através



Wilson Quintella
Três grandes problemas

de hidrovias, 24 por cento por ferrovias e apenas 11 por cento através da malha rodoviária. Um segundo ponto crucial é a atual situação das ferrovias brasileiras, que estão em estado precário e sem manutenção e por último o custo das despesas portuárias. Quintella afirmou que este custo é muito oneroso e fez algumas comparações com outros países. Nos portos brasileiros de Santos e Paranaguá o carregamento de um navio atinge respectivamente 15 a 11 dólares por toneladas. Já na Argentina este valor se situa ao redor dos 2,8 dólares e nos Estados Unidos cerca de 1,8 dólares por toneladas.

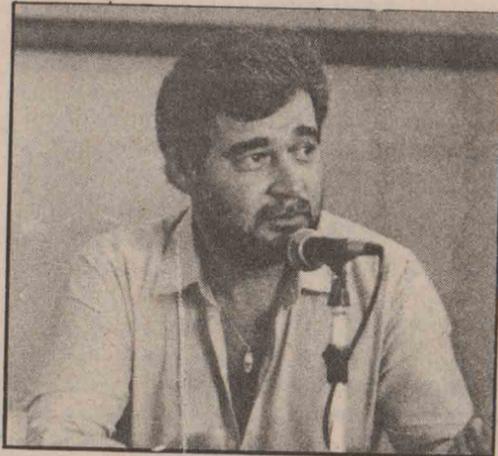
Para modificar esta situação, o diretor da Cutrale-Quintella — empresa que detém 30 por cento das exportações brasileiras de soja — sugere a união e um trabalho conjunto entre produtores, indústrias e cooperativas. É a iniciativa privada que deve buscar soluções viáveis para equacionar os problemas.

Uma das soluções no caso do transporte é se fazer um estudo metódico sobre a potencialidade das hidrovias brasileiras, continua, pois sabe-se da enorme disponibilidade que praticamente não é explorada.

A questão da tributação que atinge o produtor brasileiro também foi analisada por Quintella, que a considera gravíssima pelo valor que representa e pelo retorno que dá à agricultura. Quintella sugere que a médio prazo sejam adotadas algumas medidas como o escalonamento da alíquota do ICMS diferenciada para safra de verão e inverno e conforme a cultura. Ele reconhece que a simples extinção do imposto é inviável e por isso crê que é necessária a busca de caminhos que propiciem benefícios ao agricultor revertendo em seu proveito parte dos impostos que arrecada.

Resolvidos estes problemas estruturais, o empresário considera o Brasil, que hoje detém 14 por cento do mercado mundial de soja em grão e 40 por cento do mercado de farelo, como um dos países com maior potencial para suprir o consumo mundial de oleaginosas, porque possui uma costa imensa que permite um rápido escoamento para qualquer lugar e pela qualidade do grão produzido que supera a do seu maior concorrente, os Estados Unidos.

A abertura política na Europa Oriental também foi analisada e, segundo Quintella, deverá a longo prazo beneficiar países exportadores de matéria-prima. O Brasil e a Argentina têm chances muito boas para ampliarem suas exportações de soja, participando destes novos mercados, conclui ele.



Silmar Müller
O preço não está ruim

O especialista de mercado Silmar César Müller, editor da respeitada publicação Safras e Mercados, analisou durante sua palestra na Gransoja e aos produtores associados da Cotrijuí, na Pioneira, algumas das tendências que o mercado de soja deverá seguir este ano. Ele fez um balanço dos dois últimos anos relembrando que em 1988 a recomendação dada ao produtor era que retardasse a comercialização da sua safra em função da quebra na produção norte-americana. Já no ano passado, lembrou ele, o agricultor era aconselhado a vender logo sua soja. Para a atual safra, o

Argentina expande sua área de produção

Enfrentando uma situação semelhante a do Centro-Oeste brasileiro, o produtor de soja e presidente da empresa Lajitas Cereales Juan Carlos Calderoni, da Argentina, afirmou em sua palestra que os agricultores das províncias de Salta e Tucuman no noroeste daquele país, passam atualmente os mesmos problemas dos agricultores brasileiros situados nas áreas de fronteira agrícola. Distantes cerca de 1.300 quilômetros do porto mais importante do país, os produtores daquela região também escoam suas safras pela malha rodoviária (cerca de 60 por cento do total) ou em menores quantidades por trem, e pagam também alíquotas elevadas de tributos, recolhen-

do aproximadamente 40 por cento do total produzido no pagamento de tributos. Além disso os agricultores argentinos enfrentam problemas com a inflação instável da nação que tem apresentado altos índices inflacionários e precisam investir maciçamente na conservação do solo para obter boas produções.

Apesar de tudo as lavouras aumentado no noroeste da Argentina hoje a região cultiva 250 mil hectares de soja, o que corresponde a 8,5 por cento do total plantado no país, e deverá produzir nesta safra aproximadamente 1,5 mil toneladas da oleaginosa. Calderoni calcula que a produção



... apesar dos imprevistos

As tendências

analista afirma que é necessário guardar parte para comercializar tarde, depois do forte da colheita.

Pelos seus cálculos, a safra de soja deverá ficar este ano no tomo de 19.900 a 20 milhões de toneladas, não se equiparando a de 89 milhões que o país bateu seu próprio recorde em 1988. zindo 23.700 milhões de toneladas, a queda deve-se a vários fatores, entre eles uma produtividade menor e a falta de máquinas que têm atingido principalmente o Centro-Oeste.

Quanto aos preços, o Silmar Müller afirmou que a tendência no mercado nacional é baixista porque os preços mundiais foram recuperados, além disso houve muita oferta graças a boa produção



... Executivo, editor de várias publicações
... bons momentos, com destaque para os debates entre especialistas
... pesquisadores e sojicultores

...ias do mercado

... americana em 89 e um atraso
... zação da safra brasileira do

... mercado interno ele prevê
... de preços, ressaltando que
... a cotação da soja está
... tido em Chicago, mas a
... queda, equiparando-se ao
... nacional. O analista afir-
... produtor brasileiro não pode
... que o preço da soja vai
... entando que a previsão
... de 5,80 a 6 dólares por

... preço da soja não está ruim,
... Nafras e Mercados, e sim
... produção que estão altos
... o maior problema do agri-
... ro, que tem suas despesas
... por encargos financeiros,

...ão

... responsável pelo aumen-
... to argentina, uma vez que
... milhões de hectares a serem
... a agricultura e estas áreas
... disponíveis em outros lugares
... do país, uma região já
... pela agropecuária.
... da Lajitas Cereales
... que a produção argentina
... em torno de 10 por cento
... safra a produção prevista
... de 10 milhões de tonela-
... região poderá no futuro,
... de toda a soja argen-
... tividade média da região
... dos 2.400 quilos por

tributos e transporte. Devido a estes fatores, o produtor do Rio Grande do Sul está tendo um prejuízo de 15 por cento, mas a situação piora conforme a região e no cerrado, os agricultores vêm tendo prejuízos de 50 por cento. Só de impostos, principalmente de ICMS, são consumidos 42 por cento do total da produção do sojicultor.

Esta situação, na opinião de Silmar Müller, precisa urgentemente ser modificada para não inviabilizar a sojicultura nacional, que poderá ocupar um lugar de destaque no cenário mundial, aumentando sua produção para atender um concreto acréscimo na demanda internacional e suprimindo novos mercados como o do Leste Europeu que já nesta temporada aumentará seu consumo interno de farelo de soja.



Juan Carlos Calderoni
Tributos elevados no escoamento

hectare e para produzir as 40 sacas por hectare o agricultor tem um custo de 265 dólares. Juan Carlos Calderoni salienta que neste valor estão incluídas todas as despesas, pois o agricultor gasta 42 dólares com mão-de-obra e maquinário, 74 em insumos, 37 na hora da colheita e 112 dólares em frete, impostos e na comercialização da safra.

Previsões otimistas

Hoseas Korkness, vice-presidente da Sparks Commodities, uma das mais conceituadas empresas de assessoria agrícola dos Estados Unidos, surpreendeu a todos durante sua palestra onde abordou o papel do Brasil no mercado mundial de soja. Em meio a muitas reclamações e previsões pessimistas sobre o futuro da atividade, Korkness revelou que as perspectivas indicam que o Brasil aumentará sua produção de soja nos próximos anos.

Atualmente a América Latina responde por 30 por cento do mercado mundial, e o Brasil, que em 1971 era responsável por 7 por cento, hoje produz 19 por cento do total. Nos próximos cinco anos, segundo o especialista, haverá um aumento mundial de 14 milhões de toneladas e desta demanda o Brasil deverá participar com 8 a 10 milhões de toneladas a mais.

Para que isso aconteça entretanto, Horkness enfatizou que trabalha com um cenário onde prevê mudanças radicais na economia brasileira. Se a situação econômica do país melhorar e houver mudança na infra-estrutura reduzindo os custos de produção e sobretudo de transporte, ele afirmou que certamente o Brasil vai aumentar sua participação no mercado mundial.

Já os Estados Unidos, o maior produtor da oleaginosa, não deverá ter aumentos significativos, estimando-se que a área de soja permanece em torno dos atuais 60 milhões de acres (24 milhões de hectares). Para a safra deste ano, a Sparks Commodities prevê que haja uma redução de 4 por cento na área plantada, continuando a não ter subsídios como outras lavouras. Ao produtor norte-americano é mais vantajoso produzir milho, algodão ou trigo, uma vez que a política agrícola praticada oferece maiores atrativos a essas culturas.

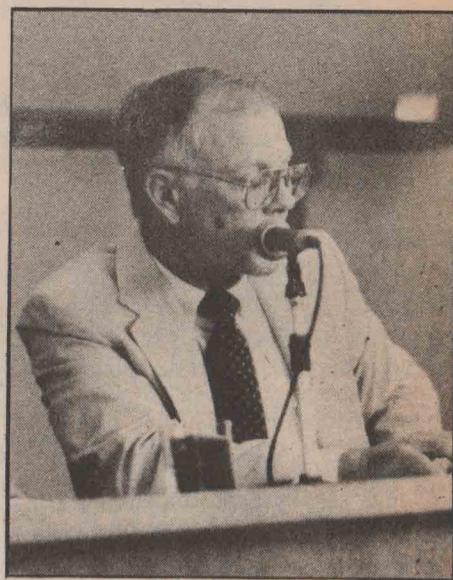
Hoseas Korkness prevê ainda que além do Brasil e Argentina, outros países da América do Sul como a Bolívia e o Paraguai deverão aumentar sua produção de soja nos próximos cinco anos, e que a principal demanda por proteína virá dos países do leste europeu e da Rússia.

O leste europeu, segundo o vice-presidente da Sparks, terá linhas de crédito dos Estados Unidos ou do Japão, e deverá pôr novamente na ativa sua indústria avícola que era bastante expressiva na década de 70.

Vão continuar ainda como grandes consumidores a China, a Índia e também os países do Oriente Médio, que aumentarão sua demanda pela oleaginosa.

Quanto ao preço da soja no mercado internacional, Horkness observa que deve se manter em declínio até o final do ano. Em 1990, ressaltou, os agricultores brasileiros, e em especial os do Centro-Oeste, dificilmente terão seus custos de produção cobertos. Se não houver uma queda considerável na produção mundial até o final do ano, os preços deverão se situar ao redor de 5,5 dólares por bushel.

A longo prazo ele estima que não haverá aumentos significativos no preço da soja, devendo permanecer entre 5,5 a 6,50 dólares por bushel, ou seja, cerca de 7,5 dólares por saca de 60 quilos.



Hoseas Korkness
Perspectivas de aumento da produção

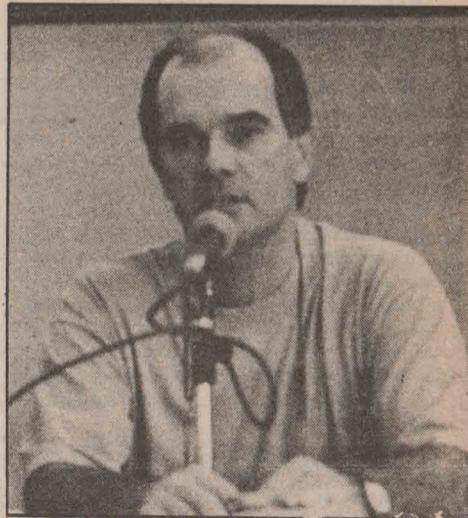
Associação nacional

A soja representa atualmente um papel relevante na economia brasileira e gera cerca de 6 bilhões de dólares a cada ano. Mas apesar da importância comprovada em números, o setor não tem representatividade nacional e muito menos a força política de outros segmentos como o café ou o açúcar por exemplo. Para reverter esse quadro, a idéia de uma associação que congregasse os produtores de soja já vinha sendo amadurecida há algum tempo e na Gransoja ela tomou forma com a criação da Associação Brasileira dos Produtores de Soja.

Inspirada na American Soybean Association, que há 50 anos reúne os sojicultores norte-americanos, a brasileira quer ter a mesma importância e participar e decidir sobre as medidas adotadas pelo Governo para o setor.

A Associação foi criada com a participação de dois representantes de cada um dos 12 estados produtores do Brasil e foi escolhido provisoriamente como Coordenador da entidade o produtor mato-grossense Gilberto Goellner. A eleição para a presidência deverá acontecer dentro de três meses.

Durante a assembléia de fundação Goellner afirmou que já está na hora do produtor brasileiro ter sua entidade política expressiva, observando que a



Gilberto Goellner
Entidade política expressiva

ABPS terá como objetivo maior promover uma estratégia de ação política para a soja brasileira, participando das decisões referentes ao crédito rural, preços mínimos e buscando soluções para os principais problemas que afetam o setor.

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja terá sua sede em Brasília e Delegacias Regionais em cada um dos Estados componentes da entidade.



ASSEMBLÉIA

DESMEMBRAMENTO

A vontade existe

Direção da Cotrijuf tem prazo para encaminhar a discussão

Desmembramento. Um assunto que já deu muito o que falar desde o dia em que foi levantado pela primeira vez, há quase oito anos atrás. Na última assembleia geral ordinária da Cotrijuf, realizada no dia 29 de março, depois de aprovadas as contas do balanço, exercício de 1989, o assunto voltou à tona, desta vez puxado pelo representante Sênio Kirst, da Regional Pioneira e tomou conta dos debates. Na verdade, o desmembramento nunca chegou a ficar fora de pauta da maioria das reuniões do Grupo Cotrijuf, embora o assunto nunca tenha chegado a um termo. Mas o debate, ao longo de todos estes anos serviu para amadurecer uma idéia que hoje aparece como irreversível.

Toda a discussão sobre o desmembramento começou a partir de questionamentos envolvendo o tamanho da Cooperativa, reforçado através de uma proposta do próprio Conselho de Administração de desmembrar a Cotrijuf em três cooperativas singulares. Cada área de atuação se transformaria em uma cooperativa independente, tanto na Regional Pioneira, como no Mato Grosso do Sul e em Dom Pedrito. Só que estas cooperativas singulares continuariam reunidas em torno de uma Central, responsável pela definição das políticas globais de todo o Grupo.

A proposta foi à discussão do quadro social, originando, inclusive, a formação de uma comissão constituída por nove pessoas — três representantes de cada regional. Do debate com o quadro social, a proposta avançou em direção a uma ampla reforma administrativa dentro da cooperativa que, a princípio, deveria servir como etapa intermediária entre o processo de desmembramento.

INTERESSE — Para o diretor presidente da Cotrijuf, Oswaldo Meotti, o aspecto "separação", já é, praticamente, um assunto decidido. "Há algum tempo existe interesse da Regional de Mato Grosso do Sul de se independizar, criando a sua própria cooperativa", disse Meotti, para quem o assunto

Na Assembleia a discussão de um assunto polêmico: o desmembramento da Regional de MS



tomou o rumo das definições em uma reunião realizada em Maracaju, Mato Grosso do Sul, quando os conselhos de Administração e Fiscal passaram aos sete diretores eleitos do Grupo a incumbência de chegar a um consenso. Os estudos levaram a diretoria a duas hipóteses preliminares: a da simples extinção da sociedade, seguida da formação de duas ou três outras novas entidades ou a do desmembramento da sociedade, permanecendo, no entanto, a figura da empresa-mãe, formando-se com a parte que está se separando, uma nova entidade. A primeira hipótese foi logo descartada, considerando as dificuldades de se chegar a um acerto final, já que, por esse processo, teria que se fazer um inventário de todos os bens, estoques, dívidas e compromissos do Grupo. O caminho mais fácil, disse Meotti durante a Assembleia, passa por um levantamento dos números e, em cima destes, partir para uma negociação. O Mato Grosso criaria uma nova cooperativa, adquirindo o ativo e o passivo da Regional existente, mediante indenização.

O caminho da Central não interessou a nenhuma das regionais do Grupo, lembrou Nedy Borges, diretor vice-presidente da Regional de Mato Grosso, entendendo que hoje, o caminho a ser percorrido leva a separação. A Regional de Mato Grosso vem pen-

sando, já algum tempo neste sentido, e o assunto, inclusive, tem evoluído bastante nos últimos anos. O Rio Grande do Sul, disse ainda Nedy Borges, continuaria com sua estrutura atual. Considerando a evolução do assunto desmembramento, a Regional de Mato Grosso, segundo o seu diretor vice-presidente, tem procurado discutir, além das formalidades legais, outros aspectos também importantes e que dizem respeito ao montante que envolve a transação. A nossa expectativa é de que as partes cheguem a um consenso, para que a proposta seja levada, em definitivo, a apreciação do quadro social, enfatizou.

Para o vice-presidente da Regional de Dom Pedrito, Oscar Silva, o Mato Grosso do Sul alcançou a sua maioria e quer a sua independência. Longe de nós impedir essa vontade, disse ainda seu Oscar. Toda a questão se resume num ponto, disse Walter Pötter, associado de Dom Pedrito: achar o momento mais adequado para fazer a separação. O mais difícil, que é a vontade de separar, já está decidido. Agora é partir para as negociações, disse ainda Pötter que, representando o quadro social da sua Regional, mani-

festou a vontade de Dom Pedrito em manter ligada a Pioneira.

Telmo Roos, associado de Maracaju, um pouco mais cauteloso, ficou calmo e sugeriu que o assunto fosse melhor estudado. Lembrou que o movimento para a separação pode não ser o melhor, já que a Regional de Mato Grosso enfrenta problemas de quebra na lavoura de verão em função da seca que ocorreu em algumas regiões do Estado. O momento é difícil, disse, fazendo questão de deixar claro que o Mato Grosso não estava correto em briga.

"A negociação deve sair o mais rápido possível, desde que não saia com prejuízos, disse o associado Pedro Guiotto. O problema está em números, disse Nedy Borges, deixar de reconhecer o apoio e o apoio da Regional Pioneira. Está claro que cada uma terá de seguir o seu rumo, forçou Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuf em alusão à separação das duas regionais. Já hoje, de fato, duas cooperativas nessa situação seja legalizada, disse, sugerindo rapidez nas negociações até como forma de melhorar o relacionamento do grupo.

A PROPOSTA — Os sete diretores eleitos, da Cotrijuf, têm, a partir da data da Assembleia, um prazo de 30 dias para levantar os números e chegar a uma negociação. No dia 27 de março, numa reunião com os representantes eleitos da Pioneira, estes números serão apresentados e levados à discussão. A reunião entre direção da Cotrijuf e representantes do Mato Grosso está marcada para o dia 30 de abril, a partir da realização destas duas reuniões, o assunto vai para as reuniões em núcleos. Os associados vão analisar os números e levantar propostas que serão encaminhadas a assembleia geral extraordinária, com data ainda a ser marcada. Se não houver negociação e o desmembramento não acontecer, a Cotrijuf vai promover uma reforma administrativa interna e, em qualquer dos casos, uma reforma estatutária inevitável. "Estamos que nem os trilhos de um trem: andando uma ao lado do outro sem chegar a um consenso", disse Oswaldo Meotti, para quem é hora de definir de vez o processo: ou o desmembramento ou uma nova reforma administrativa.

Poucas discussões

A Assembleia geral ordinária da Cotrijuf, realizada no dia 29 de março, em Ijuí, não fosse a volta do assunto "desmembramento", tinha tudo para correr sem muita polêmica. O balanço do exercício foi submetido a aprovação sem levantar discussões, pois os números já haviam sido apresentados ao quadro social durante as reuniões que se realizaram nas três regionais durante todo o mês de março. As poucas dúvidas que ficaram para trás foram dissecadas na reunião dos representantes, realizada na manhã do dia da Assembleia.

A mesa foi composta pelo diretor presidente do Grupo, Oswaldo Meotti, pelo vice-presidente e superintendente da Regional Pioneira, Celso Sperotto e Walter Frantz; pelo vice-presidente da Regional de Dom Pedrito, Oscar Silva; e pelo vice-presidente e superintendente da Regional de Mato Grosso, Nedy Borges e Lotário Beckert. Ainda integraram a mesa os conselheiros das três regionais. Por indicação da Assembleia, os trabalhos foram dirigidos pelo associado representante Winibaldo Friderichs, de Chiapetta.

O item "destinação das sobras", chegou a levantar algumas discussões, mas a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Cotrijuf e que sugeria que o saldo positivo fosse levado ao Fundo de Reservas de cada Regional

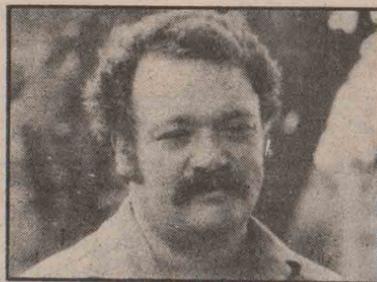
levou a melhor. A proposta do Conselho de Representantes era a de que as sobras fossem capitalizadas na conta capital de cada associado que operou com a cooperativa em 89.

OS HONORÁRIOS — O Conselho de Representantes apresentou uma proposta elevando o valor dos honorários recebidos pelo diretor presidente da Cotrijuf em 15 por cento e dos demais diretores eleitos em 10 por cento. Pela proposta, aprovada, o diretor presidente da Cotrijuf passa a receber um salário mensal equivalente a 5.438,92 BTN e os vice-presidentes 4.046,35 BTN. Os superintendentes passam a receber 4.046,35 BTN por mês. Além da proposta de reajuste, os associados também aprovaram uma gratificação mensal, já que os diretores eleitos não têm direito a férias e nem a 13º salário. Cada conselheiro vai receber, de diária, para as reuniões que comparecer, valor correspondente a 50 BTN.

A Assembleia tratou ainda da renovação de dois terços do Conselho Fiscal. A chapa única, apresentada pelo Conselho de Representantes, foi eleita por aclamação. Foram eleitos, efetivos, Valdeci Oli Martinelli, pela Regional de Mato Grosso e Otalíz de Vargas Montardo, por Dom Pedrito. Na suplência, a Assembleia elegeu os associados Ivo José Basso, pela Regional de Mato Grosso e Alvorí Rosa por Dom Pedrito.

O novo conselho fiscal

Os efetivos



Valdeci Oli Martinelli
Mato Grosso do Sul



Otalíz de Vargas Montardo
Dom Pedrito

Os suplentes



Ivo José Basso
Mato Grosso do Sul



Alvorí Rosa
Dom Pedrito

Muitas dificuldades em 1989

Senhores associados:

Ao finalizarmos mais um exercício social, e em cumprimento ao que determina nosso estatuto, retornamos à presença de nosso Corpo Associativo para, nesta Assembléia Geral Ordinária relatarmos as principais atividades desenvolvidas por nossa cooperativa no ano de 1989.

Conforme amplamente discutido com nossos cooperados nas últimas reuniões de núcleo, desenvolvidas durante todo o período, o ano de 1989, que desde cedo se antecipava como um ano de profundas dificuldades econômicas e políticas para o país, infelizmente acabou confirmando aquelas previsões pessimistas, impondo para a agricultura a maior perda de renda que se tem conhecimento em todos os tempos.

Pelo menos cinco fatores negativos influenciaram nesta perda de ganho dos agricultores: as altas taxas de juros, a falta de recursos para custeio e comercialização, a política cambial irrealista, a queda de preços dos produtos e o aumento dos tributos sobre a agricultura.

As altíssimas taxas de juros castigaram duplamente ao produtor no pagamento do custeio da lavoura, quando algum recurso para isto conseguiu, e na manutenção dos produtos por maior tempo em seu poder, já que, os altos custos financeiros inibiram a que comerciantes tradicionais formassem seus estoques. Por outro lado, o governo, na sua política de frear a inflação galopante que, mesmo assim, atingiu o índice recorde de 1.764,86 por cento, reduziu os recursos para comercialização, forçando a queda do preço dos produtos no mercado interno, e mantendo uma política cambial irrealista para os produtos de exportação. Com isto, os custos de produção e os custos financeiros se mantiveram o ano todo acima dos ajustes de preço dos produtos. Os prejuízos daí decorrentes podem ser facilmente constatados numa análise dos próprios números apresentados por nossa cooperativa. Para um volume de grãos, produtos pecuários, produtos industrializados, insumos e mercadorias movimentados em 1989, até levemente superiores ao período anterior, tivemos um acréscimo de receita de 1.050,98 por cento, quando a inflação no mesmo período, como já citamos, foi de 1.764,86 por cento.

Outra agravante a corroer a renda do produtor no ano de 1989 foi a ganância fiscal do estado, aumentando alíquotas do ICMS, e taxando todos os insumos antes não atingidos, como adubos, corretivos, defensivos, sementes, transporte, energia, comunicações, entre outros, e posteriormente, sobre a totalidade da renda do produto final, numa autêntica tributação em cascata, não dando ao produtor direito a compensação dos créditos, até sob alegação das dificuldades contábeis, pela característica da atividade.

No entanto, mesmo enfrentando todo tipo de incontestáveis adversidades, e sem dúvida pelo fato de sempre havê-las discutido com o corpo associativo, procurando, no esforço conjunto, o melhor caminho para contornar os evidentes obstáculos, podemos

assegurar, e os números e relatórios isso evidenciam, que o ano não foi todo ruim para o Grupo Cotrijuí. Crescemos pouco, é verdade, mas pelo menos não estagnamos nem regredimos.

Alguns investimentos e consolidações patrimoniais aconteceram no período. Nos investimentos ponteia nossa regional "MS" com adiantado estágio das obras do moinho de milho de Maracaju, das indústrias de rações, abatedouro de aves e sementeiro de Dourados, armazém de Pequi, este já operando e os demais a serem concluídos no exercício de 1990.

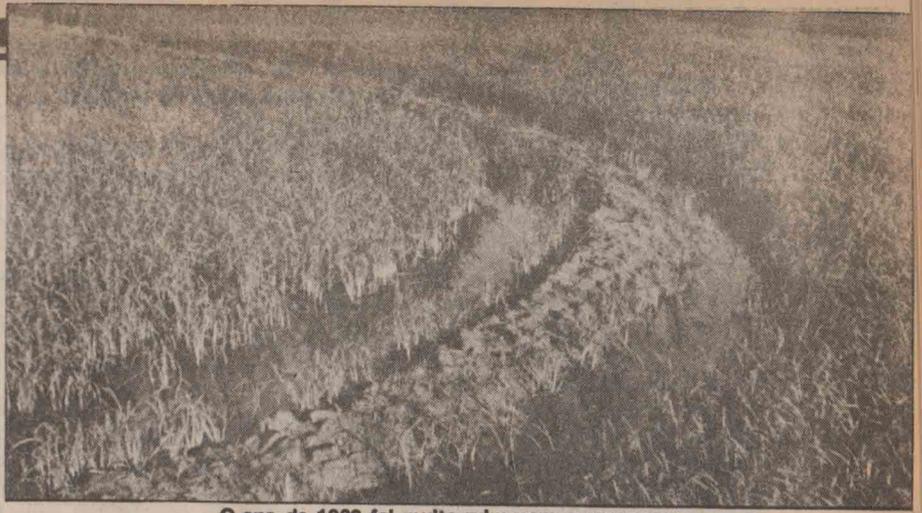
A regional Pioneira tomou posse definitiva da unidade de Roque Gonzales, antes recebida pela Cotriexport em dação de pagamento por devedora sua. Essa transação fez parte, juntamente com a reassunção da totalidade das cotas de capital do IRFA, de Cotriexport para a Cotrijuí, por haver a empresa líder assumido e registrado no balanço do exercício o compromisso por aval cedido a subsidiária Cotriexport Cayman, embora ainda pendente de assinatura, com o Banco do Brasil, do instrumento de transferência da responsabilidade.

Ainda, com a extinção da Central de Carnes, a regional Pioneira assumiu, já no final do exercício, em regime de locação, o frigorífico de São Luiz Gonzaga, onde abate e industrializa suínos e bovinos.

Na parte operacional foram recebidos e comercializados 1.108.361 toneladas de grãos contra 1.019.507 toneladas em 1988, com um incremento de 8,71 por cento; 20.861 cabeças de bovinos e ovinos, contra 26.113 cabeças no exercício anterior, com uma queda de 20,11 por cento; 50.279 cabeças de suínos, contra 60.566 em 1988, com um decréscimo de 17,00 por cento; um acréscimo de 10,13 por cento no recebimento do leite, com 39.771.122 litros no exercício, contra 36.112.758 litros no ano anterior; manutenção do volume de recebimento de lã, com 539 toneladas contra 528 toneladas no ano anterior.

SOJA — Numa análise individual dos principais produtos, considerada a comercialização in natura, sementes, farelo e óleo, a soja representou, no período, o principal produto na pauta das receitas, com 30,02 por cento do faturamento global. Foram recebidas 603.780 toneladas, contra 464.927 toneladas no exercício anterior (seca no RS), com incremento de 29,86 por cento. Nossa regional MS recebeu 49,93 por cento do total, com 301.499 toneladas, das quais foram retiradas pelos associados para comercialização com terceiros, 42.355 toneladas, 14,04 por cento do total recebido. A regional Pioneira recebeu e comercializou 290.073 toneladas, 48,04 por cento do total, e Dom Pedrito 12.208 toneladas ou 2,02 por cento do total.

As estatísticas apontam que em 1989 o país produziu a maior safra de soja de todos os tempos, em torno de 23.700.000 toneladas. Os fatos apontam que 1989 foi o pior ano comercial para esta oleaginosa. O mercado vinha bem aquecido do ano anterior, 1988, quando o Rio Grande do Sul havia sofrido violenta seca. Chica-



O ano de 1989 foi muito ruim para o arroz que...
... iniciou com escassez de recursos para a sua comercialização

go chegou a apontar, no último trimestre de 1988, US\$ 7,80 a US\$ 7,90 por bushel, correspondendo, fob Porto Brasil, de US\$ 285,00 a US\$ 290,00 por tonelada. O governo recém havia liberado, definitivamente, os registros de exportação, livres do aspecto negativo de contingenciamentos, e/ou impostos de exportação. Os produtores se animaram e o incremento na área de cultivo atingiu a 14 por cento em relação a 1988, saltando de 10.645.000 ha para 12.136.000 ha.

Aí veio o Plano Verão (15.01.89) com congelamento de preços, congelamento do câmbio, liberdade dos juros, etc. No início da safra, com Chicago em queda mas ainda com preços razoáveis, a política cambial era adversa, chegando a perder de 35 por cento a 40 por cento para a inflação. O governo depois de muita luta dos produtores, através de representatividade classista, concede uma mini desvalorização do dólar ao redor de 10 por cento, mas aí Chicago já apontava abaixo de US\$ 6,00 o bushel, ou em torno de US\$ 215,00 a US\$ 220,00 a tonelada, preço que vigorou até dezembro de 1989.

TRIGO — Desta vez não houve dúvidas ou quaisquer subterfúgios. A política oficial era para desaquecer a triticultura nacional em benefício de convênios de importações, sob as mais diversas alegações: preço, falta de recursos financeiros, subsídios, prejuízos ao erário público, etc. VBC baixíssimos, preços abaixo do custo de produção, falta de recursos na hora da aquisição e, depois de comercializada a maior parcela da safra, nos estados que colhem até o mês de setembro, a partir de outubro surge o pagamento parcelado, uma entrada mais três pagamentos mensais. BTN cheia, para os preços e correções das parcelas e, embora o extraordinário esforço do Banco do Brasil, da direção geral do Ctrin e sua equipe que, até correndo risco de punições pessoais sempre se colocaram, abertamente, ao lado dos produtores e cooperativas, os pagamentos chegaram, a conta-gotas e já corroídos pela inflação.

Mas o produtor, talvez consciente de que os maus tempos passarão, estão passando, resistiu a tudo e não desanimou; a área nacional de cultivo do cereal decresceu de 3.480.000 ha em 1988, para 3.281.000 ha em 1989; mas a produtividade cresceu de 1.652 kg/ha para 1.694 kg/ha. Nossos associados produziram e entregaram à cooperativa 351.837 toneladas, um pouco inferior às 362.549 toneladas de 1988, mas que ainda assim representam 27,93 por cento do faturamento bruto do exercício. A regional MS recebeu 205.091 toneladas, 58,29 por cento do total; a Pioneira 144.492 toneladas, ou 41,06 por cento, e Dom Pedrito 2.254 toneladas, ou 0,65 por cento do total.

LOJAS E INSUMOS — Setor também duramente atingido pela inflação que deteriora e inviabiliza

qualquer atividade produtiva, nos setores de consumo, a cada exercício que passa procura se modernizar e adaptar às evoluções do mercado, buscando suprir nossos associados, que seja de bens de consumo familiar e/ou de uso na atividade agro-pastoril, é essencial, do melhor e a preços que contribuam para minorar os altos custos de produção, tal como ocorre na comercialização dos produtos que recebe, especialmente na área de insumos para lavoura — adubos, defensivos e corretivos — a nossa participação tem sido significativa, onde também temos nos destacado como reguladores de mercado. Este setor contribuiu, no exercício, com 22,90 por cento da receita total da cooperativa.

FRIGORÍFICOS — Em 1989 a descapitalização das atividades frigoríficas atingiu as raias do insustentável, conseqüência de diversos planos econômicos danosos ao setor, como irrealidade cambial, importações intempestivas, greves dos setores de apoio e controle e, enfim, a total ausência de uma política definida à carne e os juros incompatíveis com qualquer atividade produtiva.

Estes problemas trouxeram conseqüências sérias às cooperativas, a ponto de assistirmos várias co-irmãs, buscando soluções via transformação em S/A ou procurando consorciações e até mesmo venda para solucionar seus problemas de caixa. É evidente que um modelo econômico deste tipo é campo fértil para o crescimento do mercado marginal, trazendo inúmeras dificuldades para empresas organizadas concorrerem com sonegadores e clandestinos. Conseqüência lógica desses fatores negativos foram redução de abates em Dom Pedrito, de 26.113 cabeças de bovinos e ovinos em 1988, para 21.861 cabeças em 1989 e o conseqüente prejuízo no final do exercício, e ainda os fatos que culminaram com a extinção da Central Carnes, com a Cotrijuí assumindo, a seu próprio risco, os abates de suínos e bovinos que realizava através da central, nas plantas frigoríficas de Júlio de Castilhos e São Luiz Gonzaga. Este último fato prejudicou, durante o período de transição Central/Cotrijuí o projeto cooperado da Regional Pioneira, culminando com o abate de 50.279 cabeças em 1989, contra 60.566 em 1988. No entanto, agora reestabelecidas as atividades industriais e o Projeto Cooperado, e dentro de condições que o mercado e a economia impõe, tanto na regional Dom Pedrito quanto na Pioneira tudo está programado para uma produção racional e com resultados equilibrados.

ARROZ — O ano comercial de 1989 para o arroz iniciou com grande escassez de recursos oficiais para a comercialização, forçando o produtor a bancar também o estoque do produto, resultando em vendas forçadas, abaixo do mínimo estabelecido pelo governo. Este problema para o arroz irrigado da Regional de Dom Pedrito foi solucionado em grande parte no mês de ago-

quando o Banco do Brasil, atendendo ao apelo e em consideração muito especial com a Cotrijuí e seus associados, liberou recursos extraordinários a "AGF" em valores que, naquela época, representavam quase o total da ba disponível para todo o Estado. A medida possibilitou remunerar os associados em 15 por cento acima do índice da época e esses tiveram condições de atender seus compromissos iniciais junto aos bancos, livrando-se de um maior prejuízo de uma injeção insustentável que chegou, ainda em dezembro, a atingir 53,55 por cento.

No aspecto comercial em 1989, consolidamos nosso mercado de arroz beneficiado no Brasil central, totalizando vendas de 570.000 fardos. Nos recebimentos total no exercício situou-se muito aquém de 1988, com 661 toneladas no período em análise contra 80.246 no ano anterior. A queda ocorreu pela drástica redução da produção em nossa Regional Mato Grosso e recebeu, no exercício, apenas 1.145 toneladas, contra 24.053 toneladas no ano anterior. Dom Pedrito recebeu 41.577 toneladas, contra 17.795 toneladas em 1988.

AGRO-INDÚSTRIA — Exatamente a área de arroz, todas as demais áreas industriais da cooperativa apresentaram um desempenho normal durante o exercício. Nossa fábrica de óleo em Ijuí produziu 22.092 toneladas de farelo de soja para abastecimento de nossas indústrias de rações, gerando excedentes para a distribuição aos associados e outros clientes e 535 toneladas de óleo de soja, que basteceram nossas trinta e cinco lojas. As indústrias de rações e concentrados nas três regionais produziram 1.192 toneladas de alimentação animal, e nossa ervateira de Coronel Bicaco produziu 144 toneladas de erva mate.

LEITE — Produto de significativa importância econômica especialmente para a pequena propriedade rural, tem crescido a produção física a cada exercício que analisamos. Em 1989 foram recebidos e entregues à CGL 39.771.122 litros, contra 6.112.758 litros em 1988, com um acréscimo de 10,13 por cento.

CAPITALIZAÇÃO — O ingresso de capital real no exercício, somadas as três regionais, atingiu a NCz\$ 18.744.429,10. O fator importante, para o qual chamamos a atenção de todos associados, é para a correção do capital contabilizada no exercício que atingiu a NCz\$ 192.436.545,39. Todas as contas são corrigidas a partir da data, ou das datas das respectivas movimentações. Apenas por motivo de redução de custos burocráticos é que o crédito na conta individual de cada associado é feito no encerramento do balanço. No entanto, para associados demissionários durante o exercício, a correção se procede na data da liberação da cota integralizada. Com a correção deste balanço, o capital integralizado total, acrescido das correções monetárias atinge NCz\$ 223.195.165,95 ou 15,48 por cento do ativo fixo da cooperativa.

CONCLUSÃO — Operando num mercado onde impera a política monetarista, para uma empresa do ramo agrícola, totalmente descapitalizada, que detém, já feitas as devidas correções, NCz\$ 0,15 de capital próprio para cada NCz\$ 1,00 aplicado em investimentos, dependendo de recursos de mercado para suprir seu capital de giro, com inflação e custos beirando os 2000 por cento ao ano, não se pode analisar os resultados finais apenas pelo aspecto financeiro. Embora este, apesar de todas as dificuldades conjunturais já citadas, tenha se apresentado positivo na empresa líder e em todas as sub-

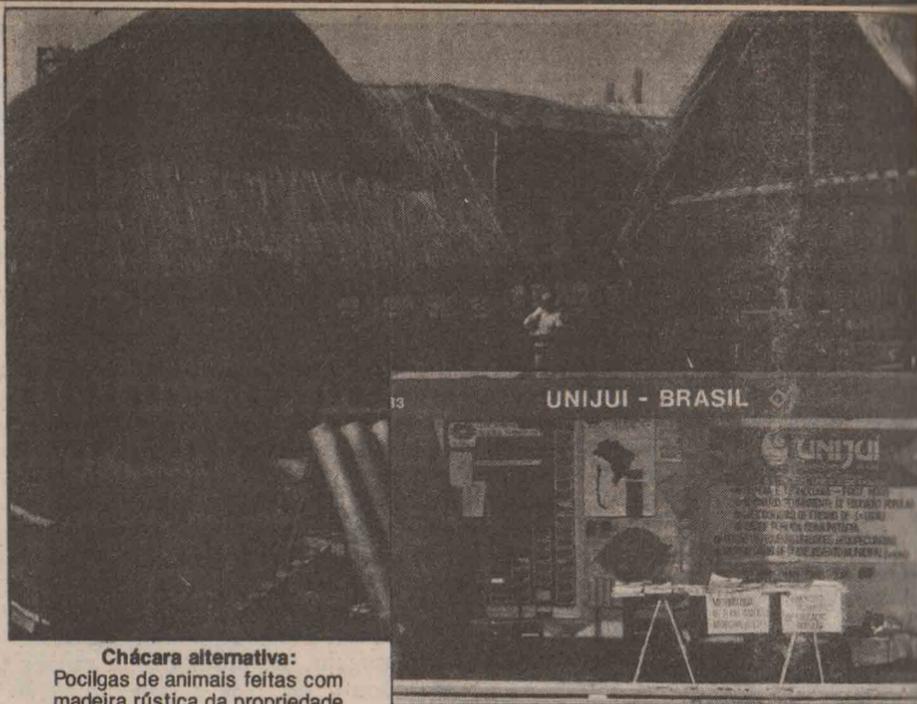
sidiárias, exceto na área de hospitais que apresenta um pequeno prejuízo inflacionário.

Como sociedade de pessoas que representamos, prestadora de serviços, necessário se faz analisarmos o que nos dispomos a realizar, o que se fez, como se fez e o que se deixou de fazer e seus motivos. Envolvendo esses aspectos muito poderíamos citar, tudo ou quase tudo já de pleno conhecimento de nosso corpo associativo. Ao encerrarmos este relatório, no entanto, pelo menos dois aspectos não podemos deixar de registrar. Sempre convictos de que o ganho do produtor depende cada vez mais da racionalização de sua atividade, da redução dos custos de produção através da agregação de tecnologias que culminem com o aumento da produtividade, e conscientes do estágio de exaustão em que se encontra a maioria das lavouras de nossos associados da região Pioneira, no início do exercício nossa equipe técnica elaborou projeto de recuperação de 180.000 ha dessa regional, programa que abrangia, conservação e correção de solo, com combate a erosão, a acidez, rotação de culturas, etc. O programa contaria com o apoio financeiro total do Banco do Brasil que financiaria os insumos necessários, veículos para transporte e equipamento para distribuição. Deflagrado o projeto, infelizmente, surge o "Plano Verão" do governo, com o cancelamento das verbas, tendo a cooperativa que assumir a parte do plano já executada. Oxalá os tempos mudem, para melhor, e que num futuro breve possamos retomar o projeto.

Outro fator que destacamos se refere ao financiamento das lavouras de verão. Não foi somente a política cambial adversa para a lavoura de verão 88/89 e o pagamento parcelado da última safra de trigo que causaram preocupação aos agricultores no exercício 89. Quando se gestionava junto às autoridades os recursos para comercialização do trigo, já se previam grandes dificuldades com a total falta de financiamento para formação da lavoura de verão 89/90 — soja, milho, arroz. A cooperativa, consciente de seu dever institucional, permaneceu junto ao produtor, com ele dialogando na busca da solução que lhe permitisse continuar produzindo. Somando seus escasos recursos e usando a parcela do crédito que detém no mercado, substituiu a ausência do agente financeiro tradicional, financiando ao associado boa parte de sua lavoura, e com pagamento através da moeda que o produtor mais conhece, e produz — grãos, soja, milho e arroz. Foi um risco coletivo assumido pela cooperativa e seus associados, envolvendo, valores de dezembro último, soma equivalente a duzentos milhões de cruzados novos, mecânica que não só permitiu que se mantivesse na região de abrangência da Cotrijuí a mesma área de cultivo do ano anterior mas que, de seu sucesso na colheita que já iniciou dependerá futuros investimentos nos próximos plantios.

Dito isto, senhores associados, resta-nos, em nome do Conselho de Administração, transmitir aos componentes dos conselhos de representantes, conselheiros fiscais, aos associados em geral, a todos os colegas de trabalho, desde o mais graduado ao humilde servidor, aos agentes financeiros, clientes, fornecedores e aqueles que de uma maneira ou outra estiveram conosco no exercício encerrado, os nossos profundos agradecimentos e o desejo que continuem nos prestigiando nos períodos que se sucederem.

O Conselho de Administração



Chácara alternativa: Poilgas de animais feitas com madeira rústica da propriedade

Cotrijuí e Unijuí: representantes brasileiros na feira chilena

AGRICULTURA ALTERNATIVA

Cotrijuí participa de feira chilena

Melhorar as condições de vida e de sobrevivência do pequeno produtor na sua atividade, sem que isso passe pela sua transformação em empresário rural. Esta a mensagem maior vinculada a 1ª Feira Internacional da Criatividade Popular e Tecnologias Alternativas, realizada de 15 a 19 de março, em Santiago, no Chile, e da qual participaram a Cotrijuí e Unijuí.

Reunindo expositores e pesquisadores de vários países da América Latina, a Feira também sediou o simpósio sobre o uso das tecnologias populares nos processos de democratização do continente, do qual participou o pesquisador do CTC da Cotrijuí Pioneira, engenheiro agrônomo Rivaldo Dhein. Organizada pelo Centro El Canelo de Nos, Consejo de Educación de Adultos da América Latina (CEAAL) e Consejo Internacional de Educación de Adultos (CIAL), a Feira proporcionou exposições e debates sobre as tecnologias populares utilizadas e a situação desse setor nos vários países que estiveram presentes ao evento.

Entre as visitas, Rivaldo destaca uma chácara alternativa, de oito hectares e onde vive uma família de cinco pessoas, assessorada pela Comissão de Investigación de Agricultura Alternativa do Chile. Lá, em solo ruim, é praticada uma agricultura alternativa — totalmente livre do uso de agroquímicos — bastante diversificada, onde convivem duas lógicas de produção. Uma de subsistência, montada em cima do cultivo de hortaliças, frutíferas, hortigranjeiros, milho, alfafa, produção de coelhos, abelhas, leite, suínos, cabras e aves para postura e para corte. A outra, de comercialização, viabilizada pelo cultivo de trigo, centeio e girassol.

Para todas as atividades de lavoura, a família chilena conta apenas com dois cavalos como força de tração, o que, de acordo com Rivaldo, "é suficiente, já que a propriedade é bastante diversificada e pratica muito a rotação de culturas, fazendo com que apenas uma pequena parte da terra seja trabalhada em cada período". O pes-

quisador relata ainda que a adubação é toda orgânica e feita à base de um sistema de camas de animais produzidos na propriedade. O controle de pragas, por sua vez, é totalmente realizado sem uso de agrotóxicos. "Todas as pragas estão presentes no pomar, por exemplo, mas em equilíbrio com seus inimigos naturais", afirma Rivaldo, explicando ainda o processo de criação desses elementos na mesma propriedade.

GRANDE ACEITAÇÃO — De tudo o que foi apresentado, sejam painéis, equipamentos, palestras ou materiais explicativos, Rivaldo diz que o encontro deixou uma marca nítida: a de que os níveis da tecnologia convencional praticados em outros países da América Latina estão muito aquém dos praticados no Brasil, o que provavelmente explique a expansão da agricultura alternativa nesses países, com uma aceitação bem maior do que aqui.

A expectativa popular provada pelo comparecimento do público, no entanto, não retira as grandes inquietações que hoje são feitas em relação ao futuro da agricultura alternativa. "É explícito o alto interesse demonstrado pelos grandes grupos econômicos em absorver as tecnologias alternativas, para num processo posterior servir o Primeiro Mundo dos alimentos de primeira qualidade produzidos pelos países pobres ou subdesenvolvidos."

A importância dessa discussão acentua Rivaldo, "talvez sirva de alerta para nós brasileiros que estamos um pouco atrás neste setor, que procuramos antes de mais nada produzir alimentos isentos de agroquímicos, e por isso de qualidade superior, mas com o máximo de independência do sistema de produção atual."

Muito propício ao intercâmbio, o encontro no Chile teve a participação da Cotrijuí, através de um estande que apresentou graficamente a sua história enquanto a cooperativa, iniciada pelo cultivo e comercialização do trigo, a busca da diversificação de culturas, a afirmação desta proposta e ainda a publicação de inúmeros trabalhos desenvolvidos pelo CTC.

Aguardando definições

A decisão do que plantar neste inverno continua na dependência das definições a serem tomadas para o setor agrícola



Lavoura de trigo para a região
A expectativa é de que a área possa aumentar

Os agricultores estão colhendo o trigo de verão em meio a uma série de definições para o setor agrícola. O presidente Fernando Collor virou a economia de cabeça para trás, mas muito pouco falou da agricultura, um setor que vem sendo castigado desde que José Sarney achou que a prioridade era construir uma estrada de ferro em pleno Nordeste e que, segundo os entendidos, vai servir para ligar o Brasil a coisa nenhuma". Mas se o ex-presidente falhou com a agricultura, Fernando Collor, pelo menos nestes últimos dias, também não tem dado motivos para que os agricultores possam dormir descansados. Dois ministros para a pasta de Agricultura em 15 dias — Joaquim Roriz, o primeiro, mal teve tempo de esquentar a cadeira e o segundo que triticale era uma cultura de inverno —, pode não ser um bom sinal, o que, na verdade, só o tempo pode confirmar.

Nesse quadro de expectativas, também o agricultor associado da Cotrijuí. Enquanto o governo não decide os rumos do setor agrícola, "ele vai esperando a soja sem ainda ter programado a sua lavoura de inverno, especialmente a de trigo", afirma o diretor

do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí na Regional Pioneira, o agrônomo Léo Goi. A própria Cotrijuí vive uma situação semelhante a dos agricultores, "mas já pensando em saídas alternativas", observa o Léo, para quem a lavoura de inverno, até início de maio, deverá estar sendo plantada. O perigo desse atraso é que a lavoura possa sair a toque de caixa, comprometendo, mais uma vez, o rendimento final.

UM TERÇO — No inverno passado, em função da falta de recursos para a lavoura de inverno, os agricultores, principalmente os da área de atuação da Cotrijuí, plantaram bem menos trigo. Mas a nossa expectativa é de que a área possa aumentar, ficando dentro do limite estabelecido, que é o da cultura ocupar um terço da área agricultável, comenta o Léo apontando o nível tecnológico empregado pelos agricultores como uma forte razão para levar a Cotrijuí a ambicionar uma lavoura de trigo maior que a do ano passado. Reconhece que um aumento na lavoura de trigo vai depender de outros fatores ainda pendentes, como a questão da aquisição da produção e os preços mínimos "que precisam ser compatíveis

com os custos de produção". De qualquer forma, e apostando numa produtividade maior que a alcançada no ano passado, a Cotrijuí está colocando à disposição de seus associados materiais recomendados pela pesquisa, como as variedades CEP-21; CEP-19 e CEP-17, da Fecotriço e ainda as BR-23; BR-32 e BR-34, da Embrapa.

CULTURAS ALTERNATIVAS — Mas nem só do trigo vive a região durante o inverno. Os agricultores plantam também outras culturas alternativas, como as forrageiras, a cevada, a colza, o alho, o centeio e a cevada. Mas depois do trigo, são as forrageiras que, num programa iniciado há alguns anos atrás, ganham, não só a simpatia, mas também muitas áreas de cultivo na região. Elas integram um programa de recuperação do solo e que têm no item "rotação de cultura", o carro-chefe de todo o trabalho. Aliás, foi depois que os agricultores passaram a plantar forrageiras, não só para pastagem, como também para incorporação e produção de sementes, que uma área insignificante de solos passou a ficar descoberto nos meses de inverno. E é apostando no nível de conscientização dos agricultores em relação a necessidade de se

manter o solo coberto no inverno, que a Cotrijuí vem conduzindo alguns programas que deverão levar a industrialização de grãos alternativos como os da aveia, da cevada e do centeio. O que queremos é que cada vez mais, menos solos fiquem descobertos nos meses de inverno, resume o agrônomo.

Manejo do solo

O preparo do solo, com uso exclusivo de gradagens superficiais e continuamente nas mesmas profundidades, é uma prática bastante usada na região para a implantação dos cultivos de inverno. A constatação é do agrônomo Airton de Jesus, da Cotrijuí, unidade de Ijuí, para quem esta prática empregada pelos agricultores da região, sempre resultou na desestruturação da camada arável do solo, "transformando-a em duas fases distintas: a superfície pulverizada e a superficial compactada". Esta situação, de acordo com o agrônomo, resulta numa menor infiltração de água no solo, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento do sistema radicular das culturas, gerando perdas de solo provocadas pela erosão.

Para a implantação dos cultivos de inverno, é importante que o agricultor realize o preparo mínimo do solo, "sendo este caracterizado pela redução do número de operações e não pela redução da profundidade de trabalho dos implementos. O preparo reduzido do solo é feito com implementos de dentes (subsolador) com ponteiros estreitos — não superior a 8 centímetros de largura —, regulados para operar imediatamente abaixo da camada compactada, assinala Airton de Jesus.

Para áreas sem problemas com compactação do solo, acidez, fertilidade e desuniformidade do terreno, o agrônomo recomenda a adoção do sistema de plantio direto. Esta prática, além de proteger a superfície do solo contra o efeito erosivo das chuvas, ainda promove a conservação da umidade do solo, age sobre a sua estruturação e dificulta a germinação das sementes das plantas daninhas, observa.

ROTAÇÃO — Muitas são as razões que levam — ou que deveriam levar — o agricultor a realizar um programa de rotação de culturas dentro da sua propriedade. Entre as mais importantes, o Airton de Jesus aponta a vantagem do sistema proporcionar diversificação de renda; o aproveitamento mais racional do parque de máquinas; o melhor aproveitamento dos nutrientes existentes no solo; a melhoria das condições do solo para o desenvolvimento do sistema radicular das plantas; a redução no surgimento de plantas daninhas, pragas e moléstias; a fixação do nitrogênio pelas leguminosas; a reciclagem do nitrogênio; a redução das perdas por erosão e o aumento da produtividade.

Encomenda pelo freiteiro

A distância entre a propriedade e a cooperativa, o custo elevado do frete e ainda a perda de tempo, foram razões suficientes para que a Cotrijuí fizesse uma virada no seu programa de financiamento de sementes de forrageiras dirigido aos produtores de leite. A problemática de pagamento continuou praticamente a mesma: o produtor levava a semente para pagar em prestação de produto. O que mudou foi a forma de encaminhamento do pedido. O produtor não precisou deixar suas lidas na propriedade para buscar na cidade, alguns quilos de semente. Ele pode se valer do freiteiro da sua linha, não apenas para encaminhar o pedido de semente, mas também para receber, na plataforma de entrega do leite, a sua encomenda.

O programa, com sucesso ganhando, foi implantado apenas entre os produtores de leite ligados a unidade de Tenente Portela e contou ainda com a colaboração dos três freiteiros responsáveis pela coleta do leite entregue no momento de recebimento da Cotrijuí no município. Com este programa atingiu-se quase metade dos produtores de leite de Tenente Portela, destaca o agrônomo Luiz Fernando Zordan, responsável pela área de forrageiras da unidade e, para quem o programa "suplantou as expectativas iniciais". Zordan destaca ainda que parte do sucesso tem a ver com o respaldo dos freiteiros "que quiseram investir no programa".

428 CONTRATOS — O programa de financiamento de sementes de forrageiras de inverno atingiu 428 contratos e um total de 52.090 quilos de sementes de aveia preta, aveia branca, aveia, ervilhaca e sincho. Os pedidos de aveia preta chegaram aos 20.000 quilos e os de aveia branca aos 10.000 quilos. De semente de aveia preta entregues 6.156 quilos; de ervi-

lhaca 6.720 quilos e de sincho 560 quilos. O mesmo programa, só que feito dentro da cooperativa atingiram ainda outros 84 contratos e um total de 12.325 quilos de semente.

Nessa nova faceta do programa, segundo Edemar Vidal de Siqueira, extensionista da unidade de Tenente Portela, a cooperativa procurou trabalhar com sacos "e não com quilos, como vinha fazendo em anos anteriores". A idéia é a de levar o produtor a aumentar ainda mais a sua reserva de pastagens na propriedade, diz lembrando que ano passado o programa atingiu 186 contratos e um total de pouco mais de 30 mil quilos de sementes. Só que nesta experiência não entrou o adubo. O produtor só encomenda a semente, lembra Luiz Fernando Zordan para quem o programa, corrigidas algumas distorções, está aprovado para ser implantado, até o verão, no restante das unidades da Cotrijuí na Pioneira. O programa só precisa de alguns ajustes, destaca o agrônomo, referindo-se ao espaço de tempo deixado entre o pedido e a entrega "que foi apertado".

ECONOMIA — O seu Norberto Bülau, na atividade leiteira há pouco mais de quatro anos e proprietário de quatro vacas, gostou do programa porque ele representa uma economia no bolso do produtor. "É uma maneira do colono não precisar desembolsar dinheiro para fazer as pastagens", disse ele. O seu Norberto é proprietário de 12,5 hectares de terra em Irapuazinho,



Ramiro Rodrigues



Norberto Bülau

interior de Miraguá, onde está programando plantar cinco hectares de aveia e alguma coisa de ervilhaca. Pegou na cooperativa, via freiteiro, 150 quilos de aveia, mas pretende comprar semente fora para plantar ainda mais três hectares para incorporar e fazer silagem. Não peguei mais semente na cooperativa porque a minha produção de leite é baixa, diz ele.

O sistema é muito bom e barato, ressalta Ramiro Rodrigues, proprietário de 10,5 hectares de terra em Dois Marcos, distrito de Derrubadas, interior de Tenente Portela. O Ramiro pegou, via freiteiro, um saco de aveia preta e um saco de azevém. Conta que fez o pedido pelo freiteiro e, 15 dias depois, recebeu a semente encomendada. Se tivesse que ir até a cidade para buscar o produto, ficava mais difícil, diz ele. Receber a encomenda na propriedade não só é econômico como também poupa tempo, comenta Ramiro, apostando no sucesso do novo programa da Cotrijuí. Na verdade o Ramiro ouviu alguma coisa sobre o programa de troca pelo rádio. Pediu informações ao freiteiro e logo mandou o pedido solicitando a semente. A outra vantagem é que o produtor não precisa desembolsar dinheiro. Ele paga com produto, destaca.

Alimento barato

Aveia, azevém, alfafa, trevos na propriedade é sinal de mais leite, mais carne e ovos. As forrageiras, principalmente nestes últimos anos, assumiram um lugar importante entre as culturas de inverno, a ponto de, só no ano passado, terem ocupado mais de 121 mil hectares

Falar da importância das forrageiras na alimentação do gado bovino, principalmente durante os meses de inverno, é rebater numa tecla que começou a ser tocada lá pela década de 70, quando, pela primeira vez se começou a falar na tal integração lavoura/pecuária. A princípio, o assunto mais parecia um bicho-de-sete-cabeças e não era para menos tanta desconfiança. Afinal, quem queria ouvir falar de pecuária de leite e muito menos de aveia, azevém ou alfafa, quando ainda se podia ganhar muito dinheiro com o binômio trigo/soja? Dos primeiros discursos em cima da necessidade de se mudar os rumos da atividade agrícola na região, já se passaram quase 20 anos. Além de contabilizar os anos, a região também está contabilizando um grande avanço na área de diversificação e a tão falada integração lavoura/pecuária tomou outros rumos. Hoje, a região não só planta menos soja e menos trigo, como também já contabiliza uma área de forrageiras que, apenas em 1989 chegou a 121 mil e 700 hectares.

Por trás dessa área de forrageiras, 25 por cento maior que a de tri-

go plantada no mesmo ano, estão a pecuária de leite, a suinocultura, a produção de sementes e a adubação verde.

VOLUMOSOS — Quem se dedica a pecuária, principalmente a de leite, sabe muito bem que a produtividade só atinge níveis desejados para cobrir os custos de produção, quando as vacas estão muito bem alimentadas. Também ninguém mais duvida de que, quanto mais uma vaca comer, mais leite vai produzir. Quando pensamos em alimentar bovinos, a utilização de volumosos é parte fundamental da dieta animal, diz o agrônomo Onairo Sanches, da Cotrijuf, unidade de Ijuí, referindo-se a necessidade do produtor buscar custos de alimentação compatíveis com os custos de produção. Ele cita como um caminho a ser seguido para os produtores interessados em investir na atividade leiteira, o plantio de forrageiras tanto no inverno como no verão, "capaz de garantir maior rentabilidade para o produtor".

De um modo geral, o pastoreio direto das pastagens é a fonte mais barata de alimento para os bovinos quando comparado com outros tipos de ali-



Trevo consorciado, ao lado e aveia, acima: garantindo a atividade leiteira e a suinocultura na propriedade

mentos. Os dados do quadro abaixo mostram ser possível produzir leite ou carne através da utilização das forrageiras "com um custo três vezes inferior quando os animais forem alimentados com grãos ou concentrados", explica o agrônomo.

As condições climáticas do Rio Grande do Sul permitem a produção de pastagens quase que durante todo o ano, "o que possibilita um custo de produção mais baixo do que os alcançados em outras regiões ou mesmo de outros países da Europa, por exemplo", observa ainda Onairo, para quem o produtor precisa se conscientizar de vez dessa situação e buscar reduzir seus custos.

PLANTIO/ADUBAÇÃO — Para que as forrageiras se estabeleçam adequadamente, é preciso que o solo esteja em boas condições no que se refere a fertilidade, acidez e matéria orgânica.

Não é possível produzir boas pastagens em terras ácidas e fracas sem que se faça correção e adubação adequada, alerta o agrônomo lembrando que as forrageiras, de um modo em geral, precisam de nutrientes para o seu desenvolvimento e rebrote.

CONSORCIAÇÃO — É muito importante, sempre que possível, o produtor fazer uma espécie de "mistura de pastagens", plantando gramíneas junto com algumas leguminosas. Esta "mistura" vai propiciar uma complementação de uma forrageira com a outra, racionalizando o uso da adubação e melhorando a nutrição dos animais".

| Fonte de alimento | Custo relativo |
|-----------------------------|----------------|
| Pastoreio direto | 100% |
| Feno | 140% |
| Silagem | 187% |
| Grãos e outros concentrados | 314% |

Fone: Semple — 1984

As preferenciais

As forrageiras preferenciais para os meses de inverno e que se adaptam muito bem às condições climáticas da região Pioneira da Cotrijuf continuam sendo as aveias — preta e branca —, o azevém, os trevos, sincho, a alfafa, a ervilhaca, entre outros.

• **AVEIA PRETA** — É, sem qualquer dúvida, ainda a principal forrageira de inverno "por apresentar grande produção de massa verde e boa qualidade nutritiva". A aveia preta apresenta bons resultados quando consorciada com a ervilhaca. A semeadura vai de março a julho, apresentando um desenvolvimento bastante rápido. O pastoreio da aveia preta pode acontecer já a partir dos 45 aos 60 dias ou quando atingir 25 a 30 centímetros de altura. O período de pastejo pode ser aumentado com a utilização do sistema de consórcio de azevém, trevos e ervilhaca. Na semeadura, o Onairo Sanches, recomenda o plantio de 80 quilos de sementes por hectare, para o caso da lavoura solteira. Em caso de lavoura consorciada, a recomendação é de 60 quilos por hectare de planta.

• **AVEIA BRANCA** — Quando cultivada visando a produção de grãos, deve ser semeada no período de maio a junho. Apesar de ser utilizada para pastejo, ela tem sua melhor resposta quando usada na produção de grãos utilizáveis pelos animais, "pois possui boa concentração de proteínas, o que lhe confere alto valor nutricional", informa Onairo. Além desta qualidade, a aveia branca tem demonstrado alto potencial de produção de grãos, atingindo até 3.300 quilos por hectare. Na semeadura utilizar de 80 a 100 quilos de

sementes por hectare.

• **AZEVÉM** — Esta forrageira continua sendo muito bem aceita pelos produtores da região. Entre as qualidades, o azevém contabiliza o fato de apresentar um ciclo produtivo bastante longo e alta adaptabilidade aos mais diversos tipos de solos. É um pasto de boa qualidade. A melhor época de semeadura situa-se entre os meses de março a maio, quando destinada ao pastoreio. Atinge o pico de produção no final do inverno, início da primavera.

Na semeadura, utilizar 20 quilos de sementes por hectare, quando em lavoura solteira. Na consorciada, o Onairo recomenda o uso de 12 quilos de sementes por hectare.

• **ERVILHACA** — Esta forrageira deve ser semeada sempre em consórcio com a aveia, e a melhor época de plantio se situa entre os meses de abril a junho, "pois um plantio muito no cedo pode prejudicar o seu desenvolvimento devido ao ataque das pragas, avisa.

O primeiro pastoreio acontece 70 dias após a semeadura. No plantio a recomendação é de 50 quilos de sementes por hectare.

• **SINCHO** — É uma leguminosa que deve ser plantada nos meses de abril a maio. Se adapta melhor ao corte do que ao pastoreio, devendo, no entender do Onairo, ser semeada em consórcio com a aveia, "pois acama com facilidade". Apresenta grande potencial para a produção de feno e adubação verde. Na semeadura, utilizar 60 quilos de semente por hectare, quando plantada em consórcio com aveia.

• **ALFAFA** — Também uma legumino-



A alfafa, uma leguminosa... que pode ser semeada de abril a maio

sa de grande valor na alimentação dos animais. Esta espécie pode ser semeada de abril a maio, como época preferencial e de setembro a outubro, como época secundária. Para a implantação da alfafa, faz-se necessário corrigir e adubar corretamente o solo, inclusive com esterco e outras matérias orgânicas, de forma a permitir que a pastagem desenvolva todo o seu potencial. A alfafa requer solos profundos e bem drenados, "já que seu sistema radicular possui grande capacidade de desenvolvimento", explica. Na semeadura, o Onairo recomenda a utilização de 20 quilos de semente por hectare, sendo que a melhor forma de semeadura é em linha, facilitando a limpeza da área e a adubação.

• **TREVOS** — Existe um número muito grande de espécies de trevos que podem ser utilizados na alimentação dos animais. Entre estas tantas espécies o Onairo destaca o trevo vesiculoso Yuchi, o trevo branco e o trevo subterrâneo. Os trevos são leguminosos que fornecem alimentos de alta qualidade,

"por esta razão, devem ser cultivados, preferencialmente em consorciação com gramíneas para que a nutrição dos animais fique mais adequada".

Trevo vesiculoso Yuchi forma excelente pastagem na consorciação com o azevém, pois seu desenvolvimento é tardio, fornecendo pastos de julho a dezembro. A densidade de semeadura é de 6 a 8 quilos por hectare.

Já o **trevo branco** é uma espécie de hábito de crescimento rasteiro que adapta-se a solos úmidos e, quando semeado em março, produz pasto de junho a outubro. Deve ser semeado junto com o azevém. A densidade de semeadura é de 2 a 3 quilos de sementes por hectare.

O **trevo subterrâneo** é a espécie que produz pastos mais cedo. Pode ser plantado em março/abril, consorciado com o azevém. Possui bom desenvolvimento inicial e tem a característica de enterrar a própria semente, garantindo, desta forma, a sua semeadura para o próximo ano. Na semeadura usar de 10 a 12 quilos de sementes por hectare.

SEMENTES

Tirando as dúvidas

Além das preocupações de caráter econômico-financeiro, sempre importantes na hora de definir um cultivo, o produtor deve ter outras de caráter mais abrangente que permitam a estabilidade na produção em anos mais elevados. A afirmação é do agrônomo Adão Acosta, da Cotrijuí na Regional Pioneira, para quem, muitas vezes, não devem ser apenas as variedades cuja venda do grão é a preocupação do produtor, que merecem ser contabilizadas como as melhores. Existem outras, reforça, de maior desempenho no mercado, "mas que trazem enormes benefícios indiretos, como a quebra do ciclo das doenças e pragas, a agregação do solo, adubação verde, reciclagem de nutrientes, forragem para animais, entre outros.

Realizada a escolha das variedades, segundo o Adão, o produtor deve, dentro de cada objetivo, "procurar extrair o potencial máximo de rendimento. Isto se faz a partir da implementação da lavoura, "que é o momento onde começam a ser definidos os padrões de produção", diz o agrônomo, sugerindo alguns passos importantes e, abaixo relacionados:

• Escolha da variedade —

procurar saber das últimas recomendações da pesquisa e da assistência técnica para cada variedade. Plantar sempre as melhores.

• Escolha da semente — usar sempre sementes certificadas ou fiscalizadas, com garantia de identidade e de pureza varietal.

• Tratamento de semente — a infestação de doenças nos cultivos de inverno é um problema constante e crescente. Particularmente no último inverno, o excesso de chuvas na formação das sementes, originou em toda a região, problemas como a helmintosporiose no trigo e a antracnose na maioria das leguminosas. Para evitar a propagação da inócula e proteger as plântulas, o tratamento de sementes é uma medida eficaz. A escolha do produto a ser usado dependerá das condições do lote, das características da cultura e variedades e do modo de ação do princípio ativo a ser usado. Não cabe aqui enumerar normas dos produtos, mas é possível recomendar que, antes de qualquer iniciativa, o produtor consulte o departamento técnico da sua unidade.

• Densidade de semeadura — é um parâmetro definidor do rendimento, visto que indica o número de

espigas, panículas ou vagens que poderão ser colhidas no final do ciclo da cultura. Para cada espécie há um número ótimo de plantas que poderão aproveitar bem a água e a luz e os nutrientes disponíveis para o crescimento do cultivo. Mas por incrível que pareça, não são muitos os produtores atentos a esta questão.

| TREMÇO | | | | | | |
|----------|--------------------------|------------------------------------|-------------|-----------------|-------------|-------------------|
| Cultivar | Ciclo (dias) Emerg./flor | Ciclo (dias) Emerg./Mat. planta/cm | Altura (cm) | Doenças Antrac. | Rhizoctonia | Nodulação natural |
| Po 162 | 137 | 168 | 81 | R | S | Boa |
| PO 09 | 123 | 157 | 84 | R | S | Muito boa |

Densidade: 20 sementes por metro linear
Espaçamento: 40 a 50 centímetros entre linhas

| COLZA | | | | | | |
|----------|--------------|--------------|-------------|---------|------------------|-------------|
| Cultivar | Ciclo (dias) | Ciclo (dias) | Altura (cm) | Doenças | Reação a Doenças | Altura (cm) |
| CTC RS84 | 91 | 130 | 150 | 161 | MR | MR |
| CTC S845 | 88 | 125 | 144 | 155 | MR | MR |

| FAVA | | | | | | |
|----------|--------------|--------------|-------------|-------------------|------------------|-------------|
| Cultivar | Ciclo (dias) | Ciclo (dias) | Altura (cm) | Densidade (kg/ha) | Reação a Doenças | Altura (cm) |
| Comum | 62 | 158 | 55 | 150-200 | | |

| AVEIA | | | | | | | |
|--------------|-------------------------|------------------------|----------|------|----------------|----------------|-------------|
| Cultivar | Ciclo (dias) Emerg-Flor | Ciclo (dias) Emerg-Mat | PMS (gr) | PH | Ferrugem Folha | Ferrugem Colmo | Altura (cm) |
| CTC8481415-3 | 99 | 156 | 36,0 | 56 | MR | MR | 113 |
| CTC8481415-2 | 98 | 158 | 36,0 | 56 | MR | MR | 120 |
| UFRGS-7 | 105 | 145 | 35,0 | 51,0 | S | R | 100 |
| UFRGS-9 | 110 | 150 | 33,0 | 50,0 | S | R | 120 |
| UFRGS-10 | 115 | 153 | 37,0 | 53,0 | MS | R | 122 |
| UPF-7 | 99 | 137 | 30,0 | 51,0 | MS | MS | 104 |

R - Resistente • S - Suscetível • MS - Moderadamente Suscetível • Densidade - 50 sementes aptas/m linear (+ - 80 kg/ha) • Espaçamento - 17 a 20 cm entre linhas • MR - Moderadamente Resistente

| TRIGO | | | | | | | | | | | | |
|------------------|---------------------|--------|--------|-------------|-------|----------|-----------------|-------|------------------|----------|------------------|------------------|
| Cultivar | Ciclo - Dias Espiga | Matur. | Altura | Crestamento | Ordio | Folha | Ferrugens Colmo | Folha | Septoriose Gluma | Giberela | Helmintosporiose | Virus do Mosaico |
| BR-14 | 97 | 145 | Média | R | S | R | R | S | MS | S | S | MS |
| BR-23 | 90 | 147 | Média | MR | S | Razoável | R | MS | MS | S | S | R |
| BR-32 | 98 | 143 | Alta | MR | S | Bom | R | MS | MR | MS | — | — |
| BR-34 | 96 | 144 | Média | MS | R | AS | R | — | S | S | — | S |
| CEP-II | 87 | 146 | Alta | MR | MR | Bom | S | S | R | S | MR | S |
| CEP 14 | 106 | 159 | Média | R | R | AS | S | R | R | MS | MR | — |
| Itapua | 90 | 147 | Alta | R | R | R | R | MR | MR | S | S | — |
| CEP 19 | 103 | 148 | Alta | R | R | R | R | MR | MR | S | MR | S |
| Jatal | 104 | 150 | Alta | R | R | R | R | MR | MR | S | S | S |
| Campos Peladinho | 92 | 128 | Média | MS | S | AS | S | S | MS | MS | — | — |

Densidade de Semeadura: 300 a 330 sementes/m²
OBS: R - Resistente MR - Moderadamente Resistente S - Suscetível MS - Moderadamente Suscetível AS - Altamente Suscetível

ALHO

Ainda marginalizado

Alternativa para as pequenas propriedades. É assim que o alho, uma cultura de inverno, vem sendo encarada na região onde tem ocupado, a cada ano, em torno de 300 hectares de lavoura. Mas nem essa área, considerada expressiva para uma pequena lavoura, tirado o alho da condição de cultura marginalizada dentro da propriedade. Além de ocupar espaços menos nobres, geralmente áreas onde não se pode plantar trigo ou forrageiras, ele não recebe atenção na hora da escolha das sementes, preparo do solo e adubação. Devido este desinteresse do produtor para com a cultura, segundo o João Boaro, agrônomo e supervisor da Área de Olericultura da Cotrijuí na Pioneira, vai desembocar na baixa qualidade e produtividade da produção, "bastante inferior ao potencial das variedades cultivadas na região".

E, apesar, nestes últimos anos, a cultura ter se firmado com uma boa produção em área e volume na região, a produtividade não tem avançado, ficando estacionada em 2,8 toneladas por hectare. Também tem contribuído para esta estagnação da produção, segundo o agrônomo, o fato de que não houve, nesse meio tempo, a introdução de novas variedades. Todas as tentativas foram frustradas por falta de adaptação às nossas condições climáticas. João Boaro, lembrando que em outras regiões do país, como Santa Catarina, Paraná e São Paulo vem se percebendo um grande avanço nesta área, devido ao emprego das tecnologias disponíveis. Os produtores vêm usando variedades nobres, capazes de atingir produtividades — até 10 toneladas por hectare — e qualidade superior.

Diante destas constatações, o produtor entende ser necessário uma melhoria na produção local, "buscando

espaços para melhor competir no mercado". Aponta a necessidade de aumentar a produtividade "a partir do uso mais adequado das tecnologias disponíveis e a introdução de novas variedades que apresentem características mais adequadas à realidade do mercado, como fundamentais para o destino da cultura na região. A experimentação, via Centro de Treinamento da Cotrijuí, de 20 novas variedades de alho, já é um passo em direção ao alcance desta proposta.

RECOMENDAÇÕES PARA PLANTIO — Os cuidados com a lavoura de alho devem começar pela escolha do local de implantação da cultura. O Boaro sugere solos areno-argilosos — leves, portanto — com bom teor de matéria orgânica, preparado até 20 centímetros de profundidade, tomando o cuidado de evitar o uso de grades em solos úmidos". Não recomenda o plantio em solos ácidos. O pH ideal do solo para a cultura do alho se situa entre 6,0 a 6,5.

Como o alho é uma cultura muito exigente em termos de fertilidade, o Boaro sugere que o produtor faça, antes de qualquer iniciativa, uma análise do solo antes da adubação. Em caso da falta da análise, o agrônomo dá duas receitas que podem ser seguidas pelo produtor. Na primeira receita ele sugere o uso de cama de aviário na proporção de 7 toneladas por hectare, mais 300 quilos de superfosfato e 50 quilos de cloreto de potássio. Mas o agrônomo faz um alerta: se o esterco for puro, reduzir a dosagem pela metade. Mas se o esterco utilizado for de gado ou suínos, dobrar a quantidade. Pela segunda receita, sugere a aplicação de 500 quilos da fórmula 05-30-15. Só usar adubação de cobertura quando ocorrer amarelamento geral das plan-

tas, entre 40 e 60 dias após a emergência. A recomendação é 50 a 100 quilos de uréia, "dependendo do teor de matéria orgânica existente no solo".

CANTEIROS — A construção

de canteiros para o plantio do alho é uma prática que vai ajudar não só na redução dos problemas de encharcamento do solo, como também facilitar os tratos culturais — sem provocar compactação — e reduzir a mão-de-obra na hora da colheita. Cada canteiro deve medir em torno de 1,20 metros de largura. Esse é o tamanho considerado ideal. O plantio deve obedecer a um espaçamento de 30 centímetros entre linha e 10 centímetros entre plantas. "Assim, explica o agrônomo, teremos quatro linhas por canteiro, deixando 15 centímetros nas bordas".

Mais cuidados devem ser tomados na hora do plantio. É importante, segundo o Boaro, que os dentes de alho fiquem com o ápice voltado para cima "para que a lavoura seja mais uniforme". Além disso, vai evitar a perda de energia por ocasião da emergência da plântula, "o que reflete diretamente na produtividade". O agrônomo também aconselha evitar plantio muito profundos, "no máximo a 2,5 centímetros de profundidade". A melhor época de plantio vai de 15 de março a 30 de abril para as variedades Lavínia e Centenária. A Portela, Roxo Pestana e Portelão devem ser semeadas entre 15 de abril a 30 de maio.



Lavoura de alho
Os cuidados devem iniciar pela escolha da semente

AS INVASORAS — O alho é uma cultura que mantém o solo descoberto durante todo o seu ciclo. Por este motivo, as invasoras se constituem num problema grave, exigindo cuidados no seu controle, que tanto pode acontecer através da aplicação de herbicidas como de capinas. Em caso de necessidade do uso do herbicida, o produtor deve, antes de qualquer iniciativa, procurar a orientação técnica, "pois o ideal é fazer o controle na pré-emergência ou imediatamente após a emergência", avisa.

IRRIGAÇÃO — Esta prática é pouco utilizada na região, principalmente na cultura do alho, mas, na verdade, segundo o Boaro, se constitui em fator decisivo para uma resposta adequada da cultura levando em conta o seu potencial produtivo e a tecnologia empregada na lavoura. O Boaro aponta algumas razões que por si só já justificariam a irrigação numa lavoura de alho: o investimento aplicado na lavoura de alho; a segurança da produção; a formação de bulbos maiores, melhor cotados no mercado; a exigência da planta em termos de umidade do solo e o fato da cultura ocupar áreas relativamente pequenas, exigindo, portanto, menor investimento.

Cereais: guerra no comércio

Por trás do avanço da produção e consumo, está o aumento da demanda dos países do Leste europeu e da URSS

Argemiro Luís Brum
Montpellier — França

Apesar de ainda não sermos auto-suficientes na produção de cereais, o potencial existente em nosso país (superfície agrícola e aumento da produtividade) permite esperar que um dia venhamos a nos tornar não só auto-suficientes mas também exportadores destes grãos. Afinal, no que tange ao milho, ficamos como terceiro produtor mundial em 1989 com cerca de 26,0 milhões de toneladas produzidas, atrás da China (76,0 milhões de toneladas) e dos Estados Unidos da América (EUA) (192,8 milhões de toneladas).

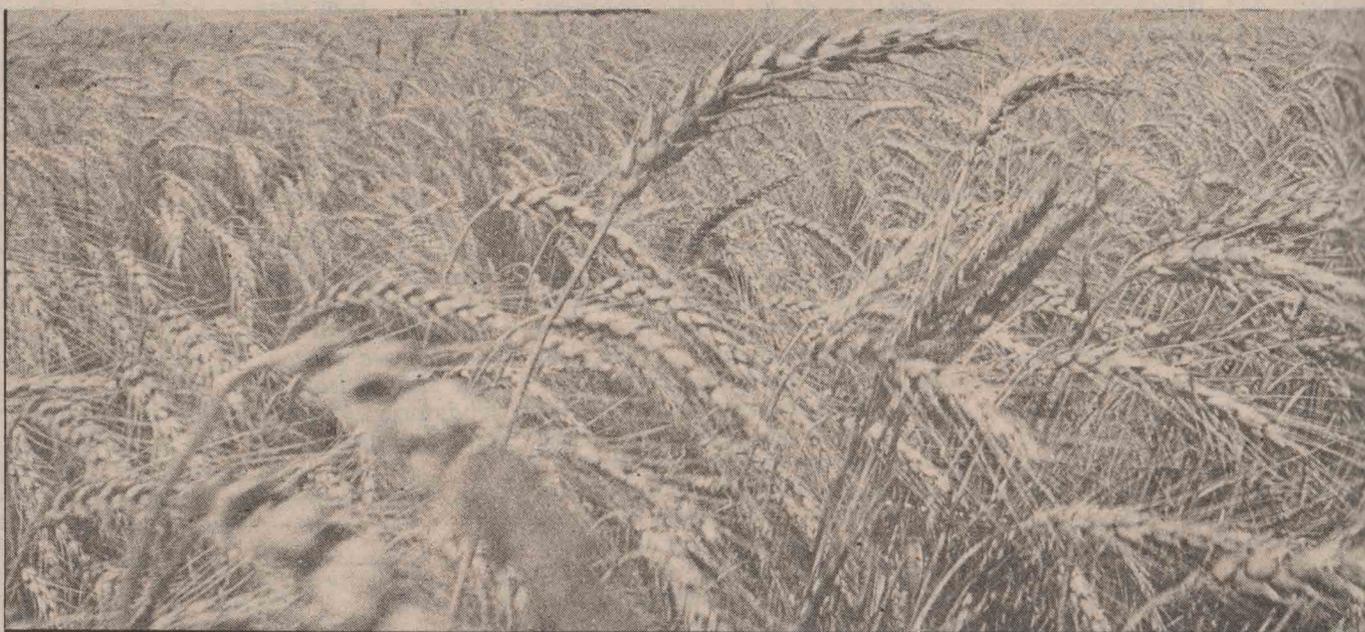
Assim, consideramos importante avançarmos algumas informações e fazermos algumas análises sobre o mercado mundial de cereais. Sobretudo hoje, face as transformações políticas que ocorrem nos países do Leste europeu e na União Soviética (URSS), fortes importadores do produto.

1 — Forte aumento na produção e no consumo mundial

Os dados divulgados no início de 1990 pelo Conselho Internacional do Trigo, com sede em Londres (Inglaterra), dão conta que a produção mundial de cereais atingirá 1,34 bilhão de toneladas no ano comercial 1989/90. Isto significa um aumento de 9,0 por cento sobre a safra passada (1,23 bilhão de toneladas em 1988/89). Este aumento, que recupera largamente as frustrações havidas no ano passado acaba, porém, não acompanhando a demanda mundial. Prevê-se que o consumo mundial no atual ano comercial atinja 1,37 bilhão de toneladas contra 1,34 bilhão consumido em 1988/89. Isto deverá provocar uma nova queda nos estoques finais. Assim, os mesmos deverão se situar em 225 mil toneladas no final do atual ano comercial contra 251 mil em 1988/89 e 350 mil em 1987/88.

Tal realidade é encontrada nos dois grandes setores em que se divide a rubrica cereais no contexto do comércio mundial: a do trigo e a dos cereais secundários (milho, cevada, centeio, arroz, etc. . .), também chamada de cereais forrageiros.

No caso do trigo, a produção mundial atingirá cerca de 532 milhões de toneladas contra 503 milhões em 1988/89. Este aumento de 4,7 por cento compensa largamente o aumento de quase 1,0 por cento que se registrará



Dados do Conselho Internacional de Trigo, dão conta . . .
... que a produção mundial atingirá 1,34 bilhão de toneladas em 90

no consumo mundial do cereal rei. Entretanto, ainda não será suficiente para compensar a queda nos estoques finais os quais ficarão em 99 milhões de toneladas neste ano contra 105 milhões em 1988/89 e 134 milhões em 1987/88.

Por sua vez, os cereais secundários verão sua produção aumentar de 11,4 por cento em 1989/90 (812 milhões de toneladas contra 729 milhões em 1988/89). Entretanto, o consumo aumentará de 3,6 por cento para atingir 833 milhões de toneladas neste ano. Assim, os estoques finais dos cereais secundários cairão para um total de 126 mil toneladas contra 146 mil em 1988/89 e 216 mil em 1987/88.

Por trás deste avanço da produção e do consumo está o aumento da demanda dos países do Leste europeu e da URSS, a qual provoca nova guerra de subvenções às exportações junto aos dois grandes exportadores mundiais de cereais: os Estados Unidos da América (EUA) e a comunidade Econômica Européia (CEE).

2 — Aumenta a demanda imediata na URSS e nos países do Leste

Apesar de uma colheita cerealeira em crescimento no atual ano comercial 1989/90 (205 milhões de toneladas contra 195 milhões no ano passado) a URSS deverá aumentar em 2 milhões de toneladas suas importações de cereais em relação ao previsto em outubro de 1989.

Assim, a URSS deverá importar um total de 33 milhões de toneladas de cereais, sendo 11 milhões em trigo e 22 milhões em cereais secundários. Isto, entretanto, representa volumes menores do que o importado em 1988/89 os quais foram respectivamente de 39 milhões, 15 milhões e 24 milhões de toneladas.

Já no conjunto dos países do Leste (veja detalhes na tabela nº 3) a produção de cereais, embora em crescimento neste último ano, não impediu que o volume importado se mantivesse nos níveis dos anos anteriores. Assim, os países do Leste importaram um pouco acima de 9 milhões de toneladas em 1989/90, sendo 3,0 milhões de toneladas em trigo e 6,24 milhões em cereais secundários.

De fato, o problema imediato destes países, no momento em que grandes modificações históricas são postas em prática, consiste em aumentar a quantidade e a variedade de produtos alimentares à disposição de suas populações. Esta é a primeira condição para que as reformas políticas surtam

efeito. Desta forma, levando-se em conta a ineficiência do sistema produtivo existente, e o fracasso, por enquanto, do plano soviético de pagar aos agricultores em dólares pela produção que ultrapassasse um certo teto pré-fixado, a tendência é um aumento nas importações de alimentos ou pelo menos a sua manutenção em níveis importantes. É isto que se observa no mercado cerealeiro. Entretanto, a médio e longo prazo a tendência é de assistirmos a uma reestruturação de suas propriedades agrícolas e, com ela, um possível aumento na produção primária destes países. No que tange aos grãos, especialistas europeus indicam que a simples adoção de métodos de produção mais intensivos fariam a produção crescer significativamente.

Diante de tal quadro, a luta para se manter neste mercado é grande. Norte-americanos e europeus ocidentais não medem esforços, sobretudo financeiros, para se manterem como principais exportadores de cereais aos soviéticos e demais habitantes do Leste europeu.

TABELA Nº 1: OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE CEREAIS
(em milhões de toneladas)

| | 1987/88 | 1988/89 | 1989/90 (*) |
|----------------------------|---------|---------|-------------|
| TODOS OS CEREAIS | | | |
| Produção | 1.308 | 1.232 | 1.344 |
| Comércio | 193 | 195 | 195 |
| Consumo | 1.362 | 1.338 | 1.372 |
| Estoques | 350 | 251 | 225 |
| TRIGO | | | |
| Produção | 511 | 503 | 532 |
| Comércio | 106 | 97 | 97 |
| Consumo | 539 | 534 | 539 |
| Estoques | 134 | 105 | 99 |
| CEREAIS SECUNDÁRIOS | | | |
| Produção | 797 | 729 | 812 |
| Comércio | 87 | 98 | 98 |
| Consumo | 823 | 804 | 833 |
| Estoques | 216 | 146 | 126 |

(*) Previsões feitas no dia 23.01.90
Fonte: IWC, Londres

TABELA Nº 2: URSS — IMPORTAÇÕES DE CEREAIS POR PAÍS DE ORIGEM
(em milhões de toneladas)

| | 1988/89 | 1989/90 (*) |
|----------------------------|---------|-------------|
| TRIGO | | |
| Argentina | 0,4 | 0,1 |
| Austrália | 0,3 | 0,1 |
| Canadá | 2,7 | 3,3 |
| CEE | 4,8 | 3,0 |
| EUA | 4,6 | 2,5 |
| Outros países (**) | 2,5 | 2,0 |
| Total | 15,3 | 11,0 |
| CEREAIS SECUNDÁRIOS | | |
| Argentina | 1,0 | 0,5 |
| Austrália | — 0 — | 0,1 |
| Canadá | — 0 — | 0,4 |
| CEE | 3,4 | 3,5 |
| EUA | 16,7 | 15,0 |
| Outros países | 2,2 | 2,5 |
| Total | 23,3 | 22,0 |
| TOTAL EM CEREAIS | | |
| Argentina | 1,4 | 0,6 |
| Austrália | 0,3 | 0,2 |
| Canadá | 2,7 | 3,7 |
| CEE | 8,2 | 6,5 |
| EUA | 21,3 | 17,5 |
| Outros países | 4,7 | 4,5 |
| Total Geral | 38,6 | 33,0 |

(*) Previsões feitas em dezembro de 1989

(**) em trigo: Áustria, Suécia, Hungria, Arábia Saudita, Turquia e URSS

Fonte: IWC, Londres

Crescem as subvenções para as exportações

Na sombra das negociações do GATT, os Estados Unidos aumentam o seu protecionismo junto a sua agricultura

Na sombra das negociações do GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas Aduaneiras), iniciadas em 1986 com a chamada Rodada Uruguaí e que deverão se encerrar em dezembro do corrente ano, os EUA aumentam o seu protecionismo junto a sua agricultura.

No que tange aos cereais, e mais precisamente ao trigo, os norte-americanos deverão exportar 34,0 milhões de toneladas em 1989/90 contra 39,2 milhões um ano antes. Esta perda de mais de 5 milhões de toneladas no mercado mundial, sobretudo em proveito do Canadá (17,0 milhões de toneladas contra 13,6 milhões) e da Argentina (6,0 milhões de toneladas contra 3,2 milhões) torna-se ainda mais insuportável aos EUA na medida em que a CEE deve manter os seus volumes de exportação (19,5 milhões de toneladas). Sob o ponto de vista norte-americano, tal situação se agrava na medida em que a posição dos EUA declina no que tange ao fornecimento de cereais para dois grandes países importadores: a China e a URSS.

De fato, a China deverá importar 5,8 milhões de toneladas de cereais dos EUA neste ano contra 7,6 milhões no ano passado. Enquanto isto, a CEE exportará aos chineses 2,5 milhões de toneladas de cereais contra 1,6 milhão no ano de 1988/89. Em outras palavras, os norte-americanos perdem 10 por cento do mercado chinês (de 47 por cento do total importado pela China os EUA passam a fornecer 37 por cento) enquanto os europeus recuperam mais de 6 por cento deste mesmo mercado (de 9,8 por cento eles passam a 16 por cento de participação no total importado em cereais pelos chineses).

Quanto a URSS, os dois grandes perdem, porém, os europeus menos que os norte-americanos. Assim, as exportações totais de cereais dos EUA em direção a URSS deverão ficar em 17,5 milhões de toneladas contra 21,3 milhões em 1988/89 enquanto a CEE exportará 6,5 milhões de toneladas contra 8,2 milhões um ano antes.

Diante de tal contexto a guerra comercial se acelera entre EUA e CEE. Os norte-americanos vendem no início do mês de fevereiro 50 mil toneladas para a Tunísia (mercado cativo da CEE

e mais particularmente da França) a US\$ 133,00/tonelada quando o preço no mercado internacional se situava em US\$ 182,00/tonelada (preço no porto de Rotterdam na Holanda, base do comércio mundial de grãos). Isto significa que os norte-americanos venderam trigo aos tunisianos com uma subvenção de US\$ 49,00/tonelada. Antes disso, os EUA já haviam vendido 300 mil toneladas de trigo para a China a preços subsidiados, elevando com isto a 3,0 milhões de toneladas o volume de trigo vendido à China a preços subsidiados no atual ano comercial.

Paralelamente, no quadro de sua lei agrícola, o Farm Bill, os norte-americanos reforçam o programa especial de subvenções às exportações de 566 milhões de dólares para 1990, ele passa a 900 milhões de dólares para 1991. Possivelmente uma ameaça antes do término das negociações do GATT em dezembro, porém, o quadro já está sendo pintado para o futuro próximo, seja qual for o resultado destas negociações. Afinal, nenhuma agricultura exportadora sobrevive atualmente sem subvenções face a um mercado fortemente competitivo e com o poder de compra em declínio na grande maioria dos países do planeta.

É pensando nesta situação que a França, por exemplo, anulou recentemente a venda de diversas fragatas de guerra para Formosa (Taiwan) na esperança de que com isto consiga melhorar as relações comerciais com a China (inimiga de Formosa). Em outras palavras, em menos de um ano os franceses esqueceram as ameaças de represálias econômicas contra a China feitas em junho passado por ocasião das manifestações estudantis na praça Tiananmen em Pequim.

Na guerra do comércio agrícola em que vive o mundo hoje, qualquer negócio é bom desde que se possa vender os excedentes que se possui. Neste contexto, o Brasil, que em termos de cereais nem auto-suficiente é, pode-se considerar um país privilegiado, pois tem ainda um enorme potencial que é o seu próprio mercado interno. Quanto tempo vamos ainda esperar para viabilizá-lo?

TABELA N° 3: PRODUÇÃO CEREALÍFERA DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU — primeira cifra produção global, cifra em parênteses trigo — (em milhões de toneladas)

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Bulgária | 5,3 (3,1) | 8,4 (4,3) | 7,2 (4,2) | 7,7 (4,7) | 8,0 (4,4) |
| Tchecoslováquia | 11,8 (6,0) | 10,8 (5,3) | 10,7 (5,5) | 11,7 (5,6) | 11,4 (5,5) |
| RDA | 11,6 (3,9) | 11,7 (4,2) | 11,3 (4,0) | 10,0 (3,7) | 11,0 (4,2) |
| Hungria | 14,8 (6,6) | 14,2 (5,8) | 14,1 (5,8) | 14,6 (7,0) | 14,5 (6,0) |
| Polónia | 23,7 (6,5) | 25,0 (7,5) | 26,1 (7,9) | 24,5 (7,6) | 26,8 (8,5) |
| Romênia (*) | 23,1 (5,7) | 24,7 (6,7) | 18,5 (6,0) | 21,0 (8,5) | 19,6 (6,0) |
| TOTAL | 90,2 (31,7) | 94,9 (33,8) | 87,8 (33,4) | 89,5 (37,1) | 91,3 (34,6) |

(*) Os dados romenos são falsos. Após a deposição do regime Ceaucescu descobriu-se que o mesmo fraudava as estatísticas agrícolas. Segundo analistas do setor, os mesmos devem ser reduzidos de pelo menos 50 por cento. Tal situação evidentemente modifica para menos o total geral.

Fonte: Relatório do IWC (Londres) publicado na Dépêche Commerciale et Agricole, Paris, 08.02.90, p. 2.

COLUNA do LEITE

Coordenação: João Carlos Schiffer — méd. veterinário
Alaor José Daltrozo — tecnólogo em cooperativismo

ALHO: FIM DO BERNE

Um artigo da Revista Balde Branco, em seu n° 302, traz uma matéria muito interessante, inclusive curiosa, a respeito das propriedades medicinais do alho. Na verdade, não existe muita novidade a respeito destas propriedades. Na antiguidade, os próprios egípcios compravam alho a peso de ouro para distribuir entre os escravos, pois já naquela época ele era tido como um dos mais fortes e poderosos tônicos para aumentar a saúde e a força física dos trabalhadores. Mas o que chama a atenção são os possíveis efeitos do alho no tratamento contra o berne. Os primeiros estudos que se tem notícias foram desenvolvidos pelo médico veterinário J. R. Meyer, em 1940. Ele tomou bois infestados e os separou, deixando-os em jejum por 24 horas. Para um dos animais ele forneceu ração comum de alimento e, para o outro, 50 gramas de alho em pó misturado a ração. Ele repetiu essa dosagem durante três dias. No quarto dia foram encontrados seis bernes no piso da baía do animal que vinha se alimentando apenas com a ração. No piso da baía do outro animal, o que vinha recebendo a mistura com alho, foram encontrados 56 bernes.

Em um outro trabalho, Meyer utilizou beberagem de 100 gramas de alho misturado com água. Essa beberagem foi dada ao animal em duas dosagens, apresentando o seguinte resultado: animais não tratados com alho expulsavam naturalmente 2,8 por cento dos bernes existentes em seu corpo e os tratados, 82 por cento. Um trabalho não só interessante e econômico, mas também eficiente.

A FALTA DO CIO EM NOVILHAS

Alguns produtores de leite têm se deparado com um fato bastante estranho em relação ao comportamento de algumas novilhas. O animal tem tamanho e idade para entrar em reprodução e, conseqüentemente em produção leiteira, mas não exterioriza o cio. Quando isso acontecer, o produtor terá, inicialmente, que olhar para a nutrição do animal, ou seja: para o tipo de alimento que vinha recebendo. O mais comum, neste caso, é a falta de energia e esta funciona como combustível. Esta deficiência pode ser controlada através do fornecimento de pastagens de boa qualidade, tais como milheto, capim sudam e bermuda, no verão e aveia, azevém e os fenos destas mesmas forrageiras, durante o inverno. Também podem ser utilizados grãos de sorgo, milho e aveia.

A perda excessiva de peso, principalmente nos meses de inverno — essas perdas podem chegar de 50 a 100 quilos — atrapalham o desenvolvimento dos animais, resultando em ovários pequenos e inativos e é através do fornecimento de energia que o produtor poderá solucionar este problema. Algumas vezes essa deficiência pode estar relacionada com falta de proteínas no organismo do animal. Neste caso, o produtor deverá fornecer às novilhas pastagens como a ervilhaca, o sincho, a alfafa, grãos de soja e farelo de trigo, todos ricos em proteínas. Animais muito gordos, também podem apresentar problemas. Com o acúmulo de gorduras nos órgãos de reprodução, não existe aporte suficiente para que os hormônios entrem em funcionamento regular.

As deficiências minerais podem afetar a reprodução como também a falta de cálcio, fósforo e magnésio, cobre, potássio, manganês, entre outros. Mas estas situações são plenamente superáveis desde que o produtor forneça sal mineral ao rebanho. A verminose também pode ocasionar problemas reprodutivos, pois provoca uma anemia muito extensa. Este problema pode ser corrigido através de uma everminação sistemática bimensal dos animais.

Os erros de manejo também podem afastar o desempenho de um animal, como: falta de espaços para alimentação, falta de sombra nas horas mais quentes do verão, pouca observação dos animais, pelo produtor, quando pretender usar o método de inseminação artificial, entre outros.

COTA PRÊMIO

Inicia, a partir de abril, o período para formação da produção de inverno para efeito de pagamento da cota prêmio. Este período estende-se até o final do mês de julho. Como já é do conhecimento da maioria dos produtores, só receberão cota-prêmio aqueles que alcançarem uma produção mínima de 20 litros diários de leite. Ou então aqueles produtores que alcançarem uma produção mínima no inverno, de 80 por cento da produção atingida nos meses de verão — outubro/89 a janeiro/90 e não tenham cometido nenhum tipo de fraude no mesmo período. Mas é bom lembrar aos produtores que em 89 foi introduzido uma nova exigência: a prova de redutase no leite recebido. Essa exigência tem finalidade de melhorar a qualidade do produto e consiste na verificação do grau de contaminação do leite. O teste é feito a partir da colocação, em 10 ml de leite, de 1 ml de azul de metileno — produto químico preferido pelas bactérias existentes no leite. A tabelinha abaixo mostra o comportamento do teste.

| Tempo de redutase | Conceito |
|-------------------------|-------------------|
| + de 5 horas | ótima qualidade |
| De 2,30hs a 5 horas | boa qualidade |
| De 1,30 hs a 2,30 hs | qualidade regular |
| De 20 minutos a 1,30 hs | má qualidade |
| Menos de 20 minutos | péssima qualidade |

Para efeito de pagamento de cota-prêmio considera-se como tempo mínimo necessário de redutase o espaço de 1,30 hs, o que corresponde a um conceito regular. O leite que estiver com um grau de contaminação maior, ou seja, que apresentar uma redutase menor que 1,30-hs estará automaticamente eliminado do benefício da cota-prêmio.

Um novo porto para Cachoeira do Sul



Onildo Spolavori: grandes investimentos na manutenção

Obra está orçada em 7,5 milhões de dólares, e custo será rateado entre o estado, união e a prefeitura cachoeirense

O transporte hidroviário, que foi perfeitamente viável no Brasil até mais ou menos 1960, época em que as autoridades do país começaram a direcionar a política dos transportes para o setor do automobilismo, quer voltar a ocupar lugar de destaque na economia do país.

No Rio Grande do Sul, estado da federação onde esse transporte foi muito usado no passado, há uma forte tendência para dinamizar a infra-estrutura portuária e das vias navegáveis, com o aproveitamento das condições naturais, que são ótimas. Segundo o engenheiro Onildo B. Spolavori, diretor administrativo de Vias Fluviais do Departamento Estadual de Portos Rios e Canais, se esse pensamento é praticamente unânime entre o pessoal técnico da área portuária, junto ao DEPRC é total.

Diz o engenheiro Spolavori que o Rio Grande do Sul tem feito grandes investimentos na preparação e conservação de hidrovias e manutenção dos portos. Tanto, que hoje somente São Paulo nos supera em infra-estrutura de navegação interior. Somente nos rios Jacuí e Taquari temos 316 quilômetros de vias navegáveis. Só isso, diz o engenheiro, somados aos rios Taquari, Sinos, delta do Guaíba e a navegação das lagoas, nos coloca em posição de destaque nesse importante setor dos transportes pesados.

UM PORTO PARA CACHOEIRA DO SUL — Mas a grande expectativa do DEPRC é a construção de um porto fluvial junto a cidade de

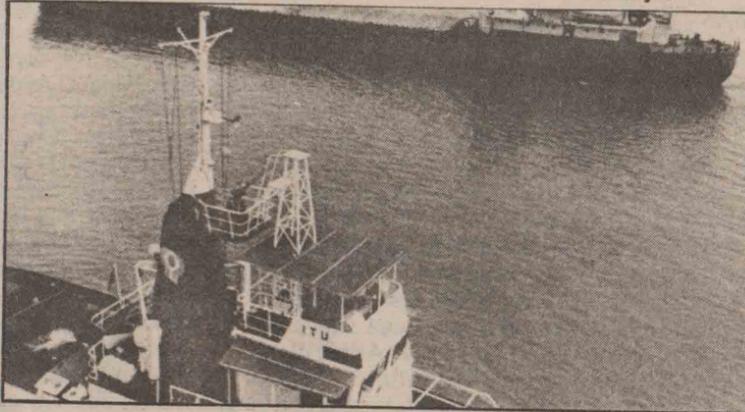
Cachoeira do Sul, à margem do rio Jacuí. Um convênio foi assinado entre o DEPRC e a Portobrás, para a construção da obra, considerada pelos técnicos

como de vital importância para a economia primária do estado, dada a posição estratégica da cidade de Cachoeira do Sul, quase na metade geográfica do Rio Grande do Sul, com saída navegável para Porto Alegre e Rio Grande.

Segundo o engenheiro, em Cachoeira, praticamente nasce a navegação fluvial rio-grandense. É difícil acreditar que ali ainda não tenha um porto com boas condições de atracação e transbordo de cargas, já que a situação hídrica é excelente.

7,5 MILHÕES DE DÓLARES — Um porto para Cachoeira do Sul, segundo cálculo feito pela Portobrás, está orçado em 7,5 milhões de dólares. Ao estado caberá realizar as obras do cais de acostamento, no valor estimado de 2,5 milhões de dólares. Os restantes cinco milhões seriam rateados entre a Prefeitura Municipal e a Portobrás, inclusive o equipamento.

O engenheiro ressalta a posição estratégica de Cachoeira do Sul, quase



Transporte hidroviário. Estrutura abandonada em nome do transporte rodoviário

que em pleno coração do Rio Grande. Segundo ele, é importante como receptáculo da produção de grãos destinados à exportação, especialmente soja e trigo e importante como escala de recepção de adubos e fertilizantes saídos de Rio Grande, com barateamento de frete. Esses produtos, necessários às lavouras, que hoje são carregados em Rio Grande, pagando altos fretes, podem passar a ser carregados só a partir de Cachoeira. Com isso se estará reduzindo em até 50 por cento o custo dos fretes, tanto de exportação como os da importação.

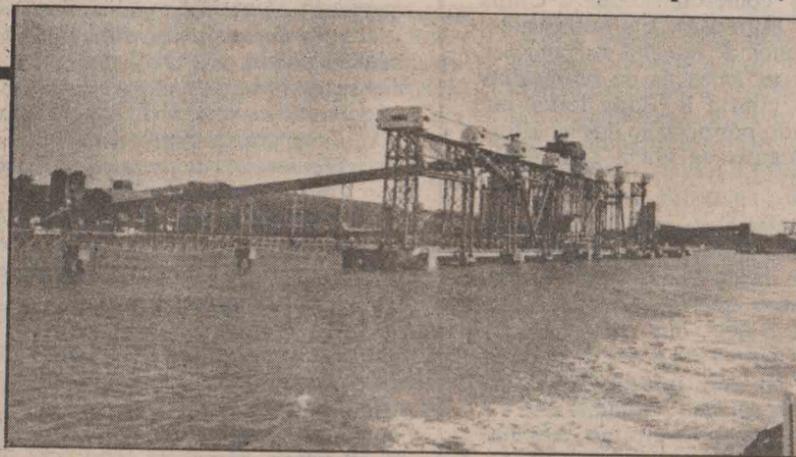
A Rede Ferroviária Federal, em conjunto com o Batalhão Ferroviário do Exército, que está sediado em Lages, Santa Catarina, deverá construir o ramal ferroviário de seis quilômetros, que ligará a atual linha férrea até a beira do futuro cais portuário. Como se pode ver, finaliza o engenheiro Spolavori, um trabalho associado, quase que em termos cooperativos.

A estrutura do Rio Grande

Depois de São Paulo, parece que o Rio Grande do Sul é o estado com melhor estrutura em termos de transportes sobre as águas. É também o Rio Grande o maior exemplo de integração entre ferrovias, hidrovias e rodovias no Brasil. A bacia do rio Jacuí, que fica na região leste do estado, responde por 60 por cento do escoamento dos produtos exportados pelo porto de Rio Grande, um dos mais importantes do país. E isso se dá em integração com as rodovias e a ferrovia, que trazem os produtos agrícolas das regiões produtoras do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai.

A navegação da bacia do Jacuí é administrada pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais. Aliás, toda a navegação interior gaúcha, é administrada pelo DEPRC, que aposta no desempenho das hidrovias e prossegue investindo na ampliação e melhoramento da infra-estrutura que compõe o sistema.

O engenheiro Onildo Bombar-delli Spolavori, diretor-administrativo das Vias Fluviais, considera que o Rio



Pier da Cotrijul em Rio Grande. No Rio Grande, as mais importantes hidrovias do país

Grande do Sul possui as mais importantes hidrovias do Brasil. O DEPRC, diz ele, administra 60 por cento de todo o transporte hidroviário do país. Hidrovias como a do Jacuí, Taquari, Gravatá, Sinos e Cai, além do sistema lagunar — Patos e Mirim, transportam cerca de 6,5 milhões de toneladas/ano de cereais e adubos. E o maior volume e peso desse transporte é oriundo das regiões do Alto Uruguai e Noroeste do Estado. Daí — enfatiza o engenheiro, a importância da construção do porto fluvial de Cachoeira do Sul, por se localizar em zona estratégica, quase na metade geográfica do Rio Grande do Sul.

Para baratear os custos do frete e tornar nossos produtos mais competi-

tivos nos mercados internacionais, somente carregando maiores volumes de carga, já que as distâncias não podem

ser reduzidas. Se conseguirmos concretizar a obra de Cachoeira do Sul teremos dado um passo muito importante nessa direção.

O transporte de grãos, vindos das zonas da produção, via rodoviária, cessará em Cachoeira, que é a metade do percurso até Rio Grande. De Cachoeira — após a construção do porto — as cargas seguirão, via fluvial e lacustre, até o porto marítimo. Mas os benefícios não cessam aí. Os navios e chatas transportadores de grãos devem retornar a Cachoeira do Sul carregados com adubos e outros produtos necessários às lavouras, com o que se estará barateando duplamente os fretes, disse o engenheiro Onildo Spolavori.

Frete mais econômico

Contrariando todos os princípios de lógica, racionalidade e bom senso, o Brasil foi aos poucos abandonando uma estrutura, construída desde mais de um século, e com muito sacrifício de seu povo, de transporte hidroviário, para privilegiar uma política direcionada ao transporte rodoviário. Nem mesmo o transporte ferroviário foi poupado nessa política suicida. Num período de 30 anos transformamo-nos no único grande país em extensão territorial do mundo, e grande produtor de bens de volumes de massa, dependendo do transporte rodoviário, sabidamente mais caro e que oferece menor segurança ao usuário.

É tão desproporcional qualquer comparação em termos de custos nos três sistemas de transportes que aludimos — hidroviário, ferroviário, rodoviário, que pesquisas feitas nos Estados Unidos estabelecem pela ordem, 1 — 5 — 22. Para ser mais claro: o frete hidroviário custa o ferroviário cinco e o rodoviário 22.

Mas não só o valor do frete influi nessa conta. Existem vários outros fatores a serem considerados. Valemo-nos de reportagem, já salda no COTRIJORNAL (edição de novembro de 1975 — nº 25), onde são considerados: peso morto, força de tração, energia consumida e custos de equipamentos, nos três sistemas de transportes.

PESO, CUSTO E FORÇA DE TRACÇÃO — Peso morto para o transporte de uma tonelada: caminhão, 700 quilos; trem, 800 quilos; barco, 300 quilos. Um CV (cavalo-vapor) desloca: na rodovia, 150 quilos, na ferrovia, 500 quilos, na hidrovia, 4.000 quilos. Energia consumida de um quilo de carvão para transportar, em um quilômetro: em rodovia, seis Km, em ferrovia, 20 Km, em hidrovia, 40 Km.

Custo de equipamento para o transporte de mil toneladas: na rodovia, 50 caminhões-reboque, no valor de três milhões de marcos (valores da época) e vida útil de 10 anos. Na ferrovia, 50 vagões e uma locomotiva, no valor de 25 milhões de marcos, e vida de 30 anos. Na hidrovia, um barco a motor, no valor de 750 mil marcos e vida útil de 50 anos.

FATORES DE COMPETIÇÃO — Essa economicidade tem, como é óbvio, extraordinário efeito para o desenvolvimento de regiões com potencial econômico, porém localizadas longe dos grandes mercados consumidores. A hidrovia permite que determinadas mercadorias, de baixo valor unitário, porém, importantes para o desenvolvimento local, possam ser transportadas a lugares distantes sem que o custo do transporte as torne inviáveis no mercado consumidor.

Atualmente, mais do que em qualquer outra época da vida nacional, torna-se imprescindível repensar a política do transporte do país. O Proálcool está a perigo, o que quer dizer que voltaremos a depender, exclusivamente, do petróleo. Por isso tudo, é bom pensar. Na rodovia um CV desloca 150 quilos, na ferrovia, 500 quilos, na via navegável, 4.000 quilos.

CALENDÁRIO

CITRICULTURA

227 projetos

O projeto de citricultura — projeto de laranjas — lançado este ano contou com a participação da Secretaria Estadual da Agricultura e Pecuária, Emater e Prefeituras locais da região, encerrou a primeira etapa com muito sucesso. A aceitação do projeto pelo produtor foi bastante satisfatória, diz o agrônomo

Grande parte dos projetos estão sendo financiados pela FEAER — Fundação Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural —, com dois anos de carência e pagamento em cinco anos. A correção dos valores a serem pagos, informa o agrônomo, acompanha o reajuste do preço mínimo do milho.

| Município | Nº produtores | Nº mudas |
|--|---------------|----------|
| Aracaju | 18 | 13.500 |
| Aracaju | 20 | 11.100 |
| Aracaju | 5 | 2.775 |
| Santo Augusto | 10 | 5.550 |
| Santo Augusto | 11 | 6.105 |
| Coronel Bicaco (Erval Seco, Braga) | | |
| Redentora) | 37 | 20.535 |
| Tenente Portela (Miraguá Vista Gaúcha) | 108 | 60.000 |
| Aracaju | 10 | 5.550 |
| Aracaju | 8 | 4.530 |

Agostinho Boaro, supervisor da citricultura da Cotrijuí na região, referindo-se aos 227 produtores inscritos, totalizando 129.645 mudas.

Os projetos de citricultura na região, área de atuação da Cotrijuí, foram assim distribuídos.

A grande aceitação do projeto de Tenente Portela, tem a seguir o Boaro, ao fato de existir na região, uma estrutura fundiária adequada "constituída de existência de pequena propriedade com disponibilidade de mão-de-obra. Só este fato, diz ainda, já vem de encontro aos objetivos do projeto que é o de proporcionar alternativa econômica para a pequena propriedade.

PECUÁRIA EM VÍDEO

- COMO CRIAR PEIXES
- COMO FAZER QUEIJOS
- DERIVADOS DO LEITE
- DEMA RACIONAL DE CAVALOS
- COMO FAZER UMA CAMPANHA DE PISTA
- CITRICULTURA PROCESSO DE CRIAÇÃO
- GADO CONFINADO CORTE E LEITEIRO
- INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS
- COMO FAZER PLANTIO DIRETO NA PALHA
- COMO FAZER SEU TRATOR PRODUIZIR MAIS
- TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES EM BOVINOS
- PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE
- COMO FAZER SUA COLHEITADEIRA PRODUIZIR MAIS
- COMO FAZER EMBUTIDOS E DEFUMADOS DE CARNE SUÍNA
- INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES EM EQUINOS

CURSOS EM VÍDEO CASSETE

FONE: (011) 220-0977

THOMAS FATHER DO BRASIL
UMA DIVISÃO DA POOL ASSOCIADOS
AGRODATA
R. Cons. Crispiniano, 398 - 8º and.
CEP 01037 - São Paulo - SP
ENCONTREMOS PARA TODO O BRASIL

SERVIÇOS

PRÊMIO CIBA GEIGY DE SAÚDE ANIMAL

A subdivisão de Saúde Animal da Ciba Geigy entregou o seu prêmio bi-anual, versão 1989, a Tilahann D. Yilma, professor de Virologia da Escola de Medicina da Universidade de Califórnia, por seus trabalhos no desenvolvimento de uma vacina recombinada contra a peste bovina, uma infecção de origem vírica. A entrega do prêmio aconteceu no dia 7 de fevereiro, na Basileia, Suíça.

A peste bovina é uma doença com prejuízos diretos e indiretos que já alcançaram alguns bilhões de dólares. E, as pesquisas do Dr. Yilma para o desenvolvimento de uma vacina moderna, termo-estável, com características ideais para as necessidades de regiões diferenciadas, trazem novas esperanças nessa área.

FOSPAR, NOVO NOME EM FERTILIZANTES

A Fospar — Fertilizantes Fosfatos do Paraná, antiga Fertilizantes Becker, é hoje, uma nova empresa, resultante da incorporação da National Phosphate Corporation pela Fertiza e a R.R. Empreendimentos, ambas de São Paulo. Com um patrimônio líquido estimado em Cr\$ 80 milhões, a Fospar localiza-se no Porto de Paranaguá, no Paraná, ocupando uma área de 71 mil metros quadrados, fabricando insumos básicos para as indústrias de fertilizantes.

A unidade principal produtora de superfosfato tem uma capacidade de 200 mil toneladas/ano, o que representa cerca de 8 por cento do mercado nacional. O parque fabril da Fospar conta ainda de outras unidades: de granulação, com capacidade para 150 mil toneladas/ano; de mistura de fertilizantes, com 150 mil toneladas/ano e tancagem de ácido fosfórico com capacidade de 10 mil toneladas.

Dentro de seu espírito empresarial, a Fospar pretende investir cerca de 2 milhões de dólares, só neste ano, buscando uma maior integração industrial.

Manejo integrado

Peri Osmar Korb

O trabalho de manejo integrado das pragas da soja iniciou no Rio Grande do Sul na safra de 1982, quando foram distribuídas as primeiras doses de baculovírus oriundas da Embrapa de Londrina, Paraná. Naquela oportunidade, foram instaladas as primeiras lavouras de observação na região, que propiciaram aos engenheiros agrônomos e produtores envolvidos, o conhecimento da nova técnica.

Em 1983, acompanhamos as primeiras lavouras no município de Ijuí, que, somadas, não chegavam a 10 hectares, mas nos deram o conhecimento e a confiança necessária para divulgar os resultados e estimular os agricultores a adotarem a tecnologia.

Naquela época era normal a realização de três, quatro ou até mais aplicações de inseticidas a cada safra de soja. Já nas lavouras acompanhadas, passou-se a reduzir o número de aplicações e, em muitos casos, inclusive, tornou-se desnecessário o controle de pragas. O produtor começava a conhecer os inimigos naturais e a dar tempo para que a própria natureza agisse.

Na safra de 1984, a Cotrijuí, com a colaboração da Emater, instalou no Centro de Treinamento, um laboratório para a produção de baculovírus, o que veio viabilizar mais uma prática dentro do manejo integrado de pragas, o controle biológico.

Nos anos seguintes, passamos a coordenar uma campanha regional que, inicialmente, abrangia os municípios de Catuípe, Panambi, Santo Augusto e Coronel Bicaco, além de Ijuí. A partir de 1987, a própria Cotrijuí passou a colaborar com a campanha e a abrangência chegou a toda a Região Pioneira, além dos municípios que já estavam integrados.

Em 1988, a ocorrência de quatro surtos de lagartas com intensidade até então nunca vistos, veio consagrar definitivamente o manejo de pragas e o uso do baculovírus. Na

ocasião, enquanto produtores assistidos realizaram uma média de dois controles, os demais fizeram de quatro a cinco aplicações de venenos, com casos de até oito pulverizações. Somente naquela safra, foram tratados no município de Ijuí aproximadamente 10 mil hectares de lavouras com baculovírus, propiciando uma economia direta de 90 mil dólares. Em termos de estado, o baculovírus atingiu 200 mil hectares e, de país, em torno de mil hectares de lavoura.

Nesta última safra, considerando dados de um levantamento preliminar, estimamos uma área tratada com baculovírus, de oito mil hectares no município de Ijuí. A redução na área atingida teve uma forte razão: o ataque tardio da praga, com apenas um surto, se fazendo desnecessário o controle em grande número de lavouras.

Em todo o caso, temos certeza de que, a partir de agora, um grande número de produtores já adotam a prática. De alguma forma ou de outra, também pode-se dizer que todos os agricultores da região já tiveram contatos ou informações sobre o manejo de pragas e o baculovírus. SISTEMA DE ALERTA — A realização desta campanha exigiu uma divulgação das práticas e dos resultados alcançados. Assim sendo, a partir da safra 1985/1986, foi estruturado o boletim "Sistema de Alerta", baseado em informações coletadas pelos agrônomos e técnicos agrícolas em suas visitas às lavouras da região. Entre as informações, são citadas ocorrências de pragas e de inimigos naturais na lavoura; a necessidade de se efetuar vistorias nas lavouras; a oportunidade de utilização de baculovírus ou de realizar controle químico; a prevenção de acidentes; o destino das embalagens vazias e a necessidade de se evitar perdas na colheita.

O boletim "Sistema de Alerta", é um instrumento que visa alertar e orientar o produtor sobre as condições das lavouras a nível regional. É elaborado pela Emater de Ijuí e divulgado pelas rádios Progresso e Repórter e os jornais da Manhã e Ci-

dade, entre sexta-feira e domingo. O boletim também é divulgado nos programas de rádio da Cotrijuí aos sábados e domingos em cadeia regional. Além dessa divulgação, os técnicos de cada município que participaram da campanha, também realizam a divulgação pelos órgãos de comunicação de suas cidades.

RESULTADOS — Como resultado da Campanha de Manejo Integrado de Pragas, e da sua divulgação através do boletim "Sistema de Alerta", diversas práticas já são do conhecimento dos agricultores, tais como: o uso do baculovírus, a utilização racional de agrotóxicos, uso de produtos menos perigosos, a proteção dos apicultores, a preservação de inimigos naturais na lavoura, a construção e a utilização de fossas de lixo tóxico, o cuidado com os cursos d'água, entre outros.

Outro aspecto importante a ser considerado é o nível de conscientização dos agricultores, técnicos e população em geral, quanto aos aspectos ambientais que podem ser observados nestas últimas safras. Apesar do intenso ataque de lagartas na soja, o número de intoxicações e a intensidade dessas, foi relativamente menor em comparação às safras anteriores. O mesmo pode-se dizer em relação a ocorrência de poluição por pesticidas, diminuindo em número de casos e em intensidade.

O controle biológico é, hoje, uma prática corriqueira em grande número de propriedades e o manejo de pragas oportunizou a redução na aplicação de agrotóxicos e, pela mesma razão, o contato das pessoas com os venenos. Sem dúvidas, ainda ocorrem muitos problemas que certamente serão minorados com o prosseguimento dessa campanha nos próximos anos e, sobretudo, se um maior número de pessoas e instituições se aliarem a essa ou a outros programas, que venham a ser desenvolvidos pois "mais importante que o lucro econômico, é a preservação da vida".

Peri Osmar Korb
é engenheiro agrônomo da Emater de Ijuí

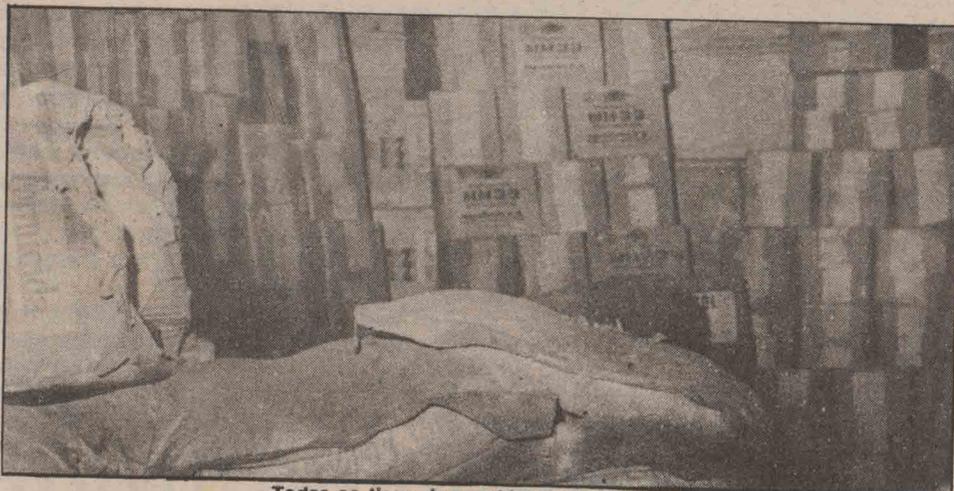
Produtores rurais e outros portadores dos incômodos lixos tóxicos têm agora uma boa oportunidade para livrarem-se dos venenos. Basta participarem da Campanha de Higienização, promovida pela Sargs e executada pela Emater e cooperativas com apoio de órgãos estaduais e municipais

Hora de recolher o veneno

Um velho e enrolado problema de meio ambiente começa a dar sinais de ser resolvido. É o recolhimento de todo o tipo de agrotóxicos, sejam eles produtos vencidos, mal alocados, com embalagem deteriorada, enfim que se enquadram em qualquer tipo de caso que o caracterize como lixo tóxico, de alto risco para a natureza e o homem e que não tenham nenhuma utilidade econômica para a produção.

A resolução desse problema que já causou muito protesto de ambientalista e muita pressão por parte de profissionais ligados a agricultura, começou a ser desenhada a partir de uma decisão judicial desencadeada pela Procuradoria Geral da União e do Estado junto a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Estado. A ação teve origem em reivindicações antigas de parte de entidades como a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, recentemente amparadas pela Constituição Federal e Estadual e levou os dois órgãos a determinarem o recolhimento de todo o lixo tóxico existente no território gaúcho.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO — Nas primeiras discussões de encaminhamento do programa, que pouco mais tarde passou a se chamar Campanha de Higienização do Rio Grande do Sul, a Sargs, como promotora, aproveitou para defender um trabalho mais amplo, que abrange não somente o produtos cadastrados, ou seja, aqueles que são da responsabilidade do governo federal e estadual, mas também e principalmente aqueles que se encontram em diversas propriedades, muitas vezes sem a mínima proteção



Todos os tipos de agrotóxicos, sejam eles... produtos vencidos, ou mal alocados, começam a ser recolhidos

indispensável e colocando em risco o produtor, sua família e a própria terra através da contaminação da água.

Para concretizar o projeto, a Campanha de Higienização, que foi decretada em portaria de fevereiro último e que tem como coordenador de execução a Emater, passou a contar com a colaboração de inúmeras entidades como a Fecotriço, Fetag, Farsul, Fiergs, Famurgs, Uvergs, associações preservacionistas e a própria Andef, a qual numa segunda etapa, tem através de suas filiais, parte de responsabilidade na desativação dos produtos. Além dessas, são também convocadas a participar, tanto da divulgação da campanha como da remoção do lixo tóxico, as entidades municipais ligadas a saúde pública ou a agricultura.

Assim, alguns municípios contam inclusive com decretos municipais

que agilizam a campanha. Todos eles no entanto, estão recebendo a responsabilidade de divulgação sobre a importância e a necessidade da efetivação do programa. Em Ijuí, por exemplo, e municípios vizinhos, a campanha tem o apoio do Distrito Sanitário, da Cims, da Secretaria Municipal de Saúde, Cotrijuf e Unijuf.

OPERACIONALIZAÇÃO — Estendido a todo e qualquer tipo de produto tóxico, a Campanha de Higienização alcança, dessa forma, produtores e comerciantes que tenham consigo produtos como farmaco-medicamentos e industriais tóxicos, os quais, para se desfazerem da carga incômoda, devem apenas procurar os órgãos encarregados do cadastramento. No caso dos produtores rurais, o registro de qualquer material e sua quantidade estão a cargo da Emater e da Cooperativa, enquanto os comerciantes de farmaco-

medicamentos devem procurar a secretaria de sanitária. E os de produtos industriais, o Ministério da Agricultura.

Feito isso, encerra toda a responsabilidade do portador de produtos tóxicos, ficando a remoção por conta da SSMA, a qual deve também encaminhar a carga para o local de desativação. Esse ponto, aliás, é um dos pontos ainda não tem uma solução definitiva na Campanha, já que as duas entidades responsáveis pelo programa defendem posições diferentes quanto ao lugar onde vão ser desativados os produtos.

Enquanto a SSMA dá preferência a certo a desativação dos produtos no distrito industrial de Cachoeira do Sul, Sargs, por sua vez, entende que a desativação deva ser realizada no Polo Petroquímico de Triunfo, onde segundo o presidente da entidade Carlos Roberto Comasseto, "existe tecnologia desenvolvida para produtos desse tipo além de ser uma área sob controle da União, que oferece mais segurança de trabalho e maior facilidade para a remoção do material".

Ainda assim, tudo leva a crer que desta vez o Estado pode se livrar dessa velha dor de cabeça. "A campanha está sendo altamente positiva", comenta o presidente da Sargs, enquanto contando com uma divulgação adequada do programa e uma promoção no prazo de cadastramento, o sucesso provavelmente deva ocorrer. Afinal esta mobilização é uma boa oportunidade para que a população se livre de algo em torno de mil toneladas de carga tóxica. Nada menos do que aproximadamente 40 caminhões cheios de veneno.

Um alívio para o produtor

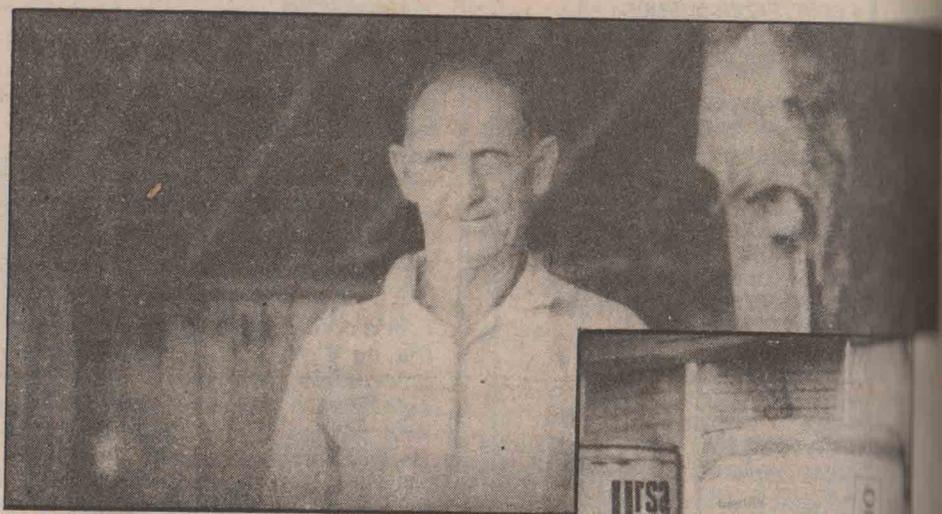
Em maior ou menor quantidade, todo agrotóxico sempre representa um risco para a saúde, principalmente para quem o tem por perto e não sabe como se livrar dele. Por isso, a Campanha de Higienização do Rio Grande do Sul lançada pela Sargs e pela SSMA está sendo vista com bons olhos tanto por parte das entidades encarregadas de sua operacionalização e que há um bom tempo vem se preocupando com a retirada do lixo tóxico do meio rural, como pelos seus portadores.

Na Emater de Ijuí, por exemplo, o engenheiro agrônomo Peri Korb, salienta que são vários os produtores que recorrem ao órgão para saber que destino poderia ser dado aos venenos, armazenados na propriedade por vários motivos. "A grande preocupação é ainda com os clorados", diz Peri explicando também o caso de produtos não identificados, que possam vir a ser utilizados para outros fins que não sejam os seus (por exemplo, usar um herbicida em lugar de inseticida), além de produtos com prazos de validade ven-

cidos.

EM BOA HORA — Por causa disso, alguns produtores tão logo ficaram sabendo da Campanha de Higienização, trataram de se cadastrar junto a Cooperativa ou nos escritórios da Emater para ver o lixo recolhido logo, logo. Esse é o caso do seu Alcindo Copetti, proprietário de 42 hectares na localidade de Parador, Ijuí, que há mais de cinco anos vem se impacientando com um tonel de 20 litros, onde está guardado o Alafen UBV, um agrotóxico líquido que ele utilizava para combater a lagarta da soja e que atualmente não é mais recomendado.

Como, na época, o produto foi proibido de ser aplicado na lavoura, seu Alcindo se viu obrigado a guardar o restante, não sem ficar incomodado, já que ele próprio experimentou os seus danos quando ainda usava o veneno na lavoura. Certa vez, recorda o produtor, "passei mal do estômago e contraí uma alergia séria, depois de gradear a lavoura, onde há poucas horas tinha sido feita a pulverização". Mai do



Alcindo Copetti e o incômodo tonel de veneno: "campanha veio em boa hora"

que a sua experiência pessoal, o produtor tem ainda para lembrar o caso de um vizinho que veio a falecer pelos efeitos nocivos do agrotóxico.

Por tudo isso e mais os inúmeros casos que se repetem a cada ano até mesmo por descuido, o produtor procurou a Emater há alguns meses para ver se encontrava um meio de se livrar do veneno. "Estava preocupado", comenta seu Copetti, ao explicar a fragilidade do tonel guardado em galpão próximo a casa e às instalações de animais, que poderia vir "a estourar

e contaminar toda a criação".

Irritado ainda com o pestífero mais desavisado que insiste em jogar não somente as embalagens no buraco na terra, o produtor acha que a campanha "veio em boa hora. Se não presta tem que ser levado embora", ele, aliviado.

Cotrisol

Elaboração e datilografia: Mariluz da Silva Lucchese

Os ovos de Páscoa

Vovó Gretchen veio da Alemanha, com sua família, no primeiro grupo de colonos que se instalaram nas terras rio-grandenses.

Seus netos lembram-se ainda das histórias que ela contava, recordando fatos acontecido em sua terra distante. Entre outras, narrava esta:

— Em tempos antigos, quando por todo o mundo havia muitos nobres proprietários de imensas extensões de terras, viveu na Alemanha um grande príncipe, muito amado por seus vassallos.

Ele viajava muito por seus domínios e em todos os lugares onde chegava era recebido com muitas demonstrações de alegria. Os aldeões preparavam-lhe festas e ofereciam-lhe ricos presentes.

Todos os habitantes de suas terras desejavam agradá-lo e agradecer-lhe a bondade com que sempre os atendia.



Em uma de suas viagens, o príncipe chegou, num domingo de Páscoa, à pequena aldeia quase sempre escondida ao sopé de uma montanha, hospedando-se numa estalagem.

Os habitantes do lugar eram muito pobres e como, nesse ano, as colheitas haviam sido prejudicadas pelo mau tempo e sua criação de ovelhas fora dizimada por estranha moléstia, estavam mais empobrecidos ainda.

Quando os aldeões souberam que o príncipe chegara, ficaram muito preocupados porque não poderiam oferecer-lhe presentes tão belos como desejavam. Pensaram muito, trocaram idéias, por fim resolveram levar-lhe algo que, embora muito simples, demonstraria boa vontade e amor ao trabalho.

Teceram às pressas, algumas cestinhas de palha, enfeitaram-nas com folhas e dentro colocaram ovos de galinha, coloridos de várias cores.

Quando ofertaram o singelo presente ao nobre, desculparam-se por lhe oferecerem coisa tão simples, lamentando não terem nada de mais valor para levar-lhe.

O príncipe possuía um grande coração e soube compreender os bons sentimentos de seus vassallos.

No ano seguinte, voltou àquela aldeia, na mesma época do ano. Como retribuição do que recebera, trouxe para os filhos dos aldeões grandes cestos contendo coelhos e ovos de açúcar-candi, mandados fazer por hábil confeitiro. Os pequenos e seus pais ficaram contentes. A história desse fato se espalhou, e aos poucos, tornou-se um hábito na Alemanha, dar às crianças, na Páscoa, ovos e coelhos de açúcar ou chocolate.

E como dizia vovó Gretchen, “foram os colonos alemães que introduziram no Rio Grande esse costume tão apreciado por nossas crianças”.





Christina Haas

A vaca

A vaca é um animal doméstico. Ela vive no potreiro, campo ou pastagem.

A vaca é um animal mamífero e cria seu filhote, mamando nela.

A vaca nos fornece leite que podemos vender para a CCGL, ou então tomar, porque é um dos alimentos mais ricos e tirar a nata para fazer manteiga, queijo...

Nós temos umas quantas vacas.

Jorge Leonardo Renz — E. M. Pinto
Bandeira Augusto Pestana

O boi

O boi dá carne e couro.

O boi puxa a carroça, o arado, a trilhadeira...

O nome do boi é Mineiro. Ele pasta no potreiro e na pastagem, também come milho, batata, mandioca e abóbora.

O boi é um animal muito útil.

Márcio Luís Bender — E. M. Pinto
Bandeira Augusto Pestana

Sou uma palha

Sou uma palha, fui plantada na lavoura, os meus amigos me cuidaram até eu ficar adulta e depois eu fui colhida para servir de alimentação dos animais.

A origem da palha do milho é vegetal.

Eu fui utilizada para artesanato na Escola Pólo.

Sou áspera por fora e por dentro sou lisa.

Depois que me levaram para o galpão, fui utilizada nas seguintes coisas: uma parte para os animais e a outra, as crianças utilizaram para fazer muitos trabalhos na Escola Pólo.

Antigamente meus avós me usavam para fazer colchão, empalhar cadeiras, fazer porta-panela, flores para enfeitar mesas, chapéus.

Uma parte triste da minha vida é quando sou esquecida no galpão e desprotegida contra ratos e carunchos.

Cláudia Rodrigues — E. E. Pedro
Brum — Pólo II — Jóia

A maçã

A árvore é de altura média.

O cheiro da maçã é doce até demais.

Ela serve para fazer suco e até geléia, bem gostosos. É vermelha e boa.

Rita Ivana Goettens — E. M. D. Antônio Reis

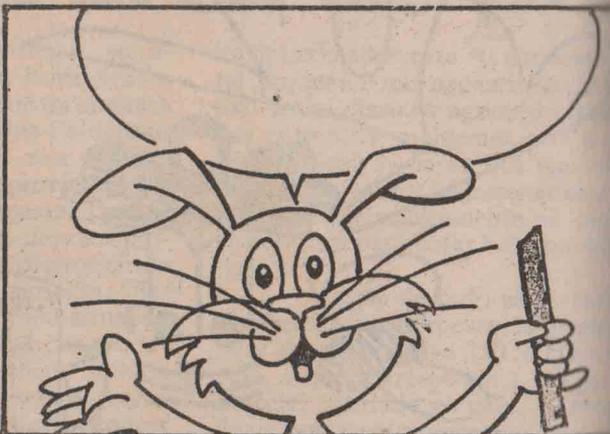
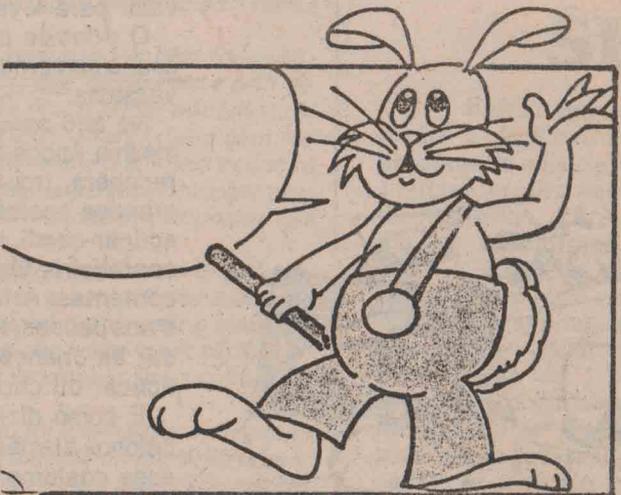
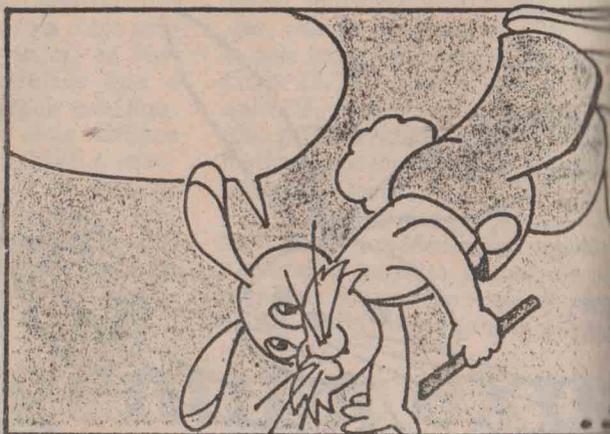
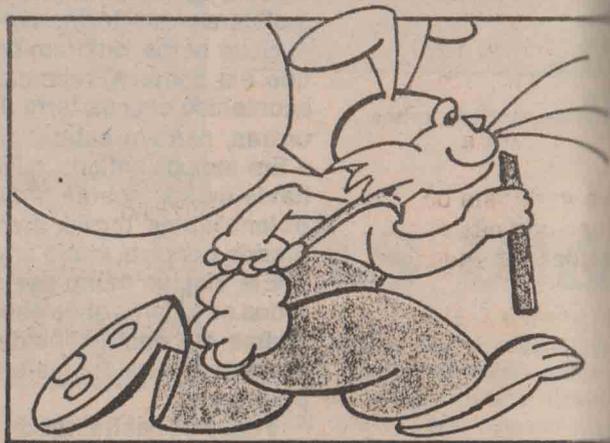
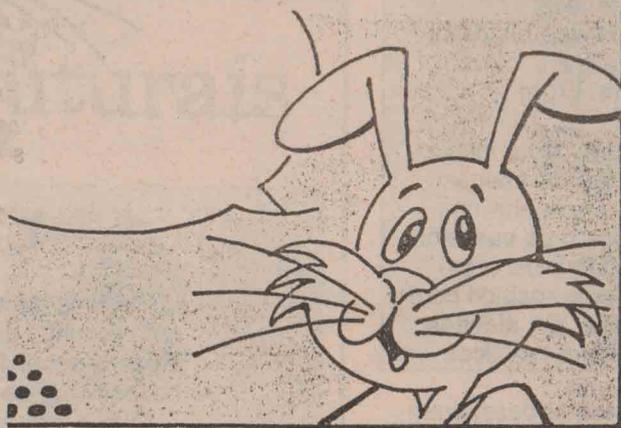
O coelho

O coelho é um animal vegetalívoro. Ele é muito bonito e muito rápido. Ele se alimenta de folhas de árvores, bergamotas, farelos, ração... O corpo do coelho é coberto por pêlos.

Nós criamos coelhos.

Susana Moraes — E. M. Pinto
Bandeira Augusto Pestana

ESCREVA O QUE QUISER
NOS BALÕES DA HISTORINHA
DO COELHINHO FLAUTISTA.
ELE VAI GOSTAR.



ANGÉLICA MÁGICAS

Página do Leitor



A galinha

A galinha tem sete pintinhos.
Ela é preta.
A carne e os ovos da galinha são alimentos de origem animal.
A minhoca é comida da galinha.
O papai matou uma galinha.

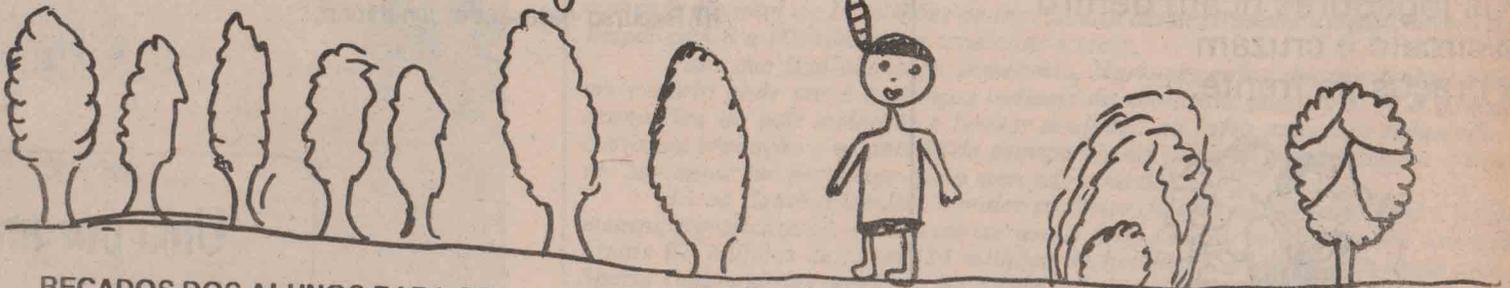
Susana Moraes — E. M. Pinto Bandeira, Augusto Pestana

A maçã

A cor da maçã é avermelhada.
O nome da árvore que dá maçãs é macieira.
A maçã é muito gostosa.
Nós temos que lavar a maçã e depois comer.
As crianças bebem suco de maçã.

Noemi Cristina Arenhardt — E. D. Antônio Reis

Rosenaide Gehrke



RECADOS DOS ALUNOS PARA OS BRANCOS PROTEGEREM AS TERRAS DOS ÍNDIOS E AS MATAS

- Indiozinho não fique triste. Branco, não derrube o mato do indiozinho.

Márcia Lamberty — 1ª série

- Homem Branco, não deixe o Índio triste.

Rosenaide Gehrke — 1ª série

- Não tirem o mato do Índio, ele vai ficar triste.

Rubia Beck — 1ª série

- Os indiozinhos vão ficar tristes sem mato.

Cristina Haas — 1ª série

- Brancos, vocês tem que deixar os indiozinhos em paz. Eles também querem viver que nem vocês. Vocês estão fazendo o mal para os Índios. O mato é o lugar de eles viverem. Ele não quer fazer mal para vocês. E vocês também não precisam fazer o mal para eles. Eles querem a terra que foi dada para eles. Porque eles têm que comer que nem vocês. Eles querem viver em paz.

Gilmar Lamberty — 2ª série

- Brancos, não tirem as terras dos indiozinhos. Eles vão ficar muito tristes. Eles plantam abóbora, mandioca e pinhão para comer. Os Índios gostam de morar perto do mato, porque lá é o lugar deles.

Josenara Dessbesell — 3ª série
E. M. Castro Alves
E. M. Humberto de Campos — Augusto Pestana

A horta

A horta da minha casa é cercada de tela e tem verduras, frutas, e legumes.

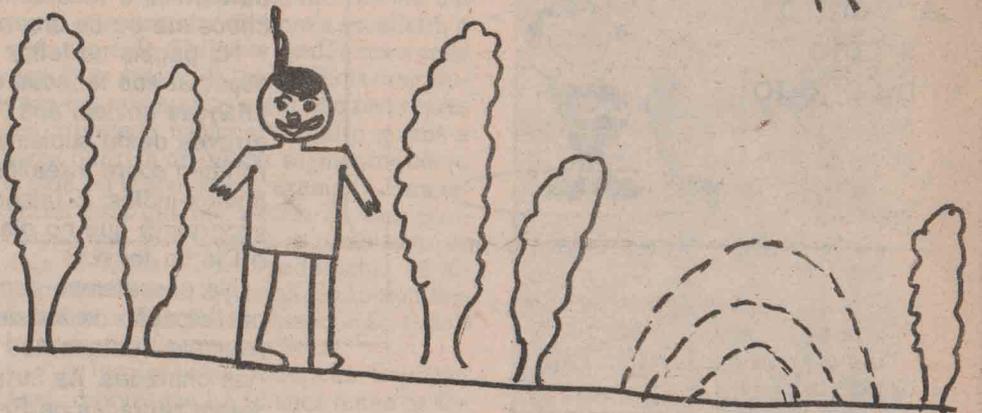
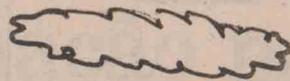
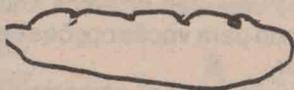
Eu gosto de comer moranguinhos, maçã, verduras.

A horta tem que ser sempre limpa, adubada e quando falta chuva, tem que irrigar.

Eu gosto mais das verduras cultivadas em casa porque são fresquinhas. As verduras da cidade vem de outros lugares e levam dias para chegar até nós. Para não murchar, são colocados produtos químicos que fazem mal à saúde.

Fabiana Gexehr — E. M. Ângelo Barasuol, Augusto Pestana

Márcia Lamberty



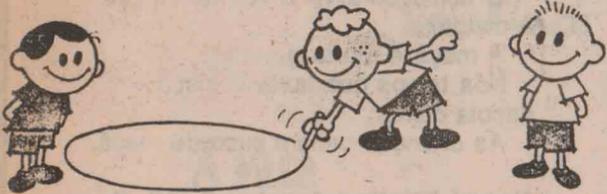
Rubia Beck



Passatempo

Jogo do empurrãozinho

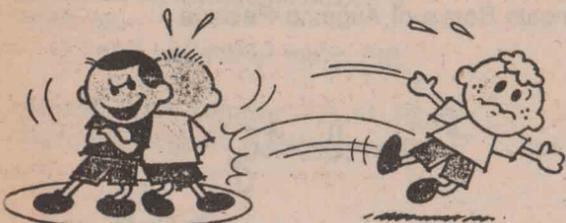
• Faça um círculo no chão, com giz ou barbante.



• Os jogadores ficam dentro do círculo e cruzam os braços na frente.



• Depois da palavra AGORA, cada um tenta empurrar o outro pra fora do círculo, usando apenas os ombros (com calma, pra ninguém se machucar).



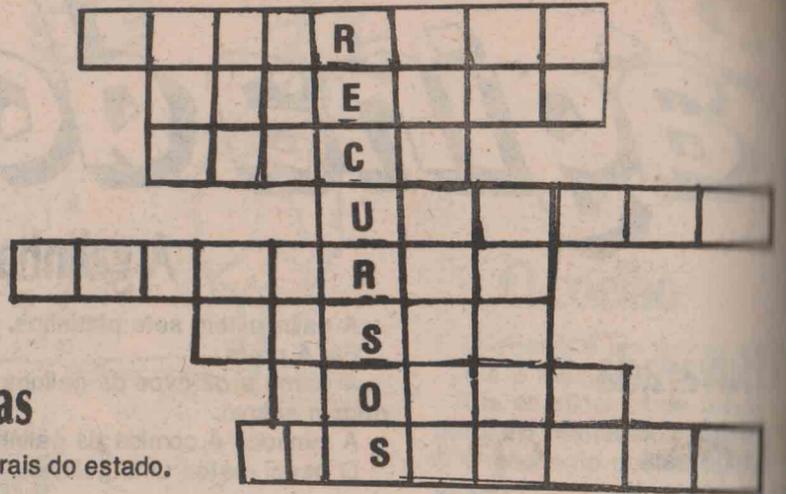
• O último que ficar dentro do círculo ganha o jogo!



O que é, o que é?

Tem quatro bocas, mas não fala?
Qual a diferença do Paraná e da agulha?
Qual o presente que merece um chute?
O que faz o galo para ficar numa perna só?

RESPOSTAS: Fogão a gás, o Paraná tem Ponta Grossa e a agulha ponta fina, bola, levanta a outra.

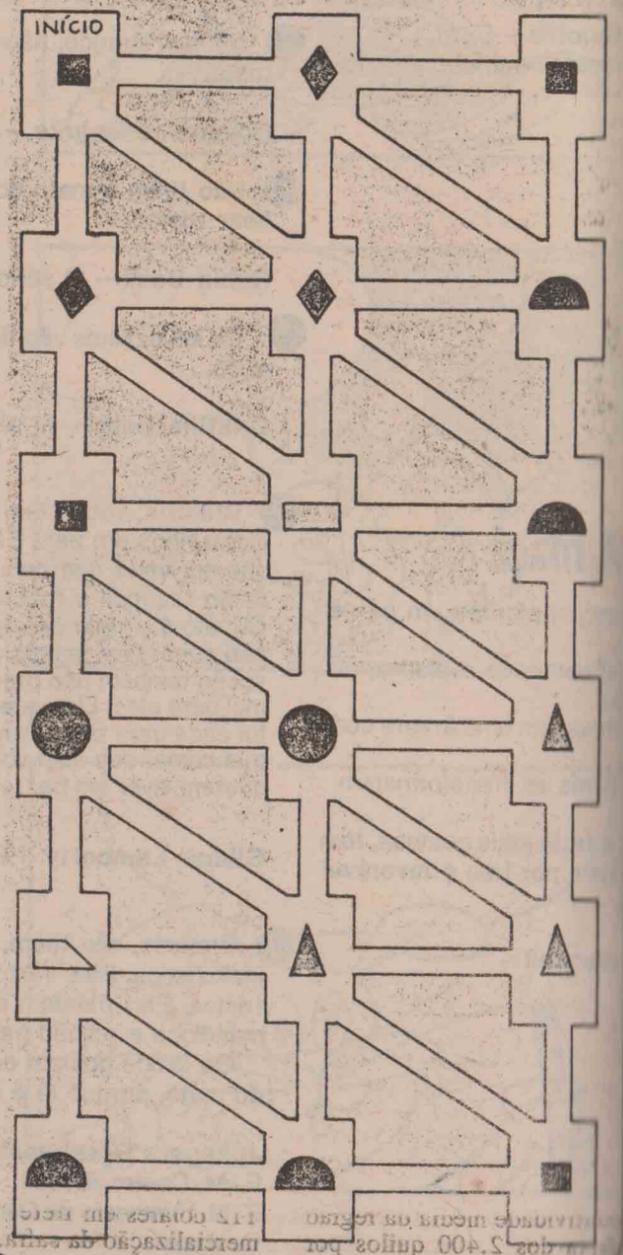


Cruzadas

- a-b) Dois recursos naturais do estado.
- c) Um recurso animal.
- d) São instalados nos rios.
- e) Mineral usado para corrigir o solo.
- f) Mineral do qual se extrai gás e enxofre.
- g) Mineral usado nas fábricas de gelo.
- h) Recurso natural da campanha.

Uma por uma

Percorra o labirinto, seguindo a ordem das figuras abaixo:



Editorial

Oii!
Mais uma vez estamos aqui trazendo para vocês opções de leitura e lazer.

No mês de abril comemoraremos a Páscoa e achei interessante que soubessem como nasceu a tradição de darmos e recebermos ovos de chocolate ou de amendoim.

Na página do leitor dei atenção especial aos recados que algumas crianças enviam aos "brancos", através deste suplemento, para que reflitam sobre a realidade dos nossos irmãos índios. E falando nisso é importante que no dia 21 de abril é o Dia do Índio.

No passatempo contamos com a participação de Vanderléia Pellat de Augusto Pestana nas cruzadinhas e nas charadas. As outras atividades foram retiradas da Revista Alegria.

Curtam bastante o Cotrisol, um beijo.

Mariluzia